

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Dinâmicas de Poder e de Cooperação em Discursos de Crise: Contributos da
Pragmática Linguística para o estudo das Diretivas e das Respostas Institucionais
em Portugal Durante a Pandemia da COVID-19**

Mónica Elisabete Braga Margaride

Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares,
na área de especialização de Pragmática Linguística

Dissertação orientada pela
Professora Doutora Carla Aurélia de Almeida

fevereiro de 2026

This work is licensed under the Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 940

Agradecimentos

Agradeço à minha família por todo o apoio ao longo deste percurso e por terem sempre acreditado que era possível.

Uma menção especial ao meu marido, Joaquim de Sousa, cuja presença serena e constante foi um alicerce nos momentos mais desafiantes. Obrigada pela paciência, pelo tempo e por confiares em mim.

À minha orientadora, Professora Doutora Carla Aurélia de Almeida, expresso o meu profundo reconhecimento pela orientação firme e pela clareza generosa das suas sugestões sempre pertinentes. Obrigada pela compreensão e apoio e por me ter encorajado a continuar este trabalho.

Dedicatória

*Ao Joaquim,
pela presença
clara e vidente em mim*

Se existe relação tão estreita entre acção e discurso é porque o acto primordial e especificamente humano deve, ao mesmo tempo, conter a resposta à pergunta que se faz a todo o recém-chegado: «Quem és?» Esta revelação de quem alguém é, está implícita tanto nas suas palavras como nos seus actos [...]. De qualquer modo, desacompanhada do discurso, a acção perderia não só o seu carácter revelador como, e pelo mesmo motivo, o seu sujeito [...]. Sem o discurso, a acção deixaria de ser acção, pois não haveria actor; e o actor, o agente do acto, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras. A acção que ele inicia é humanamente revelada através de palavras; e [...] só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer.

Hannah Arendt, *A Condição Humana* (1958)

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

STATEMENT OF INTEGRITY

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente dissertação. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados. Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no Diário da República, 2.^a série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.

I hereby declare having conducted my thesis with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of falsification of results in the process of the thesis elaboration. I further declare that I have fully acknowledged Disciplinary Regulations of the Universidade Aberta (regulation published in the official journal Diário da República, 2.^a série, N.º 215, de 6 de novembro de 2013).

Universidade Aberta, 02 de fevereiro de 2026

Nome completo/Full name: Mónica Elisabete Braga Margaride

Assinatura/Signature:

Dinâmicas de Poder e de Cooperação em Discursos de Crise: Contributos da Pragmática Linguística para o estudo das Diretivas e das Respostas Institucionais em Portugal Durante a Pandemia da COVID-19

Resumo

A presente dissertação analisa os discursos institucionais produzidos em Portugal durante a pandemia da COVID-19, com foco nas dinâmicas de poder e de cooperação expressas através da linguagem. Partindo dos contributos da Pragmática Linguística e da Linguística do Discurso, o estudo centra-se na utilização de diretivas – ordens, recomendações e conselhos – e nas suas implicações comunicativas em contextos de crise. Com base na teoria dos atos de fala, de Austin (1962; 1989) e Searle (1969; 1979), e na noção de delicadeza linguística, de Brown e Levinson (1978; 1987), procuramos compreender de que modo as escolhas linguísticas das autoridades públicas refletem e moldam as relações entre poder institucional e cooperação social.

O *corpus* selecionado inclui discursos orais e escritos de representantes do governo e de instituições públicas, emitidos em momentos críticos da pandemia (início, picos de contágio e fases de desconfinamento). A análise qualitativa incide sobre a identificação das diretivas, das estratégias de delicadeza linguística, bem como sobre os efeitos perlocutórios potenciais na receção e adesão da população. Os resultados evidenciam a coexistência de discursos mais impositivos, centrados na autoridade e no controlo social, com discursos orientados para a cooperação, marcados pela mitigação linguística e pelo apelo à responsabilidade coletiva. Verifica-se uma adaptação das estratégias discursivas ao longo da evolução da crise, acompanhando as mudanças no contexto epidemiológico e social.

O presente estudo está ancorado numa multiplicidade de correntes de análise da Linguística do Discurso que estudam o discurso ideológico e o modo como ele se concretiza nas práticas discursivas.

Palavras-chave: Estratégias Discursivas; Atos de Fala; Delicadeza Linguística; Diretivas; Mitigação.

Dynamics of Power and Cooperation in Crisis Discourses: Contributions of Linguistic Pragmatics to the Study of Institutional Directives and Responses in Portugal During the COVID-19 Pandemic

Abstract

This dissertation analyses institutional discourses produced in Portugal during the COVID-19 pandemic, focusing on the dynamics of power and cooperation expressed through language. Drawing on contributions from Linguistic Pragmatics and Discourse Linguistics, the study centres on the use of directives – orders, recommendations, and advice – and their communicative implications in crisis contexts. Based on Speech Act Theory, as proposed by Austin (1962; 1989) and Searle (1969; 1979), and the notion of linguistic politeness developed by Brown and Levinson (1978; 1987), we seek to understand how the linguistic choices of public authorities reflect and shape the relationships between institutional power and social cooperation.

The selected *corpus* includes oral and written discourses delivered by government representatives and public institutions, issued during critical moments of the pandemic (beginning, peaks of contagion, and reopening phases). The qualitative analysis focuses on identifying directives, linguistic politeness strategies, and potential perlocutionary effects on the population's reception and compliance.

The findings reveal the coexistence of more imposing discourses, centred on authority and social control, with discourses oriented towards cooperation, marked by linguistic mitigation and an appeal to collective responsibility. Results also indicate an adaptation of discursive strategies throughout the evolution of the crisis, in line with changing epidemiological and social contexts.

This study is anchored in a multiplicity of Discourse Analysis approaches that examine ideological discourse and how it is embodied in discursive practices.

Keywords: Discursive Strategies; Speech Acts; Linguistic Politeness; Directives; Mitigation.

Índice

1. Introdução	1
1.1. Contextualização e delimitação do objeto de estudo	1
1.2. Justificação da investigação	4
1.3. Objetivos e hipóteses de investigação	6
1.4. Estrutura da dissertação.....	7
2. Enquadramento Teórico	9
2.1. Objetivos ilocutórios dos discursos institucionais	10
2.2. Pragmática Linguística: conceitos e abordagens.....	11
2.3. Teoria dos Atos de Fala (Austin e Searle).....	18
2.4. Delicadeza Linguística (Brown & Levinson, 1978; 1987).....	20
2.5. Dinâmicas de Poder e Cooperação na Linguagem.....	22
3. Metodologia de Estudo	26
3.1. Enquadramento e objetivos da análise	26
3.2. O <i>corpus</i> em análise	27
3.2.1. Apresentação do <i>corpus</i>	28
3.3. Critérios de seleção e segmentação do <i>corpus</i>	32
3.3.1. Justificação da delimitação temporal	32
3.3.2. Critérios de representatividade e relevância discursiva	33
3.4. Procedimentos de análise pragmática	33
3.4.1. Organização do processo analítico.....	34
3.4.2. Síntese conclusiva	35
4. Análise do <i>corpus</i> / Apresentação de resultados	36
4.1. Estrutura da análise linguístico-pragmática	36
4.2. Análise Linguístico-Pragmática: Fase 1.....	36
4.2.1. Comunicado e Recomendações da DGS.....	37
4.2.2. Nota do Governo e Despacho da DGS.....	40
4.2.3. Discurso do Presidente da República.....	41
4.2.4. Síntese interpretativa e conclusão: Fase 1.....	45
4.3. Análise Linguístico-Pragmática: Fase 2.....	46
4.3.1. Conferência do Conselho de Ministros	47
4.3.2. Despachos 012/2020 e 013/2020 da DGS.....	49
4.3.3. Comunicado do Conselho de Ministros	51
4.3.4. Síntese interpretativa e conclusão: Fase 2.....	53
4.4. Análise Linguístico-Pragmática: Fase 3.....	55
4.4.2. Relatório n.º 324 da DGS.....	57
4.4.3. Despachos 009/2021 e 004/2021 da DGS.....	57
4.4.4. Síntese interpretativa e conclusão: Fase 3.....	60
4.5. Análise Linguístico-Pragmática: Fase 4.....	61
4.5.1. Comunicado do Governo	61
4.5.2. Apresentação da Ministra da Saúde	62
4.5.3. Síntese interpretativa e conclusão: Fase 4.....	64
4.6. Síntese evolutiva das dinâmicas discursivas durante a pandemia.....	64
4.6.1. Interpretação global.....	67
4.7. Análise do <i>corpus</i> complementar: discursos orais	68
4.7.1. Estratégias discursivas e marcas da oralidade.....	71
4.7.2. Funções pragmáticas dos enunciados.....	74
4.7.3. Síntese interpretativa	76
4.8. Conclusão geral da análise linguístico-pragmática	76
4.8.1. A linguagem como espelho da governação em crise	76
4.8.2. Transformações ilocutórias e estratégias discursivas.....	77
4.8.3. Conclusão integradora.....	78

5. Discussão dos resultados	82
5.1. Introdução	82
5.2. Perspetiva pragmática: o poder como ação linguística	82
5.3. Estratégias de delicadeza e mitigação: da autoridade à empatia	84
5.4. Contributos para a Pragmática e Linguística do Discurso	85
5.5. O Discurso Televisivo da Crise e a sua Reinterpretação Humorística.....	87
5.5.1. Estrutura e ritualização dos comunicados	87
5.5.2. O recurso ao humor como comentário metapragmático	88
5.6. Implicações teóricas e contribuições para a pragmática aplicada	90
6. Considerações finais / Conclusão	92
6.1. Síntese dos principais resultados.....	92
6.2. Resposta às questões da investigação.....	93
6.3. Considerações finais.....	94
7. Bibliografia	96

Índice de Figuras

Figura 2.1 - Síntese das principais abordagens da Pragmática Linguística.....	17
---	----

Índice de Tabelas

Tabela 1.1 - Fases da pandemia em Portugal com eventos-chave e contexto institucional	3
Tabela 3.1 - <i>Corpus</i> documental principal	29
Tabela 3.2 - <i>Corpus</i> complementar: conferências e outras emissões televisivas	30
Tabela 4.1 - Síntese comparativa dos discursos da Fase 1	45
Tabela 4.2 - Síntese comparativa dos discursos da Fase 2	53
Tabela 4.3 - Síntese comparativa dos discursos da Fase 3	60
Tabela 4.4 - Síntese comparativa dos discursos da Fase 4	64
Tabela 4.5 - Mudanças linguísticas por fase	77
Tabela 5.1 - Combinação de atos ilocutórios presentes nos comunicados televisivos.....	88

1. Introdução

1.1. Contextualização e delimitação do objeto de estudo

A situação pandémica provocada pelo vírus SARS-CoV-2 teve um impacto considerável no funcionamento das sociedades de todo o mundo. Para prevenir a transmissão do vírus, os governos e outras organizações institucionais impuseram restrições que regulavam a mobilidade das pessoas ou as condições em que esta lhes era permitida. A pandemia da COVID-19 representou um dos maiores desafios globais do século XXI, afetando não apenas a saúde pública, mas também os sistemas sociais, económicos e políticos em todo o mundo, colocando em evidência a eficácia da comunicação institucional.

Desde a confirmação dos primeiros casos até à gestão das diferentes vagas de contágio, o impacto foi profundo na nossa sociedade. De acordo com os relatórios epidemiológicos da Direção-Geral da Saúde (2020-2022) e com a cronologia das medidas de resposta (Barroso, 2022), a pandemia em Portugal pode ser organizada em quatro grandes fases: (i) Emergência, (ii) Estabilização e Desconfinamento, (iii) Agravamento e Crise e (iv) Recuperação e Ajuste. Cada uma destas fases corresponde a um momento discursivo específico, marcado por diferentes configurações de poder, estratégias diretivas e graus de cooperação entre as instituições e o público.

A primeira fase (março-julho de 2020) corresponde ao início da pandemia e à implementação do primeiro confinamento geral, caracterizando-se por discursos tendencialmente mais diretivos e apelativos à obediência cívica. Como salientam Lopes, Araújo e Magalhães (2021, p. 20), a comunicação com o público deve assentar na legitimação política das medidas de exceção e recorrer a estratégias de clareza, consistência e repetição, consideradas fundamentais para garantir comportamentos preventivos. A segunda fase (agosto-dezembro de 2020) assinala o processo de desconfinamento gradual e a transição discursiva para uma retórica de corresponsabilização, em que a prudência e a cooperação se tornam valores centrais. Castro Seixas (2021, p.1) observa que o recurso a metáforas militares é comumente utilizado nas práticas comunicativas políticas e mediáticas em crises de saúde, o que se verificou também neste contexto, embora, nesta fase, o discurso político começasse a valorizar o compromisso social e a participação cívica como mecanismos de controlo da crise.

A terceira fase (janeiro-março de 2021) coincide com o agravamento pandémico e segundo estado de emergência. Neste período, segundo Lopes *et al.* (2021), as mensagens institucionais continuaram marcadas por diretivas, apelos comportamentais e uma lógica de gestão técnica orientada para decisões políticas urgentes. Por fim, a quarta fase (abril-dezembro de 2021) corresponde ao avanço da vacinação e à reconstrução dos discursos em torno da confiança coletiva. Peixinho *et al.* (2022, pp. 36-37) evidenciam o registo de uma inflexão discursiva significativa, com o recurso a uma “narrativa de esperança”, frequentemente apoiada em metáforas positivas e fortemente dependente das estratégias discursivas das fontes oficiais.

Esta proposta de segmentação temporal pretende fazer uma observação sistemática da evolução das estratégias discursivas utilizadas na comunicação de crise, permitindo analisar de que modo as autoridades ajustaram o grau de imposição, mitigação e apelo à cooperação em função da gravidade do contexto epidemiológico. A forma como as medidas de contenção, recomendações e decisões políticas foram comunicadas foi determinante para a gestão da crise e para a mobilização da cooperação social. Além disso, este enquadramento oferece uma base sólida para a análise comparativa dos atos diretivos e das formas de cooperação linguística em contextos de crise sanitária, em consonância com os objetivos centrais deste estudo.

A literatura sobre a comunicação pública da COVID-19 em Portugal reconhece que a gestão da pandemia não ocorreu de forma linear, mas antes organizada em momentos distintos, associados a diferentes níveis de incerteza, resposta institucional e pressão mediática. Barroso (2022, p. 52) distingue explicitamente a “primeira vaga da pandemia” e analisa a evolução subsequente das práticas de comunicação de crise, destacando mudanças discursivas ao longo do tempo na articulação entre ciência, política e comunicação estratégica.

Partindo destas contribuições, e reconhecendo que diferentes momentos exigiram diferentes atos ilocutórios, modalidades epistémicas e estratégias de persuasão, este estudo adota uma segmentação analítica em quatro fases. Esta divisão não pretende reproduzir um modelo cronológico existente, mas antes operacionalizar um critério interpretativo que permita observar com maior precisão a evolução das práticas comunicativas das autoridades portuguesas entre março de 2020 e o final da campanha de vacinação. Tal como defende Pacheco (2024, pp. 111-112), a identificação de diferentes períodos dentro do contexto pandémico permite compreender como se reconfiguram os atores, os enquadramentos e as práticas discursivas à medida que a crise avança, exigindo adaptações constantes nas estratégias de comunicação institucional.

A tabela 1.1 apresenta, assim, uma proposta nossa de quatro fases da pandemia em Portugal, com os períodos correspondentes e eventos-chave, justificando a pertinência de cada momento para a presente análise pragmática:

Tabela 1.1 - Fases da pandemia em Portugal com eventos-chave e contexto institucional

Fase	Período	Eventos-chave e contexto institucional
1. Emergência	março – junho 2020	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiros casos e declaração do estado de emergência • Implementação do confinamento geral • Comunicação diária da DGS e do Governo
2. Estabilização e Desconfinamento	julho – dezembro 2020	<ul style="list-style-type: none"> • Redução dos casos e levantamento gradual das restrições • Lançamento da campanha “Estamos ON” • Reabertura económica e escolar controlada
3. Agravamento e Crise	janeiro – março 2021	<ul style="list-style-type: none"> • Segunda e terceira vagas com picos de contágio recorde • Novo estado de emergência e confinamento rigoroso • Pressão sobre o SNS e comunicação de urgência
4. Recuperação e Ajuste	abril – dezembro 2021	<ul style="list-style-type: none"> • Início da vacinação em massa • Retoma gradual e levantamento de restrições • Discurso político de esperança e reconstrução social

Num contexto de incerteza e elevado risco, a linguagem assume um papel central enquanto instrumento de poder e de regulação social. O discurso institucional torna-se o espaço privilegiado para a emissão de diretivas – ordens, conselhos e recomendações –, não se limitando a linguagem a transmitir informação, mas, na linha de Fairclough (2001) e Wodak e Meyer (2016), a construir significados, orientar comportamentos e moldar perceções sociais.

A crise pandémica representou um desafio no que se refere ao uso da linguagem e ao seu propósito de comunicar de forma clara e eficaz de modo a garantir a adesão da população às medidas de saúde e segurança. Em contextos como este, as diretivas emitidas pelo governo e outras instituições nem sempre produzem os efeitos desejados, muitas vezes, devido à forma como são comunicadas. Estas diretivas não são neutras, pois transportam consigo dinâmicas de poder que podem, tanto reforçar a autoridade e criar resistência, como promover a cooperação, dependendo das estratégias linguísticas utilizadas.

Em Portugal, como em outros países, as autoridades procuraram equilibrar discursos mais impositivos, centrados na urgência e no controlo, com discursos mitigados, orientados para a responsabilidade coletiva. A gestão da comunicação foi, desta forma, fundamental, uma vez

que foram necessárias várias ações de readaptação à situação sanitária para a criação de mecanismos de resposta ao vírus. Partindo da conceção de Fonseca (1992, p. 8) sobre o discurso como “um sistema de referências [...] e uma dimensão ilocutória ou perlocutória dominante”, podemos ver como a comunicação institucional desempenhou um papel determinante na gestão da relação entre o poder e a sociedade, estreitando-se a ligação entre as competências comunicativas do locutor e a sua influência sobre os estados epistémicos e comportamentais do alocutário.

A resposta à pandemia envolveu um esforço significativo por parte das autoridades públicas para informar, orientar e mobilizar a população através de discursos institucionais, tanto orais como escritos. Heide e Simonsson (2021, p. 257) referem que a comunicação pode ser o catalisador para que uma organização mantenha o controlo da situação, visto que a transmissão de informações pode reduzir a incerteza e construir a confiança. A comunicação oficial assumiu, assim, um papel central na gestão da crise, pelo que estudar estes discursos torna-se fundamental para compreender as dinâmicas de poder e de cooperação que se estabeleceram entre as instituições e o público e para avaliar como a linguagem pode influenciar comportamentos e atitudes em momentos de emergência.

A análise dos principais atos ilocutórios presentes nos discursos e comunicados oficiais permitiu identificar as estratégias linguísticas utilizadas, fornecendo elementos importantes para a sugestão de formas de aprimorar a eficácia das mensagens emitidas por autoridades públicas em futuras situações de emergência. Assentando numa análise qualitativa do discurso, com foco nos atos ilocutórios e nas estratégias de delicadeza, centramo-nos nas formas como a função interacional da linguagem se refletiu nas escolhas pragmáticas feitas para anunciar as medidas de contingência implementadas pelas várias entidades governamentais.

1.2. Justificação da investigação

A relevância deste estudo justifica-se, em primeiro lugar, pelo papel determinante que a comunicação institucional desempenhou durante a pandemia. Apesar da crescente produção científica sobre comunicação em contextos de crise, poucos estudos em Português Europeu analisaram, a partir de uma perspetiva da Pragmática Linguística, o uso das diretivas linguísticas em discursos institucionais portugueses. Ao articular conceitos da Pragmática Linguística, como os atos de fala e a delicadeza linguística, com a análise do discurso, pretende-

se contribuir para uma melhor compreensão das práticas comunicativas em situações de crise, com potencial impacto para a melhoria das políticas de comunicação pública e gestão de emergências futuras.

Do ponto de vista científico, esta investigação constitui um importante contributo para os estudos da Pragmática Linguística e da Linguística do Discurso em Portugal. Centrando-se especificamente nos meios pragmáticos de transmitir ilocuções diretivas, o presente estudo convoca um quadro teórico robusto para compreender não apenas o que foi dito, mas também como e com que efeitos. Se, por um lado, há, na linguagem institucional, o direito de solicitar e impor diretivas, é também necessário garantir a conformidade dos destinatários com essas regulamentações. Procuramos, deste modo, através da análise do presente *corpus*, propor uma representação de um nexo de construção de significado no contexto da pandemia, no que se refere às estratégias discursivas¹ e ao poder interacional da linguagem, relacionando estes aspetos com a experiência individual, social e cultural (Silva, 2004, p. 4).

A definição das quatro fases anteriormente propostas na evolução da COVID-19 em Portugal fundamenta a organização do *corpus* selecionado para esta investigação. Cada fase corresponde a um conjunto de discursos oficiais emitidos por diferentes entidades governamentais, como o Conselho de Ministros, a Direção-Geral da Saúde e o Presidente da República, cuja análise permitirá observar variações nas estratégias diretivas, nos mecanismos de mitigação e nos apelos à cooperação dos cidadãos. Partindo desta periodização, a metodologia adotada servirá para estruturar a recolha, a amostragem e a comparação dos comunicados, garantindo que se capturem mudanças no exercício discursivo do poder institucional ao longo de momentos críticos da gestão pandémica.

A compreensão dos discursos institucionais produzidos durante este período específico, à luz da Pragmática Linguística e da Linguística do Discurso, permite analisar de que forma a linguagem se concretiza enquanto prática social, ideológica e política, com impacto direto nas relações entre Estado e cidadãos. Refira-se o contributo deste estudo para sublinhar a importância de desenvolver as práticas discursivas na sociedade, resultando a análise dos discursos oficiais numa forma de compreender dinâmicas sociais e papéis discursivos

¹ Na perspectiva de Gumperz (1982) e da Sociolinguística Interacional, o estudo das estratégias discursivas e dos rituais verbais presentes na multiplicidade dos discursos do quotidiano permite compreender como as interações verbais refletem as estruturas sociais e como a linguagem é usada para fornecer uma nova dimensão à compreensão do poder na dinâmica social (Diamond, 1996, pp. 1-2).

(Almeida, 2012, p. 17), destacando a importância de escolhas discursivas conscientes para a eficácia da comunicação institucional.

Com efeito, o discurso, na visão de Foucault (1970), apresenta-se como prática social, remetendo igualmente para a noção de que a produção de discursos sociais é controlada e regulada por instituições e relações de poder. Referindo-se à força que o discurso encerra, bem como à importância que uma intenção ilocutória direcionada para um determinado grupo de pessoas pode refletir na sociedade como um todo, o autor trata o discurso como uma prática que deve ser controlada, organizada e delimitada (Foucault, 1970, pp. 02-09). Nesta linha, compreender o papel do discurso nas sociedades contemporâneas implica reconhecê-lo como um instrumento de intervenção e transformação social, e não apenas como um reflexo neutro da realidade. As práticas discursivas constituem parte essencial das dinâmicas socioculturais, pois é através delas que se produzem significados, se legitimam valores e se constroem relações de poder e identidade.

Neste enquadramento, a reflexão de Foucault é particularmente pertinente, dado que o autor evidenciou a historicidade e a mutabilidade das formas discursivas, mostrando que o discurso se transforma ao longo do tempo em função das configurações culturais, institucionais e epistémicas de cada época. Foucault entende o discurso não apenas como expressão de ideias, mas como um conjunto de regras e práticas que definem o que pode ser dito, quem pode dizer e sob que condições – revelando, assim, o seu vínculo íntimo com o poder, o saber e os processos de subjetivação. Esta perspetiva oferece uma base teórica sólida para compreender como os discursos públicos e institucionais refletem e moldam as mudanças sociais, tornando-se um eixo essencial para a presente investigação.

1.3. Objetivos e hipóteses de investigação

O presente estudo tem como objetivo geral analisar as dinâmicas de poder e de cooperação presentes nos discursos institucionais produzidos em Portugal durante a pandemia da COVID-19, com especial enfoque no uso de diretivas (ordens, recomendações e conselhos) e nas implicações comunicativas dessas escolhas linguísticas em contextos de crise.

De forma mais detalhada, os objetivos específicos são:

1. Identificar e analisar os principais atos ilocutórios presentes nos discursos orais e escritos de representantes do governo e de instituições públicas durante a pandemia da COVID-19 em Portugal;
2. Analisar as estratégias linguísticas utilizadas nos discursos, à luz da teoria da delicadeza de Brown e Levinson (1987);
3. Investigar os efeitos perlocutórios potenciais das diretivas na população, considerando como a linguagem pode facilitar ou dificultar a cooperação e a adesão às orientações;
4. Explorar as dinâmicas de poder e cooperação refletidas nas comunicações oficiais, avaliando de que modo as escolhas linguísticas refletem e moldam relações de poder e de cooperação entre instituições e cidadãos em diferentes fases da pandemia;
5. Contribuir para o desenvolvimento de práticas comunicativas mais eficazes em futuras situações de crise.

Com base nestes objetivos, delineamos as seguintes hipóteses de investigação:

1. Nos discursos institucionais emitidos durante a pandemia da COVID-19 predominam os atos ilocutórios diretivos (ordens, conselhos e recomendações), que funcionam não apenas como instruções, mas também como instrumentos de poder e de regulação social;
2. A escolha de diretivas explícitas ou mitigadas influenciam diretamente o nível de cooperação da população, tendendo o recurso a estratégias de delicadeza linguística a favorecer uma maior adesão às orientações do governo, ao passo que discursos mais impositivos reforçam a autoridade, podendo gerar resistência social;
3. As escolhas linguísticas adaptam-se ao desenvolvimento da pandemia, oscilando entre maior imposição em fases críticas e maior mitigação em fases de estabilização ou desconfinamento.

1.4. Estrutura da dissertação

A presente dissertação está organizada em seis capítulos principais, articulados de forma a apresentar o fluxo lógico da investigação, desde a contextualização teórica até à análise dos

resultados e às considerações finais. Iniciando com a Introdução, serve o capítulo 1 para se proceder à contextualização do tema, à justificação da investigação e à explicitação dos objetivos e hipóteses de estudo, delineando-se igualmente a estrutura global do trabalho.

O capítulo 2 refere-se ao enquadramento teórico, onde são apresentados os conceitos fundamentais da Pragmática Linguística, como os atos de fala, a delicadeza linguística e as dinâmicas de poder e comunicação em crises, fundamentando a análise do discurso e a abordagem pragmática adotada. Procede-se, também, ao aprofundamento dos principais quadros conceptuais que orientam a análise, explorando categorias como atos ilocutórios e perlocutórios, estratégias linguísticas e a discursivização de valores ideológicos.

O capítulo 3 detalha a metodologia utilizada, incluindo a seleção do *corpus*, os procedimentos de recolha e delimitação e os critérios analíticos. Segue-se o capítulo 4, onde é apresentada a análise dos discursos institucionais e os resultados da investigação, evidenciando as estratégias linguísticas, as dinâmicas identificadas e a comparação entre as diferentes fases da pandemia. O capítulo 5 articula os resultados obtidos com o enquadramento teórico, discutindo os resultados à luz da teoria e das hipóteses de investigação.

Por fim, no capítulo 6, é apresentada a Conclusão, que sintetiza os principais resultados, responde às questões da investigação e propõe direções para futuras investigações, concluindo com considerações finais sobre a relevância do tema. No final, é apresentada a resenha de referências bibliográficas convocadas no presente estudo.

2. Enquadramento Teórico

A Pragmática Linguística constitui um dos pilares fundamentais deste trabalho, na medida em que permite abordar o discurso enquanto forma de ação situada, orientada para a produção de efeitos nos interlocutores. No contexto específico da pandemia, revela-se especialmente pertinente para compreender como as autoridades públicas formulam enunciados que regulam comportamentos, negociam a aceitabilidade de medidas restritivas e gerem os riscos de ameaça à face dos destinatários. Esta abordagem fornece instrumentos conceptuais essenciais para a análise dos atos de fala, da diretividade e das estratégias de mitigação, particularmente relevantes no estudo de discursos institucionais produzidos em contextos marcados por assimetrias de poder e por forte orientação normativa. A atenção às escolhas ilocutórias, aos mecanismos de atenuação e às estratégias de justificação permitirá analisar a eficácia comunicativa destes discursos, evidenciando o equilíbrio entre imposição, legitimidade e cooperação interacional.

Paralelamente, a Análise Crítica do Discurso (ACD) permite-nos conceber o discurso, não apenas como prática linguística, mas como prática social historicamente situada e atravessada por relações de poder e ideologia. Numa conjuntura de crise, na qual se intensificam os mecanismos de governação discursiva, a ACD permite problematizar o papel da linguagem na construção, legitimação e naturalização de determinadas formas de autoridade, contribuindo para uma leitura crítica dos discursos e para compreender de que modo a diretividade institucional se inscreve em práticas discursivas mais amplas de regulação social.

A Linguística Textual constitui outro eixo fundamental do enquadramento teórico, ao permitir analisar os discursos institucionais enquanto textos organizados, dotados de coerência interna e orientados para objetivos comunicativos específicos. Centrando-se na interligação do texto com a situação de enunciação, como refere Silva (2015, p. 22), e nas propriedades que asseguram a inteligibilidade, a progressão temática e a eficácia comunicativa dos enunciados, oferece instrumentos para a descrição da organização macrotextual e dos mecanismos de coesão e coerência. Duarte (2003) descreve estes mecanismos, concebendo a coesão como um conjunto de processos linguísticos que asseguram a conectividade sequencial do texto, estabelecendo relações formais e semânticas entre os seus diferentes constituintes. Esta perspetiva permite articular unidades linguísticas diversas, contribuindo para a perceção do texto como um todo

estruturado e contínuo, o que, no *corpus* analisado, se revela essencial para compreender como a sua estrutura, a sequência dos atos discursivos e a recorrência de determinadas formulações contribuem para a construção de um discurso normativo consistente e reconhecível.

Neste sentido, refira-se ainda a importância da Linguística Cognitiva, que tem vindo a sublinhar a importância dos processos de conceptualização na construção do significado e na organização do discurso. Para Batoréo (2004), a compreensão de um enunciado implica ativar estruturas conceptuais, uma vez que o significado deve ser concebido como dinâmico, enciclopédico e contextual, emergindo da interação entre conhecimento linguístico, conhecimento do mundo e contexto de uso. Esta perspetiva permite compreender como os discursos institucionais orientam a interpretação dos destinatários, não apenas através da diretividade explícita, mas também pela ativação de cenários cognitivos que moldam a perceção da crise e das respostas consideradas aceitáveis.

De forma complementar, e sempre que se revelem pertinentes para a análise do *corpus*, este trabalho convoca outros contributos da Linguística Cognitiva, em particular, as noções de metáfora conceptual e de enquadramento cognitivo, que permitem aprofundar a análise da construção discursiva do risco, da necessidade e da proteção coletiva, evidenciando as estratégias discursivas que sustentam a legitimação das medidas adotadas. Por sua vez, as propostas relativas à construção de espaços mentais e à projeção de cenários hipotéticos contribuem para a análise de enunciados condicionais e de antecipação de consequências, recorrentes nos discursos institucionais da pandemia.

2.1. Objetivos ilocutórios dos discursos institucionais

O ponto de partida desta dissertação é a distinção proposta por Austin (1962) entre ato locutório, ato ilocutório e ato perlocutório. O ato locutório refere-se à enunciação em si, isto é, à produção linguística dotada de sentido e referência; o ato ilocutório corresponde à intenção comunicativa do falante – ordenar, aconselhar, recomendar, advertir; o ato perlocutório, por sua vez, designa os efeitos produzidos sobre o interlocutor, como convencer, persuadir, mobilizar ou intimidar. No âmbito da presente investigação, interessa-nos sobretudo observar como os discursos institucionais durante a pandemia articularam estas três dimensões: a dimensão diretiva expressa em atos ilocutórios específicos, os efeitos perlocutórios esperados (adesão,

cooperação, disciplina social) e os meios linguísticos através dos quais essas intenções se materializaram.

Os atos diretivos constituem uma das cinco categorias de atos ilocutórios identificadas por Searle (1969). São enunciados orientados para o futuro, que procuram influenciar o comportamento do interlocutor. Dentro deste grupo, distinguem-se diferentes graus de imposição: (i) as ordens representam atos diretivos de alto grau de imposição, geralmente associadas a relações assimétricas de poder; (ii) os conselhos implicam um grau de imposição reduzido, funcionando como sugestões que apelam à racionalidade ou ao interesse do interlocutor; e (iii) as recomendações situam-se num ponto intermédio, com menor força obrigatória do que as ordens, mas mais diretividade do que os conselhos.

A análise destas categorias permite identificar como as autoridades portuguesas oscilaram entre o discurso coercivo e o discurso cooperativo, ajustando-se ao contexto epidemiológico e ao estado emocional da população. Por fim, o estudo também será informado pela Análise Crítica do Discurso, proposta por Fairclough (1995), que explora como a linguagem reflete e reforça as estruturas de poder. Nesse sentido, o projeto investigará como as escolhas discursivas das autoridades moldam as dinâmicas de poder entre governantes e cidadãos, influenciando a eficácia da comunicação em contextos de crise.

No âmbito do estudo da Pragmática Linguística e da Sociolinguística, adotamos como enfoque analítico a descrição, do ponto de vista semântico e pragmático, dos objetivos ilocutórios visados nos discursos em análise que têm como ato perlocutório convencer o leitor. Trata-se de uma “análise da *discursivização* (Fonseca, 1992, p. 316) do que é dito, levantando, na materialidade da escrita, os valores ideológicos subjacentes ao discurso produzido” (Monteiro & Almeida, 2019, p. 105). Assim, afigura-se muito pertinente estudar o modo como se concretiza no discurso a força da palavra e o poder do discurso procedendo ao levantamento dos fenómenos e mecanismos linguísticos que se concretizam no *corpus* constituído e delimitado para a análise.

2.2. Pragmática Linguística: conceitos e abordagens

A Pragmática Linguística tem como enfoque a investigação dos aspetos práticos da linguagem, ou seja, como a linguagem é usada em situações reais de comunicação para alcançar determinados objetivos comunicativos. Como refere Lima (2007, p. 13), é o estudo da

“linguagem humana sob o ponto de vista da comunicação”, importando, dessa forma, a análise (i) do contexto, (ii) das intenções do falante, (iii) das inferências feitas pelo ouvinte e (iv) das convenções sociais na interpretação do discurso. Já Levinson (1983) define a Pragmática como o estudo das relações entre signos e os seus utilizadores, enfatizando que o sentido de uma expressão depende tanto da intenção do falante como do conhecimento partilhado pelos interlocutores.

Na linha de Benveniste (1966), podemos compreender a linguagem humana, não como um simples sistema de estímulo-resposta, mas como um lugar de significação onde e pelo qual se constroem o homem, a sociedade e a cultura. Refutando a ideia da linguagem como um instrumento, este autor explorou o conceito de língua e o seu uso enquanto discurso. Embora não tenha referido o termo pragmática de forma sistemática, as suas análises sobre a enunciação e a subjetividade no discurso abriram caminho para uma conceção da linguagem centrada no uso, e não apenas na estrutura. Propondo que a linguagem é o lugar onde o sujeito se constitui, “parce que le langage seul fonde en réalité [...] le concept d’ «ego».” (Benveniste, 1966, p. 2²), a enunciação é entendida como o ato pelo qual o locutor se apropria do sistema linguístico para instaurar um discurso, definindo-se em relação a um alocutário e a uma situação específica.

Focando-se no ato concreto da comunicação, em que emergem a subjetividade e a intersubjetividade, Benveniste introduziu a dimensão enunciativa e o sujeito discursivo, antecipando uma das ideias centrais da pragmática: o significado linguístico é inseparável do contexto de enunciação. Distinguindo-se da semântica, que se ocupa do significado literal das palavras e frases, a pragmática tem como conceito central o contexto, explorando a sua influência na interpretação e na eficácia comunicativa. Estuda a linguagem em uso, centrando-se na forma como os falantes produzem e interpretam enunciados em contextos específicos.

Introduzida por Grice (1975), a teoria sobre implicaturas conversacionais explica que o significado de um enunciado vai frequentemente além do que é explicitamente dito. Partindo do contexto e das expectativas compartilhadas entre falante e ouvinte, há na linguagem uma intenção comunicativa, ou seja, além de transmitir informações, os interlocutores procuram objetivos mais concretos, como persuadir, solicitar, prometer ou instruir. Grice, assim como Benveniste, reconheceu que o sentido ultrapassa o conteúdo literal, mas centrou-se na

² A versão francesa consultada apresenta este capítulo renumerado (p. 1-7), pelo que a referência aqui apresentada segue esta paginação e não a original do texto na obra integral.

interpretação racional da intenção comunicativa, enquanto Benveniste investigou as condições de possibilidade do próprio ato de enunciar.

Esta abordagem griceana ajudou a entender melhor como a linguagem é usada para expressar intenções e influenciar o comportamento dos outros. De acordo com Grice, quando um falante profere um enunciado espera que o mesmo produza “some effect in an audience by means of the recognition of this intention” (Grice, 1985, p. 386). Desta forma, ao interagir linguisticamente, os falantes seguem uma série de princípios cooperativos que guiam a interpretação do discurso. Esses princípios incluem a máxima da quantidade (dizer o necessário e não mais do que isso), a máxima da qualidade (dizer apenas o que se acredita ser verdadeiro), a máxima da relevância (focar no que é relevante para a conversa) e a máxima do modo (ser claro e evitar ambiguidades). Seguindo estes princípios, a comunicação será bem-sucedida e os participantes podem alcançar uma compreensão mútua mais eficaz.

No entanto, nem sempre os enunciados seguem todas estas máximas e, quando isso acontece, os ouvintes inferem que o falante tem uma razão para o estar a fazer, gerando uma implicatura. Como refere Lima (2007, p. 64), este é um fenómeno que ocorre com bastante frequência na comunicação e o contexto em que esta ocorre desempenha um papel crucial na geração destas implicaturas. Os interlocutores fazem uso do seu conhecimento pragmático e cultural para interpretar o discurso da forma mais apropriada, o que inclui entender expressões idiomáticas, sarcasmo, ironia e outras formas de linguagem não literal que são comuns numa determinada cultura ou comunidade linguística.

Austin (1962) e Searle (1979) desenvolveram a teoria dos atos de fala, segundo a qual dizer algo é também realizar uma ação. Austin distingue entre atos locutórios, ilocutórios e perlocutórios, evidenciando a dimensão performativa da linguagem. Searle propõe uma taxonomia mais detalhada³, descrevendo as condições de felicidade que tornam um ato comunicativo bem-sucedido. Tanto em Austin como em Searle, a ênfase recai sobre a intenção do falante e sobre o valor funcional da enunciação, tendo por base a conceção da linguagem como ação.

³ A taxonomia dos atos de fala de Searle (1989) assenta no princípio de que, ao pronunciar uma determinada frase, num contexto específico, o locutor realiza, implícita ou explicitamente, atos como afirmar, avisar, ordenar, perguntar, pedir, prometer, criticar, etc. É valorizada a enunciação, colocando o foco nas diferentes situações comunicacionais em que os locutores, como “atores sociais” (Almeida, 2000), dão sentido à linguagem através das suas estratégias discursivas.

O conceito de atos de fala é, assim, fundamental na Pragmática, sendo a sua análise central para estudar como os enunciados realizam ações sociais. A linguagem é um processo interlocutivo, cuja dimensão acional foi objeto de estudo de vários teóricos. Sobre a performatividade na linguagem, Austin refere que o seu uso pragmático, ao considerar, tanto os aspetos linguísticos, como os contextuais, tem o poder de realizar ações. Ao afirmar que “the issuing of the utterance is the performing of an action” (Austin, 1962, p. 6), referindo-se à intenção comunicativa subjacente ao enunciado, está a demonstrar como a linguagem é, de facto, usada para realizar essas ações, nomeadamente, influenciar comportamentos ou estabelecer compromissos. É este conceito de ato ilocutório de Austin que Searle (1989, p. 62) define como a produção de um enunciado sob determinadas condições e que constitui a unidade mínima da comunicação linguística.

Para tal, será fundamental perceber, não só o conteúdo proposicional, como a força ilocutória, ou seja, a função que o enunciado assume no contexto em que é produzido. Um dos fatores que determinam a força ilocutória do enunciado é a posição relativa de poder entre locutor e alocutário. No contexto de crises, como a pandemia da COVID-19, os atos diretivos são particularmente relevantes, pois visam influenciar o comportamento da população. Ordens explícitas (*Use máscara*), conselhos (*É recomendável evitar aglomerações*) e solicitações mitigadas (*Por favor, mantenha a distância*) ilustram como os atos ilocutórios podem variar em termos de força impositiva. A escolha desses atos reflete, não apenas a intenção comunicativa, mas também a relação de poder e a estratégia de interação adotada pelo emissor.

Neste sentido, refira-se a importância das estratégias de delicadeza, complementando a noção de que a comunicação não é apenas uma forma de transmitir informações, mas também de manter relações sociais e respeitar as convenções culturais. Desenvolvida por Brown e Levinson (1987), a teoria da delicadeza linguística analisa como os falantes gerem interações sociais para evitar conflitos e preservar a face (um conceito oriundo de Goffman (1967)), que se refere à forma como cada indivíduo, como ator social, apresenta a sua imagem pública e protege a imagem do outro nas interações verbais quotidianas. Esse processo, designado de *face-work*, refere-se a procedimentos que são mitigadores das ameaças à face, ou seja, estratégias discursivas que têm como objetivo convencer, envolver ou influenciar as decisões dos interlocutores.

A Pragmática Linguística tem evoluído ao longo do tempo, com contribuições significativas de diversos autores. Numa perspectiva mais contemporânea, Jef Verschueren (1999) argumenta que esta área não deve ser vista como uma subdisciplina da Linguística, mas como uma perspectiva para estudar a linguagem. Ao sugerir que a análise das relações entre forma, contexto e função comunicativa deve considerar fatores como normas culturais, relações de poder e estratégias de comunicação, Verschueren enfatiza a flexibilidade e a negociabilidade da linguagem, destacando que o seu uso é adaptável às circunstâncias e aos objetivos dos falantes. Propõe que a Pragmática Linguística deve ser entendida como uma abordagem que permite compreender como os indivíduos utilizam a linguagem para interagir socialmente, fazer escolhas e construir realidades compartilhadas. Adotando uma perspectiva mais empírica e sociocultural, este autor considera a linguagem como prática social dinâmica.

Ao longo da sua evolução, a disciplina desenvolveu diversas outras abordagens complementares, refletindo diferentes teorias e metodologias. A Pragmática Indexical, segundo Silva (2010), dedica-se ao estudo dos processos de ancoragem dos enunciados, sendo aqui a *deixis* um conceito-chave, no sentido em que tem como função fazer referência e remeter para a situação de enunciação. No âmbito da Linguística Cognitiva, os estudos cognitivos de Lakoff e Johnson (1980), centrados nos fenómenos da metáfora e da metonímia, são também muito relevantes na perspectiva da linguagem em uso, pois traduzem as imagens mentais partilhadas pela comunidade linguística e convencionalizadas pelo uso, nas quais é baseada a linguagem. Esta abordagem atribui especial atenção à questão da polissemia, interessando-se essencialmente pelos aspetos relacionados com a categorização linguística. Como salienta Silva (2006, pp. 111-112), os diferentes sentidos de uma palavra muitas vezes refletem diferentes conceções cognitivas subjacentes. Por este motivo, a metáfora e a metonímia assumem um papel central na interpretação e compreensão desses sentidos, pois as palavras polissémicas podem surgir, ou por similaridade metafórica, ou por contiguidade metonímica.

Presidindo a qualquer interação verbal, existem princípios gerais da comunicação que Grice (1975) definiu como máximas conversacionais e que, na perspectiva de Silva (2010), marcaram o surgimento da Pragmática Conversacional. São estas máximas que permitem a análise inferencial, necessária para a interpretação dos enunciados em relação aos objetivos do falante e à informação contextual. Na mesma linha, Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) desenvolveram um modelo de análise que enfatiza a construção cooperativa do sentido nas trocas discursivas reais. Segundo Almeida (2012, p. 12), a Análise Conversacional baseia-se na “análise dos

sentidos coconstruídos em interação (em diferentes contextos de uso)”, tendo em muito contribuído para a sua emergência a perspectiva de Goffman (1967) sobre o trabalho da face ou figuração. Deste modo, os participantes em interações institucionais assumem identidades discursivas determinadas pelo próprio dispositivo comunicativo, o que, no caso dos discursos institucionais durante a pandemia, é particularmente relevante, pois os interlocutores que falam em nome de instituições constroem-se discursivamente a partir dessas posições. A assunção de tais identidades implica frequentemente estratégias de mitigação e atenuação, permitindo proteger a face positiva dos locutores e suavizar o potencial de ameaça inerente a certas intervenções públicas em contextos de crise.

A Análise Interacional, como refere Almeida (2012), oferece um enquadramento que permite compreender a linguagem como ação situada, construída na relação entre interlocutores e nas condições sociais que moldam essa interação, seguindo a linha de análise proposta pela dimensão sociocognitiva⁴ de van Dijk (1998). Através da análise dos “rituais verbais” e dos “atos de discurso em interação” (Almeida, 2012, p. 13), esta abordagem reconhece que muitos atos linguísticos só revelam plenamente o seu significado quando interpretados à luz do contexto e das expectativas partilhadas entre os falantes. Kerbrat-Orecchioni (1996, p. 24) destaca que o valor dos atos de discurso, sobretudo dos atos diretivos, depende da forma como estes se integram nas sequências interacionais, podendo assumir significados indiretos ou mitigados que só emergem no contexto da troca, sendo esta “fundamentalmente contratual por natureza” (tradução nossa). Esta dimensão sequencial articula-se com a teoria da delicadeza de Brown e Levinson (1987), que explica como os falantes recorrem a estratégias de atenuação para gerir a ameaça à face do outro e negociar a cooperação.

A Figura 2.1 foi elaborada com base em Almeida (2012) e Silva (2010) e apresenta uma síntese das principais abordagens da Pragmática Linguística, destacando os seus focos, conceitos-chave e autores representativos:

⁴ O autor fala de uma "cognitive dimension of language use" (van Dijk, 1998, p. 10), referindo-se ao conjunto de processos mentais e representações sociais que permitem aos falantes interpretar o contexto, construir significados, produzir discurso adequado ao grupo social e compreender intenções, perspetivas e ideologias.

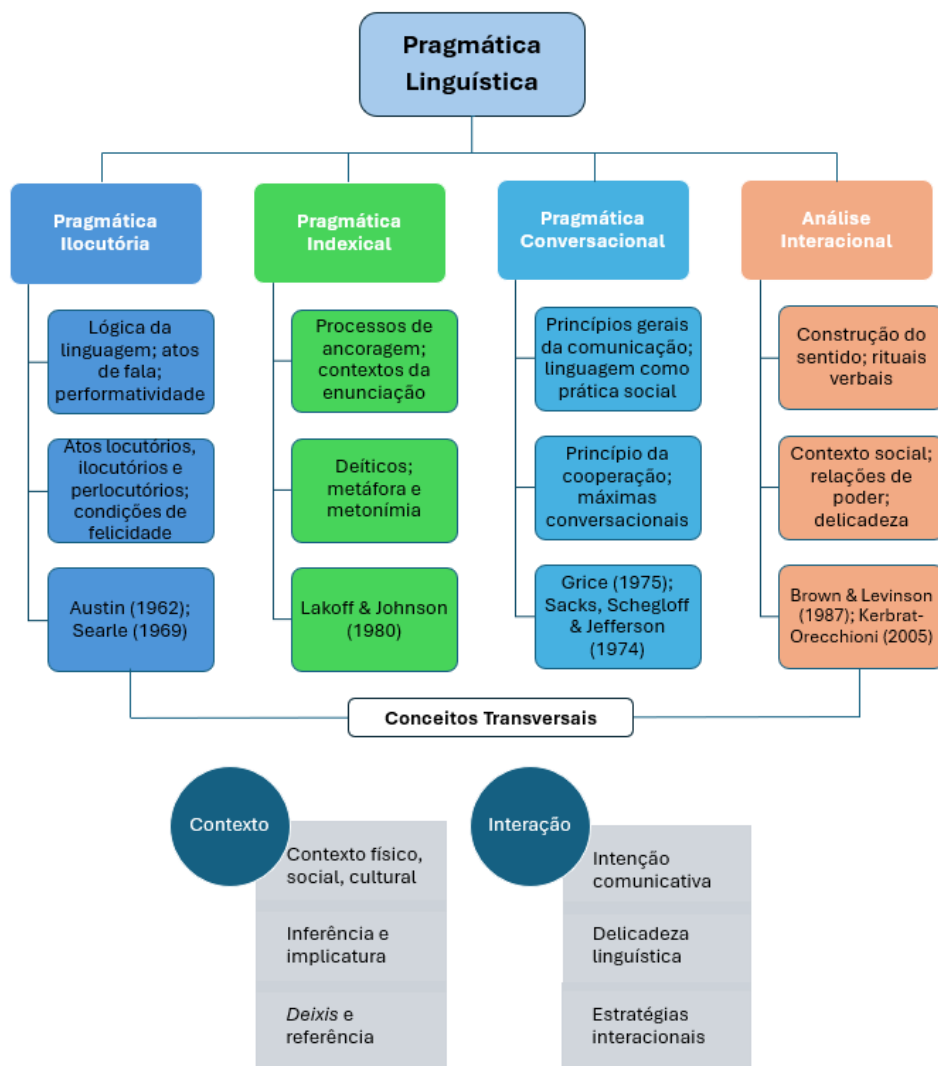


Figura 2.1 - Síntese das principais abordagens da Pragmática Linguística

A Pragmática Linguística é, portanto, um campo interdisciplinar, abrangendo desde a análise de atos de fala até à investigação de normas sociais, inferências contextuais e estratégias comunicativas. A diversidade de abordagens reflete a complexidade da comunicação humana: compreender o que é dito implica considerar intenção, contexto, inferência e relações sociais. Desta forma, a Pragmática oferece um quadro analítico indispensável para compreender discursos institucionais em situações de crise, já que permite observar como as escolhas linguísticas não apenas informam, mas também orientam condutas, moldam percepções e organizam relações de poder.

2.3. Teoria dos Atos de Fala (Austin e Searle)

A teoria dos atos de fala, proposta inicialmente por Austin (1962; 1989), constitui um dos alicerces fundamentais da Pragmática moderna. Austin demonstrou que, ao falar, não apenas descrevemos a realidade, mas também realizamos ações – como prometer, ordenar ou aconselhar. Introduziu, para isso, a distinção entre três dimensões do ato comunicativo: o ato locutório (produção do enunciado), o ato ilocutório (intenção do falante) e o ato perlocutório (efeitos sobre o ouvinte). Searle (1969; 1979), ao desenvolver esta teoria, sistematizou os atos ilocutórios em cinco grandes categorias: assertivos, diretivos, comissivos ou promissivos, expressivos e declarativos (e dentro destes últimos, temos as declarações assertivas). No contexto da presente investigação, destaca-se o grupo dos diretivos, que visam levar o interlocutor a realizar uma ação, incluindo ordens, pedidos, conselhos e recomendações.

A abordagem de Searle alarga a perspectiva da teoria dos atos de fala, lembrando que a linguagem é uma prática social que envolve mais do que simplesmente transmitir intenções individuais. Na verdade, a interação verbal depende de um sistema partilhado de significados e regras que todos os membros de uma comunidade linguística aceitam e entendem, englobando uma gestão concertada do conhecimento e uma negociação de práticas discursivas determinadas por contextos sociais específicos. Além disso, como destaca Almeida, “há aspetos que relevam da natureza sequencial dos atos ilocutórios, do jogo de réplicas em contextos situacionais” (Almeida, 2016a, p. 5), que tornam a linguagem e a comunicação atividades profundamente sociais e interativas.

A teoria dos atos de fala oferece, assim, uma base conceptual sólida para analisar como os discursos institucionais durante a pandemia procuraram influenciar comportamentos sociais. Ao compreender o carácter ilocutório e perlocutório das diretivas institucionais, é possível avaliar em que medida estas contribuíram para reforçar a autoridade do Estado ou promover a cooperação dos cidadãos. O principal contributo de Searle é a sua análise detalhada dos diferentes tipos de atos de discurso e como eles são realizados de forma indireta através do uso da linguagem. Ao classificá-los em diferentes categorias, fornece uma estrutura útil para entender as diferentes intenções comunicativas por detrás dos enunciados linguísticos.

O autor levanta, contudo, a questão da compreensão do ato de fala indireto por parte do ouvinte em contexto interlocutivo, referindo-se à necessidade de “condições de realização feliz” (Searle, 2002, p. 49). Ao integrar as condições de felicidade e as regras constitutivas aos atos

de discurso, amplia a abrangência da teoria de Grice, argumentando que a eficácia de um ato de discurso está condicionada pela satisfação de certos critérios ou condições, como a intenção do falante, a convenção social e a compreensão do ouvinte.

Apresentando um estudo aprofundado sobre a natureza dos atos de fala, Searle procede à análise detalhada dos mecanismos pelos quais usamos a linguagem para realizar ações e comunicar intenções, destacando a importância do contexto e das normas sociais na interpretação dos enunciados. Na verdade, a divisão entre tipos de atos ilocutórios pode ser ambígua sem um contexto claro, por isso, este autor consubstancia a sua teoria na ideia de que é necessário distinguir a força ilocutória de um enunciado do seu “conteúdo proposicional” (Searle, 2002, p. 3), uma vez que um só conteúdo pode ser expresso através de forças ilocutórias diferentes.

Na Teoria do Ilocutório de Searle, é enfatizada a importância da intenção do locutor na realização dos atos de fala, sendo esta intenção comunicativa que determina a força ilocutória e o tipo de ato ilocutório. Importa salientar que, para a compreensão completa de um ato linguístico, é necessário ter em consideração, não apenas as intenções, mas as circunstâncias subjacentes ao uso da linguagem. Na prática quotidiana, a realização destas ações nem sempre é feita de forma explícita e imediata, sendo os atos ilocutórios indiretos extremamente comuns. O que queremos dizer nem sempre corresponde ao significado literal do enunciado, daí a importância do objetivo ilocutório que requer, contudo, um conjunto de conhecimentos e de inferências por parte dos interlocutores, por forma a assegurar a realização destes atos indiretos.

Como refere Lima (2007), para a compreensão de um ato linguístico indireto, é necessário o conhecimento da língua, o conhecimento de princípios de cooperação conversacional e conhecimentos sobre o mundo, assim como a capacidade de fazer inferências a partir desses conhecimentos: “É [...] graças ao conhecimento semântico que os falantes têm da sua língua e a alguns conhecimentos pragmáticos sobre o contexto da comunicação que os falantes podem praticar e compreender os actos ilocutórios.” (Lima, 2007, p. 32). Na linha de Grice (1975), esta noção de “implicatura conversacional” é o que permite determinar o valor ilocutório dos atos de discurso, possibilitando aos falantes transmitir significado adicional além do que é explicitamente dito.

O conhecimento compartilhado entre os interlocutores, as suas experiências passadas e o ambiente em que a conversa ocorre influenciam a interpretação do discurso e a inferência de significados implícitos. Segundo Almeida (2016a), Searle realça a significação convencional

sobre a questão da intenção, sintetizando uma visão importante sobre a natureza da comunicação e do significado linguístico. Sendo a intenção do falante crucial para entender o significado daquilo que é dito, a convenção refere-se às normas e regras partilhadas pela comunidade linguística que permitem que a comunicação ocorra de forma eficaz. Essas convenções regulam a realização com sucesso dos atos ilocutórios, tratando-se de condições de uso que determinam a força ilocutória de cada ato de discurso (Searle, 1989, p. 83). Ao fazer uma promessa, ao emitir uma ordem ou numa saudação, o valor semântico e a construção da frase são compreensíveis, porque há um acordo tácito sobre o que essas palavras significam em conjunto e em que contextos elas podem ser usadas.

2.4. Delicadeza Linguística (Brown & Levinson, 1978; 1987)

Quando falamos do princípio de delicadeza linguística, regularmente, referimo-nos a um comportamento social com vista a atenuar as forças ilocutórias⁵ durante a interação verbal, muito frequente na comunicação quotidiana, tal como referido por Lima (2007, p. 68). Os trabalhos de Brown e Levinson (1987) assinalam as estratégias de delicadeza positiva (estratégias discursivas de valorização de uma das faces do alocutário) e as estratégias de delicadeza negativa (estratégias de evitação da ameaça de uma das faces do alocutário). No caso das diretivas emitidas em momentos de crise, estratégias de delicadeza negativa são frequentemente usadas para suavizar ordens que poderiam ser percebidas como coercivas.

As estratégias de delicadeza permitem que as autoridades públicas equilibrem o uso do poder, essencial para situações de emergência, com a necessidade de manter uma relação de cooperação com os cidadãos. Aplicadas ao contexto da pandemia, estas estratégias permitem compreender de que forma as autoridades oscilaram entre discursos impositivos (ex.: ordens de confinamento) e discursos mais mitigados (ex.: recomendações de distanciamento social). Brown e Levinson apontam os atos de fala diretivos como sendo naturalmente ameaçadores

⁵ Como refere Faria (2003), cada ato de fala é “governado por regras que asseguram que as intenções comunicativas venham a ser adequadamente interpretadas” (Faria, 2003, p. 73), pressupondo a realização de diferentes tipos de atos ilocutórios de acordo com o objetivo comunicativo. E em cada tipo de ato ilocutório distingue-se uma força ilocutória e um conteúdo proposicional, uma vez que cada tipo de ato ilocutório tem implicado uma intenção ilocutória. Por exemplo, um pedido e uma ordem podem ter “o mesmo objectivo ilocutório “tentar que o alocutário faça algo”, embora as forças de locução sejam completamente diferentes: a ordem é normalmente expressa pelo modo imperativo [...]; o pedido pode assumir a forma de uma pergunta [...]” (Faria, 2003, p. 74). Assim, força ilocutória é a forma como a intenção comunicativa é concretizada, sendo as duas componentes de todo o ato ilocutório.

para a face do ouvinte. Estes atos são designados de *Face Threatening Acts* (FTAs) e poderão colocar em risco, quer a face positiva, quer a face negativa dos interlocutores, pois configuram-se como ações delimitadoras do seu território pessoal. Por outro lado, os atos que valorizam as faces do interlocutor são os *Face Flattering Acts* (FFAs).

Os atos ilocutórios indiretos são os tipos de atos de fala mais caracterizados pela presença da delicadeza nos enunciados, atenuando ou acentuando a relação que se estabelece entre os falantes. Segundo Almeida (2009), C. Kerbrat-Orecchioni propõe que o exercício de conversação implica uma interação, na qual existe, “em certas circunstâncias e em graus diversos, [...] um carácter intrinsecamente ameaçador, pois age sobre o alocutário”, constituindo-se como uma “transacção de poder” (Almeida, 2009, p. 46) onde o respeito pelas regras de cortesia é essencial para o equilíbrio interacional.

O trabalho de Goffman (1967) enfatiza a importância da manutenção da face nas interações sociais, destacando as ações que os indivíduos realizam para preservar a sua face e a dos outros, evitando constrangimentos e conflitos. Como refere Almeida (2000), há um trabalho de “figuração” que é levado a cabo na interação quotidiana, uma vez que os atos de fala diretivos são naturalmente ameaçadores para a face do ouvinte. Através das relações que estabelece com os outros, o indivíduo tem de desempenhar uma série de papéis sociais em contextos distintos, procurando, ao mesmo tempo, defender e preservar a sua própria identidade.

Ordens, pedidos ou avisos são exemplos de atos que ameaçam, sobretudo, a face negativa do ouvinte, uma vez que indicam que o falante poderá estar a impedir a sua liberdade de ação. Críticas ou expressões de desacordo, por exemplo, incluem-se na categoria de atos ameaçadores da face positiva do ouvinte. Outros atos linguísticos serão inerentemente corteses, como por exemplo, a oferta e o convite, direccionando-se mais para a face positiva do alocutário. No entanto, como salienta Almeida (2009, p. 54), estes atos estão também orientados para a face negativa do alocutário, pois, não sendo solicitados, podem ser entendidos como uma imposição. Os atos de elogio e os votos de parabéns são exemplos de FFAs, coocorrendo com estratégias discursivas de reforço da valorização do outro.

Tanto os FTAs como os FFAs são inerentes a toda a troca comunicativa, daí a necessidade de os interactantes realizarem a gestão do trabalho da face, quer para evitar a sua ameaça, quer para a valorizar. Esse trabalho é feito através de procedimentos atenuadores (FTAs), ou de reforço (FFAs), podendo os atos mistos, como a oferta e o convite, ser suavizados e reforçados

em simultâneo (Almeida, 2009, p. 46). Verificamos, assim, que a delicadeza pode estar em todos os usos linguísticos e em todos os atos comunicativos interpessoais (mesmo nos atos diretivos), dependendo do contexto em que ocorrem, das intenções e estratégias comunicacionais e da relação social entre os interlocutores.

A delicadeza linguística é mais um conceito fundamental na Pragmática Linguística, porque evidencia como os falantes negociam poder, solidariedade e distância social através da linguagem. Constitui-se como outra referência central para esta investigação, na medida em que os conceitos de face positiva – necessidade de reconhecimento e valorização social – e face negativa – necessidade de autonomia e liberdade de ação –, definidos por Brown e Levinson (1987)⁶, são o gatilho para que os falantes recorram mais a estratégias de mitigação perante uma potencial ameaça às faces durante a interação verbal: “In the context of the mutual vulnerability of face, any rational agent will seek to avoid these face-threatening acts, or will employ certain strategies to minimize the threat.” (Brown & Levinson, 1987, p. 68).

Desde a conceção ritual do *face-work*, em Goffman (1967), até às abordagens discursivas que lhe seguiram, a delicadeza emerge como uma estratégia relacional que permite equilibrar a necessidade de eficácia comunicativa com a preservação da imagem e da harmonia interacional. Neste quadro, a análise das estratégias de delicadeza nos discursos públicos, sobretudo em contextos de crise, permite compreender de que modo as autoridades constroem, por via linguística, uma imagem de legitimidade, empatia e responsabilidade, revelando as interdependências entre linguagem, poder e cooperação social.

2.5. Dinâmicas de Poder e Cooperação na Linguagem

A linguagem é um dos principais instrumentos de exercício e manutenção do poder social. Neste quadro, os discursos das autoridades durante a pandemia podem ser interpretados como instâncias de construção de consensos e legitimação do poder institucional, em que as escolhas linguísticas revelam visões específicas de cidadania, responsabilidade e solidariedade social. Autores como Fairclough (1995; 2001) e Wodak (2009) sublinham que o discurso é simultaneamente reflexo e construtor de relações de poder, funcionando como prática social e

⁶ Nas palavras dos autores, “negative face: the want of every ‘competent adult member’ that his actions be unimpeded by others. positive face: the want of every member that his wants be desirable to at least some others.” (Brown & Levinson, 1987, p. 62).

ideológica. Assim, escolhas lexicais, estruturas sintáticas e estratégias discursivas não são neutras, mas inscrevem valores, intenções e posicionamentos políticos. No caso da comunicação em crise, a relação entre poder e cooperação assume contornos específicos. Por um lado, é necessário impor medidas que restrinjam a liberdade individual; por outro, é fundamental assegurar a adesão voluntária da população.

Inquéritos e avaliações da OCDE (2023) indicam que a confiança nas instituições em Portugal foi relativamente alta durante a pandemia, fator associado a maior adesão às orientações – um dado consistente com a ideia de que a eficácia dependeu de um padrão comunicativo capaz de conjugar autoridade e apelo cívico. O discurso como uma prática social é defendido por autores como Fairclough (1992), Wodak (2009) ou van Dijk (1998), cujas contribuições foram fundamentais para a consolidação da ACD. Esta abordagem analisa a relação da linguagem com as mudanças sociais e culturais, considerando que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas um instrumento que reflete e reproduz ideologias, valores e normas. Isto significa que as percepções, identidades e modos de agir são refletidos e moldados pelos discursos que circulam numa determinada sociedade.

Fairclough e Melo (2012) evidenciam esse papel da semiose nos processos de mudança na vida social, pois esta manifesta-se através das práticas discursivas, influenciando a produção, veiculação e interpretação dos discursos. E estes discursos são orientados socialmente para diferentes propósitos, como a dominação, conscientização, educação ou crítica. Ao analisar criticamente esses discursos, especialmente os provenientes de contextos de poder, como o político, o mediático ou o institucional, a ACD permite compreender como ideologias e valores se vão tornando naturais, ou seja, como certas posições ganham legitimidade e outras são marginalizadas. Tal como destacam van Dijk (2010) e Wodak e Meyer (2016), o discurso é uma forma de ação social que pode, tanto reproduzir desigualdades e hegemonias, como abrir espaço para resistência e mudança.

Por sua vez, o discurso também influencia o mundo, gerando ações, sentimentos e formas de pensar. É neste sentido que Fairclough (2001, p. 17) perspetiva o discurso como uma prática social (“as a social practice”), enfatizando o elemento de interação social inerente ao discurso, e destaca a interdependência entre linguagem e mundo, afirmando que é possível transformar o mundo através do discurso e das suas relações com as estruturas sociais. Desta forma, a ACD apresenta-se como uma ferramenta fundamental para observar dinâmicas de poder e cooperação

na linguagem, pois sugere que um evento discursivo deve ser examinado no seu contexto mais amplo, como uma parte integrante das interações sociais e das estruturas de poder presentes na sociedade, para que se entenda plenamente o seu significado e influência.

Wodak (2004) refere que Fairclough, através da análise de vários exemplos textuais, demonstrou a importância da linguagem dos meios de comunicação, em particular, como “um espaço de poder” e demonstra como a sua análise é “útil para revelar a natureza discursiva de muitas das mudanças sociais e culturais contemporâneas.” (Wodak, 2004, pp. 230-231). A autora salienta como a suposta neutralidade das instituições mediáticas é posta em causa por esta abordagem, pois, sendo o discurso uma prática social, surge intrinsecamente ligado à interação humana e à forma como o significado e a realidade são construídos em contextos sociais específicos, inscrevendo-se em estruturas de poder. Através da ACD, consegue-se perceber como as representações sociais se podem alterar ao longo do tempo, em resposta a mudanças sociais e culturais, e como certas formas de linguagem são utilizadas para manter ou desafiar estruturas de dominação e subordinação numa sociedade.

Diversos estudos têm analisado como a política é principalmente realizada através do discurso. Wodak (2009) demonstra, por exemplo, como o discurso político desempenha um papel fundamental na construção de narrativas coletivas, na definição de problemas públicos e na legitimação de ações institucionais – aspetos relevantes em contextos de crise. Muitas vezes, os políticos recorrem a um uso orquestrado de cenários e de discursos que produzem um efeito dramático consistente com as intenções das suas ações, num trabalho que a autora designa de “*performance*”:

They are concerned with strategies for maintaining trustworthiness and consistency. Most importantly, they observe the discrepancy between the *ideal*, projected self-image, and the *real* self-image. Politicians, they maintain, balance assertive strategies and defensive strategies while trying to preserve their trustworthiness [...]. If the gap between these two constructions becomes too big, the politician risks losing support when trying to avoid or cope with scandals [...]. (Wodak, 2009, p. 7)

O objetivo principal é revelar como o discurso atua e, neste sentido, a ACD vai ter em conta a dimensão temporal, as estratégias discursivas dos atores sociais e as implicações do texto

mediático nos leitores/ouvintes, que são participantes ativos na sua interpretação. Além disso, a forma como os problemas sociais são retratados pelos emissores dos discursos depende das preferências ou escolhas institucionais, assim como de interesses políticos.

Este tipo de discurso, como refere Coombs (2023), caracteriza-se pela urgência, pela necessidade de clareza e pela gestão de incertezas, pelo que, em situações de crise sanitária, como foi o caso da pandemia, a comunicação institucional assume as funções críticas de informar, tranquilizar, persuadir e orientar a ação coletiva. Tendo como principais desafios a credibilidade da fonte, a clareza da mensagem e a adequação das estratégias comunicativas ao público, qualquer falha nestes aspetos pode comprometer a eficácia das medidas adotadas e gerar resistência social.

A análise do discurso institucional pode igualmente ser perspectivada à luz do conceito de *agir verbal* (Gonçalves & Torres, 2017, p. 521), entendido como uma forma de ação social que se materializa nos textos e discursos produzidos pelas instituições. Neste sentido, o texto institucional não se limita a descrever uma realidade, mas constrói representações do agir, projetando uma determinada imagem da instituição e legitimando a sua capacidade de intervenção. Como demonstram Gonçalves e Torres (2017, pp. 524-525), em estudos centrados na responsabilidade enunciativa em contextos institucionais, as escolhas linguísticas – nomeadamente a gestão das vozes, a impessoalização do dizer e a neutralização do agente – contribuem para a construção de um agir coletivo, não personalizado, que reforça a autoridade institucional e orienta a interpretação do destinatário quanto à credibilidade e legitimidade do que é dito.

3. Metodologia de Estudo

3.1. Enquadramento e objetivos da análise

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa de base pragmática, centrada na análise dos discursos institucionais produzidos por autoridades públicas portuguesas durante a pandemia da COVID-19. O principal objetivo consiste em identificar e interpretar os atos ilocutórios diretivos e as estratégias de poder e cooperação mobilizadas em contextos de comunicação de crise, observando de que forma a linguagem institucional contribui para a construção de autoridade, confiança e solidariedade social.

Conforme defendem Flick (2018) e Denzin e Lincoln (2011), a investigação qualitativa centra-se na interpretação dos fenómenos sociais a partir de significados construídos no discurso. Neste sentido, este estudo posiciona-se na interseção entre a Pragmática Linguística e a Linguística do Discurso, com uma dimensão aplicada ao estudo da comunicação institucional em situações de crise.

De modo mais específico, pretende-se:

1. Descrever os tipos de atos diretivos predominantes nos discursos oficiais (ordens, recomendações, apelos, proibições, instruções, advertências, etc.);
2. Analisar as estratégias linguísticas de atenuação, delicadeza e gestão da face;
3. Examinar a forma como as relações de poder e responsabilidade são discursivamente construídas e negociadas entre as instituições e os cidadãos;
4. Comparar a evolução das estratégias discursivas ao longo das quatro fases da pandemia definidas no recorte cronológico (cf. Tabela 1.1).

A metodologia adotada visa, assim, compreender como as escolhas linguísticas e pragmáticas refletem diferentes equilíbrios entre autoridade e cooperação, revelando mecanismos discursivos que sustentam a eficácia – ou, por vezes, a tensão – das mensagens institucionais em contextos de crise. A escolha deste enquadramento justifica-se pela pertinência dos instrumentos analíticos que a pragmática oferece para compreender fenómenos de autoridade, persuasão, mitigação e cooperação em situações de crise.

Neste sentido, a análise dos discursos públicos durante a pandemia constitui um espaço privilegiado para observar o modo como a linguagem institucional exerce poder, constrói legitimidade e mobiliza a adesão social através de atos ilocutórios diretivos. Assim, a metodologia proposta permite articular a dimensão linguística e a dimensão sociopolítica dos discursos, revelando como as práticas comunicativas se tornam instrumentos de gestão simbólica e relacional em contextos de exceção.

3.2. O *corpus* em análise

O *corpus* reunido integra documentos escritos (comunicados, relatórios, despachos), com produções orais (discursos presidenciais e conferências de imprensa), provenientes de diferentes entidades públicas portuguesas. Todos estes discursos foram produzidos em momentos críticos da pandemia, abrangendo quatro fases distintas (emergência, estabilização e desconfinamento, agravamento da crise, recuperação e ajuste).

As fontes selecionadas abrangem organismos centrais na gestão da crise – o Governo de Portugal, a Direção-Geral da Saúde (DGS) e a Presidência da República –, bem como registos mediáticos provenientes da comunicação social. Estas entidades foram responsáveis pela emissão de mensagens oficiais em diferentes formatos, representando distintos níveis de autoridade e funções comunicativas. A diversidade de fontes garante uma perspetiva abrangente sobre a forma como os atos diretivos e as estratégias discursivas foram mobilizados em diferentes esferas institucionais, permitindo compreender as variações entre discursos de autoridade, de coordenação técnica e de mediação política ao longo das várias fases da crise.

Os discursos escritos possuem uma estrutura normativa, mais formalizada, não raro utilizando léxico técnico e jurídico (“decreto”, “regulamentar”, “aplicação do estado de emergência”). Com uma sintaxe mais elaborada e o predomínio da modalidade declarativa e diretiva, por vezes sem mitigação, afiguram-se como fontes ideais para a análise de formas diretivas (ordens, instruções). Já os discursos orais apresentam uma forte dimensão performativa e ritual (como são exemplo as conferências diárias da DGS), podendo haver espaço para interação e reformulações. Encontram-se algumas marcas de oralidade, como repetições, hesitações, o uso de deícticos (“aqui”, “agora”) e apelos diretos (“pedimos à população que...”).

Para além da dimensão verbal, importa ainda considerar a multimodalidade do discurso. Norris (2015) destaca que o sentido é produzido não apenas pelas palavras, mas também pela entoação,

gestos, expressões faciais e enquadramento mediático. Nas conferências televisivas da DGS e da Ministra da Saúde, elementos como o tom solene, as pausas estratégicas ou a linguagem corporal transmitiam credibilidade, autoridade e gravidade, reforçando a força ilocutória das mensagens e permitindo observar estratégias de proximidade (solidariedade, empatia, autoridade mitigada). Estas conferências, de carácter quase ritualizado e repetitivo, tinham como objetivo informar diariamente a população sobre a evolução epidemiológica, reforçar a legitimidade das medidas, transmitir diretivas e responder a jornalistas.

A atenção ao contexto institucional e aos géneros discursivos oferece um enquadramento pertinente para analisar a coexistência de textos de natureza distinta no *corpus*. Drew e Heritage (2015) defendem que o discurso em contextos institucionais é marcado por regras próprias de participação e enquadramento, que configuram as interações. À luz dos contributos teóricos fundamentais de Tannen, Hamilton e Schiffrin (2001), que reúnem diferentes abordagens à análise do discurso, podemos compreender a forma como a linguagem é mobilizada em contextos de crise, em particular na gestão institucional da pandemia; (i) uma modalidade mais diretiva, em textos como as recomendações, onde são transmitidas ordens e apelos à ação; (ii) o tom assertivo presente nos boletins epidemiológicos e nos relatórios técnicos; (iii) os atos comissivos, subjacentes às promessas de apoio, às garantias de fornecimento de vacinas e aos compromissos políticos; e (iv) a modalidade expressiva, presente nas mensagens de solidariedade, nas condolências às famílias das vítimas e nos apelos emocionais.

3.2.1. Apresentação do *corpus*

Na apresentação do *corpus*, consideramos não apenas os textos escritos (como despachos e comunicados), mas também os comunicados televisivos diários emitidos pela Direção-Geral da Saúde e pela Ministra da Saúde, que assumiram um papel performativo e simbólico de comunicação em crise. Inclui-se ainda uma amostra de discurso paródico televisivo, que permite observar a reinterpretação humorística do discurso institucional e a sua receção social.

A diversidade deste *corpus* – textual e audiovisual – permite uma análise multifacetada das dinâmicas envolvidas, revelando as fontes escritas a dimensão normativa e técnica da autoridade, enquanto os comunicados televisivos evidenciam a performatividade do discurso diretivo em contexto público e mediático. A inclusão de um exemplo de discurso humorístico amplia o campo analítico, permitindo observar a reação social e metapragmática ao discurso

institucional, contribuindo para compreender a evolução do padrão comunicativo do Estado em situação de crise.

Os diferentes textos encontram-se organizados cronologicamente e por tipologia de discurso, representativos de modalidades linguísticas e contextuais diversas que conferem um enriquecimento à análise pragmática, na medida em que oferecem uma visão ampla dos modos de enunciação das autoridades públicas durante a evolução da pandemia.

As Tabelas 3.1 e 3.2 apresentam a listagem completa dos documentos e conteúdos audiovisuais analisados, com hiperligações para as fontes originais:

Tabela 3.1 - *Corpus* documental principal⁷

Fase	Data	Tipo de documento	Entidade emissora	Link	Descrição resumida
F1	08/03/2020	Comunicado C160_79_v1	DGS	Ver documento	Primeiro balanço oficial da situação epidemiológica em Portugal.
F1	10/03/2020	Recomendações para escolas	DGS	Ver documento	Informação sobre o vírus e medidas de proteção para a comunidade educativa.
F1	13/03/2020	Nota à Comunicação Social	Governo de Portugal	Ver documento	Descrição detalhada da aplicação das medidas do estado de alerta.
F1	17/03/2020	Despacho 006/2020	DGS	Ver documento	Atualização da lista de peritos/especialistas que integram a <i>Task Force</i> .
F1	18/03/2020	Mensagem ao País	Presidência da República	Ver documento	Declaração do Estado de Emergência por Marcelo Rebelo de Sousa.
F2	30/07/2020	Conferência de Imprensa	Governo de Portugal	Ver documento	Anúncio oficial das fases do plano de desconfinamento.
F2	04/11/2020	Despacho 012/2020	DGS	Ver documento	Criação da Comissão Técnica de Vacinação contra COVID-19.
F2	09/11/2020	Despacho 013/2020	DGS	Ver documento	Atualização das orientações técnicas para eventos de massa.

⁷ Para facilitar a referência aos documentos do *corpus*, foi criado um sistema de codificação interna, onde cada texto é identificado por um código composto por duas partes: (a) uma sigla que indica o tipo de documento – CM (Comunicado oficial), RC (Recomendação), NG (Nota do Governo), DP (Despacho), PR (Discurso do Presidente da República), CI (Conferência de imprensa), RL (Relatório oficial), MS (Apresentação da Ministra da Saúde); e (b) um número sequencial que indica a ordem cronológica no *corpus* (por exemplo, CM03 corresponde ao terceiro comunicado recolhido). Este código será usado ao longo do texto para identificar todas as citações provenientes do *corpus*.

F2	04/12/2020	Comunicado do Conselho de Ministros	Governo de Portugal	Ver documento	Anúncio da prorrogação do Decreto-Estado de Emergência.
F3	18/01/2021	Comunicado do Conselho de Ministros extraordinário	Governo de Portugal	Ver documento	Regulamentação do novo Estado de Emergência e do confinamento geral.
F3	20/01/2021	Relatório n.º 324	DGS	Ver documento	Síntese técnica sobre o pico pandémico em janeiro de 2021.
F3	10/03/2021	Despacho 009/2021	DGS	Ver documento	Criação da Comissão Técnica para os Eventos de Massas COVID-19.
F3	29/03/2021	Despacho 004/2021	DGS	Ver documento	Notificação laboratorial de testes em contexto de rastreio e surtos .
F4	30/07/2021	Comunicado do Governo	Portal “Estamos On”	Ver documento	Levantamento progressivo das restrições ao ritmo da vacinação.
F4	17/12/2021	Apresentação da Ministra da Saúde	Governo de Portugal	Ver documento	Balanço final das medidas e apelo à vacinação e prudência.

Tabela 3.2 - *Corpus* complementar: conferências e outras emissões televisivas⁸

Fase	Tipo de conteúdo	Entidade oradora	Link	Nota contextual
F1	Conferência COVID-19	DGS/Ministra da Saúde	Ver vídeo	14/03/2020: Atualização da situação epidemiológica
F1	Conferência COVID-19	DGS/Ministra da Saúde	Ver vídeo	04/04/2020: Atualização da situação epidemiológica
F1	Conferência COVID-19	DGS/Ministra da Saúde	Ver vídeo	10/05/2020: Atualização da situação epidemiológica
F2	Discurso de Marta Temido	Ministra da Saúde	Ver vídeo	11/12/2020: Balanço do trabalho realizado na resposta à pandemia
F2	Apelo de António Lacerda Sales	Secretário de Estado Adjunto e da Saúde	Ver vídeo	17/01/2021: Apelo à responsabilidade de todos
F3	Declaração após reunião de peritos	Ministra de Saúde	Ver vídeo	22/02/2021: Avaliação da Situação Epidemiológica
F3	Declaração após reunião de peritos	Ministra da Saúde	Ver vídeo	08/03/2021: Avaliação da Situação Epidemiológica
F3	Declaração após reunião de peritos	Ministra da Saúde	Ver vídeo	28/05/2021: Avaliação da Situação Epidemiológica

⁸ O *corpus* recolhido reúne Conferências de Imprensa da Diretora-Geral da Saúde (Graça Freitas) com a Ministra da Saúde (Marta Temido), intervenções isoladas do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde ou da Ministra da Saúde, Conferências da Ministra da Saúde após reuniões com os peritos e um exemplo do programa “Cá por Casa”, da RTP1, onde Herman José retomou humoristicamente os comunicados diários televisivos da Diretora-Geral de Saúde com a Ministra da Saúde. Utilizando um sistema de codificação análogo ao dos documentos escritos, os dez vídeos em análise serão referenciados da seguinte forma: DGS (Conferências DGS COVID-19), MT (Intervenções da Ministra da Saúde, Marta Temido), ALS (Pronunciamento do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Lacerda Sales) e CC (episódio de “Cá por Casa”, da RTP1).

F4	Declaração após reunião de peritos	Ministra da Saúde	Ver vídeo	07/09/2021: Avaliação da Situação Epidemiológica
F4	Declaração após reunião de peritos	Ministra da Saúde/Infarmed	Ver vídeo	19/11/2021: Avaliação da Situação Epidemiológica
Nov 2020	Episódio de “Cá Por Casa”	RTP1 / Programa de humor	Ver vídeo	Reinterpretação humorística do formato das Conferências COVID-19

O *corpus* está, assim, delimitado entre março de 2020 e dezembro de 2021 e é constituído por vinte e seis documentos (textos e vídeos), onde é possível analisar a função dos atos de fala na construção da relação interlocutiva. A combinação de produções orais e escritas, normativas e performativas, permite analisar os discursos da pandemia, quer do ponto de vista da clareza normativa e estabilidade, quer das estratégias interacionais, de gestão de imagem e de proximidade.

Estes documentos contêm exemplos de atos diretivos, justificações e apelos à cooperação, afigurando-se muito úteis para identificar enunciados com valor ilocutório, analisar estratégias de mitigação e poder e observar a evolução dos discursos ao longo das diferentes fases da pandemia.

A constituição deste *corpus* permite, assim, observar a materialização discursiva das práticas comunicativas institucionais em contextos de crise, fornecendo uma base empírica sólida para a análise pragmática proposta. A seleção das fontes e dos períodos considerados visa assegurar a representatividade dos diferentes tipos de atos ilocutórios – sobretudo diretivos – e das estratégias de delicadeza, poder e cooperação presentes nos discursos oficiais. Nas secções seguintes, procede-se à explicitação dos procedimentos metodológicos adotados, especificando os critérios de recolha, segmentação e categorização dos enunciados analisados, bem como os instrumentos teóricos utilizados na interpretação dos dados.

O recorte cronológico apresentado foi definido com base em momentos considerados críticos da gestão da pandemia da COVID-19 em Portugal, nos quais se verificaram alterações significativas tanto na situação epidemiológica como nas estratégias comunicativas adotadas pelas autoridades públicas. A seleção destas fases assenta em critérios de relevância discursiva, estabelecidos a partir de documentos oficiais da Direção-Geral da Saúde (DGS, 2020–2022), dos Decretos do Estado de Emergência promulgados pela Presidência da República e dos planos de desconfinamento e comunicação governamental.

3.3. Critérios de seleção e segmentação do *corpus*

A constituição do *corpus* obedeceu a três critérios principais:

- Relevância discursiva: inclusão de textos com valor performativo e diretivo na gestão da pandemia (ex.: decretos de estado de emergência, conferências de imprensa com anúncios de medidas, comunicados sobre vacinação);
- Representatividade institucional: diversidade de vozes e posições de poder (autoridade política, autoridade técnica e instâncias parlamentares e legais);
- Momentos críticos da pandemia: seleção de documentos e conferências que marcam fases decisivas (primeiro confinamento, picos de contágio, períodos de desconfinamento e arranque da vacinação).

3.3.1. Justificação da delimitação temporal

Relativamente aos períodos contemplados, o *corpus* abrange as quatro fases centrais da pandemia em Portugal, em conformidade com momentos-chave da gestão comunicacional, sanitária e política no país:

- Início da pandemia: primeiras conferências de imprensa, decretos de emergência, diretivas iniciais de confinamento;
- Fases de desconfinamento: comunicados governamentais sobre reabertura progressiva e discursos de apelo à responsabilidade coletiva;
- Picos de contágio: discursos e relatórios sobre a intensificação das medidas restritivas, discursos mais diretivos e conferências da DGS marcadas por forte pressão mediática;
- Vacinação e gestão da esperança: anúncios sobre a vacinação, mensagens de balanço e transição discursiva para o pós-crise.

A delimitação temporal (2020–2021) reflete a necessidade de acompanhar o ciclo completo da pandemia em Portugal. O início inaugura práticas comunicativas inéditas de gestão de crise em saúde pública. Os picos de contágio permitem observar discursos mais autoritários e estratégias de legitimação reforçadas. As fases de desconfinamento e o arranque da vacinação evidenciam a construção de discursos de esperança, cooperação social e mitigação de conflito.

3.3.2. Critérios de representatividade e relevância discursiva

A seleção dos textos seguiu alguns critérios de representatividade e relevância discursiva, procurando abranger momentos de maior densidade comunicativa e diversidade de papéis institucionais. A inclusão das conferências diárias da DGS acrescenta uma dimensão ritual e performativa ao *corpus*, permitindo observar como a repetição, a estruturação fixa e a evolução da retórica médica e política produziram confiança, mas também desgaste, revelando dinâmicas de poder e cooperação entre autoridades técnicas e políticas ao longo do tempo.

Deste modo:

- Foram privilegiados discursos públicos de carácter diretivo, isto é, enunciados com potencial ilocutório de orientar, ordenar, recomendar ou restringir comportamentos;
- Selecionaram-se textos de alta visibilidade pública (conferências, comunicados e mensagens presidenciais).

O *corpus* final será analisado em termos de frequência relativa e função pragmática dos diferentes tipos de atos diretivos, observando também a variação lexical e modal (por exemplo, uso de imperativos e de mitigadores discursivos).

Com base no enquadramento teórico, foram definidas as seguintes categorias de análise:

- Tipos de diretivas – ordens, recomendações, conselhos;
- Estratégias de delicadeza/mitigação – delicadeza positiva, delicadeza negativa, indireção, ausência de mitigação;
- Estratégias de cooperação – apelos à responsabilidade coletiva, solidariedade, inclusão discursiva;
- Dinâmicas de poder – discursos de imposição, legitimação institucional, reforço da autoridade;
- Efeitos perlocutórios potenciais – adesão, resistência, mobilização, contestação.

3.4. Procedimentos de análise pragmática

A análise linguístico-pragmática desenvolvida nesta investigação tem como objetivo central identificar e interpretar as formas de construção discursiva da autoridade, da cooperação e da mitigação nos discursos institucionais produzidos em Portugal durante a pandemia da COVID-

19. Os procedimentos de análise foram definidos em conformidade com os objetivos gerais e específicos do estudo, respeitando a natureza mista do *corpus* – composto por textos escritos oficiais e comunicados televisivos – e articulando ferramentas da Pragmática Linguística, da Análise Crítica do Discurso e da Sociolinguística Interacional.

3.4.1. Organização do processo analítico

A análise foi conduzida em quatro etapas principais:

1. Leitura exploratória e segmentação temática

- Cada documento foi lido integralmente, com registo das informações relativas à data, instituição emissora, tipo de texto e contexto de enunciação;
- Procedeu-se à divisão do *corpus* por fases cronológicas da pandemia (ver Tabelas 3.1 e 3.2), assegurando a representatividade de momentos críticos (início, picos, desconfinamento e retoma);
- Identificaram-se as macrofunções discursivas predominantes em cada fase (informativa, diretiva, apelativa, legitimadora e cooperativa).

2. Codificação linguístico-pragmática

- Foram selecionadas unidades linguísticas relevantes para o estudo da força ilocutória e da delicadeza linguística:
 - Verbos no modo imperativo, como indicadores de diretividade explícita;
 - Verbos no infinitivo impessoal em contextos normativos, que marcam instrução ou prescrição técnica;
 - Subordinadas condicionais com *caso + conjuntivo*, frequentemente usadas como atenuadores do imperativo;
 - Verbos modais, que exprimem graus de obrigação, permissão ou probabilidade;
 - Marcadores discursivos e atenuadores, que indicam mitigação e partilha de responsabilidade.

3. Classificação dos atos ilocutórios

- Cada ocorrência relevante foi classificada segundo a tipologia de Searle (1979), considerando o seu valor ilocutório e contexto de enunciação:
 - Atos diretivos: ordens, apelos, recomendações, conselhos;
 - Atos assertivos: declarações factuais, apresentações de dados epidemiológicos;
 - Atos comissivos: promessas e compromissos institucionais;
 - Atos expressivos: agradecimentos e reconhecimentos públicos;
 - Atos declarativos: anúncios formais (ex.: declaração de estado de emergência).
- Esta classificação permitiu mapear a evolução dos atos de autoridade e cooperação, verificando em que medida os enunciados passaram de diretivos impositivos para diretivos cooperativos.

4. Análise contextual e discursiva

- As unidades linguísticas foram interpretadas à luz das condições de produção e circulação de cada texto, observando a interação entre linguagem e poder, de acordo com Fairclough (2001) e van Dijk (2010);
- Foram considerados fatores como as características do discurso institucional, o grau de tecnicidade e o papel do interlocutor implícito (cidadão, público, coletivo);
- No caso dos comunicados televisivos, aplicaram-se também critérios multimodais (entoação, gestualidade, pausas, postura), permitindo avaliar a performatividade do discurso oral.

3.4.2. Síntese conclusiva

Este modelo analítico, ancorado na pragmática linguística e na análise crítica do discurso, permitiu identificar regularidades na evolução comunicativa das autoridades portuguesas durante a pandemia. A abordagem revelou que o modo de dizer – a escolha de formas verbais, a modulação do imperativo e o uso de condicionais – foi determinante para a construção da imagem discursiva do poder e para o equilíbrio entre autoridade e cooperação.

Os resultados obtidos nestas análises são apresentados e discutidos no Capítulo 4, onde se expõem as principais tendências linguístico-discursivas observadas ao longo das quatro fases pandémicas.

4. Análise do *corpus* / Apresentação de resultados

4.1. Estrutura da análise linguístico-pragmática

De forma a estruturar e iniciar a análise, propomos organizá-la em duas dimensões complementares:

- Dimensão linguístico-formal: com o objetivo de identificar os recursos linguísticos que realizam ou reforçam atos diretivos, como o uso de verbos no imperativo, infinitivo e verbos modais; ou o uso de subordinadas condicionais, advérbios de modo e mitigadores;
- Dimensão pragmático-discursiva: com o objetivo de interpretar o valor ilocutório e o contexto de uso desses recursos, identificando os tipos de ato (ordem, conselho, aviso, apelo), o grau de imposição, a construção da autoridade e os apelos à cooperação, identificando estratégias discursivas, como a mitigação e a legitimação institucional.

A metodologia adotada incide numa pesquisa qualitativa e pragmática, centrada na função dos enunciados, nos atos ilocutórios e nas estratégias discursivas. De seguida, apresentamos a análise organizada por fases da pandemia (seguindo o recorte cronológico anteriormente definido), permitindo comparar mudanças discursivas ao longo do tempo.

4.2. Análise Linguístico-Pragmática: Fase 1

A análise que se apresenta nesta secção incide sobre o conjunto de discursos institucionais proferidos em Portugal durante a fase inicial da pandemia da COVID-19 (março – junho de 2020), caracterizada pela declaração do primeiro Estado de Emergência e pela implementação das medidas de confinamento e distanciamento social.

O *corpus* analisado integra cinco documentos oficiais:

1. Comunicado C160_79_v1 da DGS (CM01)
2. Recomendações à Comunidade Escolar da DGS (RC01)
3. Nota do Governo sobre a Situação de Alerta (NG01)
4. Despacho 006/2020 da DGS (DP01)
5. Discurso do Presidente da República (PR01)

4.2.1. Comunicado e Recomendações da DGS

Os dois documentos da DGS refletem uma fase de comando técnico e centralização da autoridade. O folheto de recomendações (RC01) tem a estrutura de texto informativo sobre o aparecimento do Coronavírus com uma sequência no Pretérito Perfeito (“O NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) **foi** identificado” (RC01)), que indica uma ação no passado e aponta para uma narrativa, seguida de sequências com o uso do Presente do Indicativo sobre o modo de transmissão (“A transmissão **pode** ser feita de pessoa-a-pessoa [...]”; “Os sintomas **são** [...]” (RC01)). Isto parece-nos relevante para contextualizar decisões e legitimar as medidas adotadas. Estas formas verbais ancoram o discurso na factualidade, passando o locutor do domínio da prescrição (o que se deve fazer) para o da legitimação narrativa (o que foi feito). Destacamos, aqui, o uso do epíteto “Novo Coronavírus” e de lexias, como “pessoa-a-pessoa”, que denotam uma construção semântica e comunicativa da crise nesta fase inicial. Se, por um lado, a expressão “Novo Coronavírus” serviu para introduzir e estabilizar a referência a um fenómeno ainda desconhecido, por outro, a repetição que foi sendo feita ao longo do tempo e através de vários canais, funcionou como ato de nomeação performativo, criando o referente social.

A expressão “pessoa-a-pessoa” cumpre igualmente uma função referencial (traduzindo uma informação científica complexa (transmissão inter-humana) para um formato acessível), mas tem, essencialmente, funções instrutivas e perlocutórias. Atua como um marcador de informação perlocutória crítica, ou seja, uma informação cuja força pragmática visa criar consciência do risco e motivar comportamentos preventivos. Ao enunciar que o vírus se transmite de “pessoa-a-pessoa”, a DGS realiza um ato ilocutório de aviso (alerta preventivo) e ativa o papel de agente no destinatário (cada pessoa pode interromper a cadeia de transmissão).

No que respeita às instruções, são redigidas em tom normativo, evitando o uso de imperativos e predominando as formas impessoais, o que confere objetividade e neutralidade institucional. Tal como propõe Silva (2006), no caso do texto de instruções, verificamos que, não raro, usam verbos no infinitivo:

“As pessoas dos concelhos de Felgueiras e Lousada devem **evitar** deslocações desnecessárias e **participar** em reuniões [...]”

“Recomenda-se o distanciamento social (**evitar** contacto próximo com outras pessoas)”

“[...] não **espirrar**, **tossir** ou **falar** em direção a outros ou para as mãos.” (CM01)

A característica principal deste género discursivo é o uso de uma linguagem clara e direta, dado o seu “objectivo prático que consiste em auxiliar um alocutário a desempenhar uma determinada tarefa” (Silva, 2006, p. 648). Deste modo, o uso do infinitivo não ocorre por acaso, mas configura-se como uma marca discursiva e pragmática fundamental ligada ao estatuto enunciativo e ao tipo de relação comunicativa que estes textos constroem com o leitor. Nos regulamentos, guias, recomendações técnicas, etc., o infinitivo é usado com uma função pragmática muito precisa, a de formular diretivas de modo impessoal e não ameaçador, preservando uma relação de neutralidade entre quem instrui e quem executa.

Na perspetiva da Linguística Textual proposta por Adam (2001), este tempo verbal é entendido como um mecanismo de coerência pragmática, constituindo os textos instrucionais uma sequência prototipicamente injuntiva⁹. Pinto e Neves (2010, p. 296) referem-se a este teor injuntivo em textos que visam “levar alguém a fazer alguma coisa a partir da credibilidade das informações fornecidas [...]”, pressupondo “[...] a existência de um contrato implícito entre os interactantes”. O Interacionismo Sociodiscursivo desenvolvido por Bronckart (1997) também aborda esta questão, apontando os textos como formas de agir socialmente situadas, sendo o uso do infinitivo, neste contexto, interpretado como um mecanismo linguístico de regulação da ação, associado à intenção de produzir efeitos sobre o comportamento do destinatário¹⁰.

No contexto do português europeu, os textos instrucionais e processuais (manuais, protocolos, recomendações oficiais) recorrem frequentemente ao infinitivo. Assim, expressões como *usar máscara*, *lavar as mãos* ou *preencher o formulário*, realizam atos de fala diretivos, sem sujeito explícito e em alternativa ao modo imperativo. Este recurso permite formular prescrições

⁹ “Diz-se que uma frase é injuntiva se exprimir uma ordem de execução ou não execução de uma determinada acção. Por vezes, emprega-se a expressão «função injuntiva» para designar a função apelativa de linguagem, por meio da qual o locutor conduz o alocutário a reagir de um determinado modo.” (Xavier & Mateus (orgs.), 1990).

¹⁰ Na perspetiva destas teorias, o infinitivo é a forma verbal que melhor se adapta ao modo de organização injuntiva, pois prescreve ações sem estabelecer uma relação hierárquica explícita entre locutor e destinatário. Assim, a diretividade é realizada com neutralidade institucional, assegurando a eficácia comunicativa e a preservação da cortesia social. Por outras palavras, o infinitivo é um recurso de objetivação da ordem e uma forma de distanciamento enunciativo que torna o texto institucionalmente legítimo e menos interpessoal. A escolha do infinitivo (em vez do imperativo) permite generalizar o destinatário e constrói uma impessoalidade normativa, típica de manuais, regulamentos e boletins oficiais.

dirigidas a um destinatário coletivo e genérico, atenuando a marca de imposição e preservando, dessa forma, a face positiva do destinatário.

São também exemplos significativos dos textos em análise as orações onde é privilegiado o uso de subordinadas condicionais com *caso + conjuntivo*, associado a verbos modais: “**Caso** alguém **esteja** doente **deve** ficar em casa”; “**Caso sejam** identificados alguns dos sintomas referidos, **deve** ligar para [...]” (RC01)

A DGS evita, de modo consistente, o uso do imperativo explícito e privilegia construções com verbos modais (*deve*) e voz impessoal (*recomenda-se*). Tais escolhas linguísticas mitigam a imposição direta, transferindo a força ilocutória para o domínio da legitimação técnica das autoridades sanitárias e da responsabilidade coletiva. A estrutura típica destes textos combina o ato de instrução com o ato de agradecimento e justificação, como em: “Reconhecemos o impacto destas medidas, [...] e agradecemos antecipadamente a colaboração de todos os cidadãos, que pode ser fundamental no controlo deste surto.” (CM01).

Este equilíbrio entre ordem e justificação permite à DGS exercer autoridade sem aparentar imposição política, caracterizando uma estratégia de mitigação e de racionalização técnica do poder. Como refere Almeida (2016b, p. 68), as sequências de justificação constituem um recurso discursivo que permite suavizar enunciados potencialmente ameaçadores da face do interlocutor. Ao apresentar razões ou explicações, o locutor atenua a força ilocutória da sua intervenção e reduz o grau de compromisso epistémico do conteúdo proposicional, favorecendo a aceitação da mensagem e a eficácia da interação. Como se verifica no exemplo anteriormente citado, é frequente a presença de segmentos discursivos que funcionam, na linha de Laver (1981, *apud* Almeida, 2016b, p. 74), como “comentário de mitigação ao serviço de uma estratégia de evitação de ameaça potencial realizada por um ato de discurso produzido anteriormente” (Almeida, 2016b, pp. 74-75).

Estes comentários (“Reconhecemos o impacto destas medidas, [...] e agradecemos antecipadamente [...]”) não alteram o conteúdo principal da diretiva, mas enquadraram-na afetiva e interpessoalmente, reconhecendo a dificuldade da situação, validando as emoções do destinatário ou manifestando compreensão pelo esforço exigido. Ao introduzir este tipo de comentário, o locutor cria um espaço de empatia que suaviza a força ilocutória da mensagem subsequente, favorecendo a cooperação e a adesão voluntária às medidas propostas.

4.2.2. Nota do Governo e Despacho da DGS

A Nota do Governo sobre a Situação de Alerta (NG01) e o Despacho 006/2020 (DP01) representam um momento de transição discursiva, em que a linguagem administrativa assume papel central na gestão da crise.

Na Nota do Governo, surgem expressões de autoridade legal e obrigatória, como:

As comissões municipais e os centros de coordenação operacional distrital de proteção civil monitorizam a situação [...], **devendo** informar prontamente o Centro de Coordenação Operacional Nacional.

[...] os cidadãos e as demais entidades **têm**, nos termos da Lei de Bases da Proteção Civil, **o dever de** colaboração, nomeadamente no cumprimento de ordens ou instruções dos órgãos e agentes responsáveis [...] (NG01)

O uso recorrente de modais de obrigação (*dever*) e infinitivos impessoais (“assegurar”, “cumprir”) reforça a natureza coerciva e diretiva do discurso. Trata-se de um ato de comando institucional sustentado em legitimidade jurídica. A ocorrência do modal *poder* já tem um caráter mais informativo, como podemos ver no ato de asserção declarativa, no último parágrafo: “A Declaração da Situação de Alerta **pode** ser prorrogada em função da evolução da situação epidemiológica.” (NG01)

De acordo com Searle (1979), o ato de asserção declarativa tem de ter uma entidade externa institucional devidamente autorizada para o proferir, sendo este comunicado realizado por uma entidade como o Governo de Portugal que profere uma Declaração de Situação de Alerta.

A análise dos modais *poder* e *dever* revela duas dimensões complementares do discurso institucional durante a pandemia: a da autorização regulada (*poder*) e a da obrigação ponderada (*dever*). Enquanto *poder* ocorre maioritariamente em asserções informativas e declarativas, que descrevem possibilidades sancionadas pela autoridade, *dever* manifesta-se em atos diretivos (ordens, conselhos e avisos), assumindo uma força ilocutória mais intensa e orientada para a ação.

O Despacho 006/2020 adota um tom mais técnico e colaborativo:

Realça-se ainda, que o setor privado e o setor social são também parceiros no esforço de combate [...]

Podem ser chamados a colaborar com a *Task Force* para a Infecção por novo Coronavírus (COVID-19), outros especialistas [...]

Reforça-se que quer a *Task Force*, quer o seu funcionamento, *outputs* e produtos, são dinâmicos e passíveis de atualização ou alteração [...]. (DP01)

As formas passivas e impessoais (“realça-se”, “reforça-se”), conjugadas com o modal *poder* no sentido de possibilidade, introduzem uma dimensão de cooperação interinstitucional, atenuando a diretividade e sugerindo autoridade partilhada. Verifica-se também o uso de termos como “especialistas”, “*task force*”, “*outputs*” e outros termos em inglês que remetem para equipas nomeadas pela Diretora-Geral da Saúde. Estes textos são prototípicos das instituições, como as de Ensino Superior e outros Ministérios, como relato de medidas preventivas comunicadas aos cidadãos e funcionários.

No caso dos Comunicados, neste caso, sendo assinados pela Diretora-Geral da Saúde, verifica-se um certo grau de personalização enunciativa, ainda que limitado e cuidadosamente regulado. Esta personalização é discursivamente significativa, sobretudo se comparada com outros géneros institucionais, como os relatórios ou resoluções do Conselho de Ministros, onde o locutor é puramente institucional e impessoal. Embora a DGS fale em nome da instituição, a assinatura da Diretora-Geral introduz uma voz individualizada, como se o texto se personalizasse quando o locutor é a Diretora-Geral de Saúde que fala aos cidadãos.

4.2.3. Discurso do Presidente da República

O discurso do Presidente da República (PR01), proferido no momento da declaração do Estado de Emergência, assume uma natureza distinta: trata-se de um discurso de autoridade simbólica

e mobilização coletiva. O léxico e as construções verbais evocam um *ethos*¹¹ cooperativo e moral, onde o poder se expressa através de apelos à união e à responsabilidade cívica:

[...] é **nosso** dever acatar as orientações genéricas e, por maioria de razão, as recomendações específicas das autoridades sanitárias.

[...] **devemos** aprender com os outros e poupar etapas, mesmo se parecendo que pecamos por excesso e não por defeito.

[...] nós **temos** de fazer a nossa parte.

Temos de lutar, todos os dias, contra ele.” (o desânimo)

Resistência, solidariedade e coragem são as palavras de ordem. (PR01)

A ênfase na primeira pessoa plural (“temos”, “devemos”) cria um efeito de inclusão e partilha, substituindo a diretividade técnica da DGS por um ato ilocutório de apelo moral e emocional. O verbo *dever* mantém valor de obrigação, mas a sua função é ética, não jurídica: traduz o compromisso moral de todos perante a crise. O Presidente desloca, assim, a fonte de autoridade do domínio institucional para o domínio simbólico e cooperativo.

Este discurso é um texto-chave da Fase 1 da pandemia, desde logo porque marca o início do Estado de Emergência em Portugal, e porque reúne muitas das características centrais do discurso político em situação de crise, como: (i) a legitimação da autoridade; (ii) o apelo à união e ao sacrifício coletivo; e (iii) a redefinição da relação entre Estado e cidadão. A intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa, transmitida em horário nobre e em cadeia televisiva nacional, reveste-se de um tom solene e institucional e tem como objetivo legitimar a suspensão de

¹¹ O termo *ethos* tem origem na retórica aristotélica, designando a imagem que o locutor constrói de si próprio no discurso para obter a credibilidade e a adesão do auditório. Na análise do discurso contemporânea, o conceito foi reformulado para designar a identidade discursiva projetada pelo enunciador através das suas escolhas linguísticas, não sendo, portanto, uma característica prévia do sujeito, mas um efeito discursivo, construído na enunciação. Uma das autoras centrais na reconceptualização moderna deste conceito é Ruth Amossy (2014), para quem o *ethos* corresponde à imagem de si que o locutor constrói no discurso, imagem que resulta tanto de marcas linguísticas, como das representações sociais associadas ao lugar de enunciação. A autora sublinha, ainda, que o *ethos* é sempre coconstruído com o destinatário, pois depende das expectativas sociais sobre quem tem legitimidade para falar.

direitos fundamentais, enquadrando a decisão na postura democrática e humanista do Presidente.

Aplicando os princípios da ACD a este discurso, verificamos que se inscreve na categoria dos atos declarativos de natureza institucional, no sentido definido por Searle (1979), isto é, aqueles que produzem uma transformação pela própria enunciação, surgindo em situações institucionais associadas ao poder de as dizer para que sejam realidade. É um discurso com forte carga performativa, uma vez que, ao ser proferido, concretiza o próprio ato político de declaração do Estado de Emergência¹². Por outro lado, através deste exemplo, também podemos verificar que, em situações de crise, a linguagem pode atuar simultaneamente como instrumento de autoridade e dispositivo de coesão social. Desta forma, o discurso do PR pode ser segmentado em três movimentos principais:

- a) Legitimação da decisão política: considerando o exemplo “É uma decisão excepcional numa situação excepcional.” (PR01), verifica-se que o uso do paralelismo e da asserção com o verbo copulativo “ser” na expressão “*é uma decisão*” produz efeito de evidência e naturaliza a medida. Através desta asserção, de carácter incontestável, é naturalizada a inevitabilidade da medida, funcionando o léxico da excepcionalidade como mecanismo de normalização do poder;
- b) Apelo à unidade e ao espírito nacional: ao afirmar “Somos uma comunidade unida, solidária e responsável.” (PR01), o Presidente usa a primeira pessoa para construir um *nós* nacional, apagando hierarquias momentâneas e criando uma comunidade discursiva. Trata-se de uma construção identitária, que dilui hierarquias entre governantes e governados, sendo a solidariedade invocada como valor fundador da legitimidade democrática;
- c) Humanização do poder e discurso de proximidade: em “Como Presidente, partilho convosco as preocupações e esperanças.” (PR01), assume uma postura paternal e solidária, articulando o poder político com a afetividade cívica. A combinação entre

¹² Para Searle, um ato declarativo é um ato em que a força ilocutória do enunciado, quando proferida por um falante investido da devida autoridade e em circunstâncias apropriadas, modifica a realidade social, ou seja, o sucesso do ato depende de um locutor investido de autoridade que lhe é reconhecida pelos interlocutores (neste caso, uma autoridade institucional). Neste sentido, a natureza performativa do ato confere-lhe o poder de provocar alterações na realidade externa que aborda, pois o locutor, investido de uma autoridade específica, é responsável pela tomada de decisões. Se o ato declarativo for bem sucedido, “brings about the correspondence between the propositional content and reality, successful performance guarantees that the propositional content corresponds to the world” (Searle, 1979, p. 16).

autoridade e empatia é, aliás, típica deste discurso presidencial, que procura, sempre que possível, uma aproximação aos seus interlocutores.

Estão presentes vários outros recursos linguístico-discursivos relevantes, como o uso de léxico moral (“responsabilidade”, “solidariedade”, “esperança” (PR01)), que se constitui como um apelo ético e legitima o poder pela moralidade cívica. Da mesma forma, estruturas causais, como “Porque só assim poderemos vencer esta ameaça.” (PR01), apresentam-se como uma justificação racional, que relaciona obediência com sobrevivência coletiva. O tom performativo e institucional adotado pelo locutor é refletido de imediato pelo ato declarativo com que inicia o discurso (“**Declaro** o Estado de Emergência.” (PR01)), realizando, linguisticamente, a própria decisão política.

Há, assim, uma dimensão ideológica e de poder no discurso presidencial, patente: (i) na naturalização da autoridade, em que a excecionalidade da situação é transformada em argumento lógico e moral, desativando potenciais resistências – a linguagem do consenso (*todos juntos, unidos*) substitui a linguagem da imposição; e (ii) na legitimação democrática do poder coercivo, em que o Presidente justifica a suspensão temporária de direitos em nome do bem comum, reforçando o papel do Estado como guardião da vida e da ordem – a autoridade é apresentada como protetora e benevolente, não autoritária.

Na linha de Fairclough (1992), trata-se de um caso de “hegemonia discursiva”, na qual a linguagem constrói o consentimento social para o exercício do poder:

An order of discourse can be seen as the discursive facet of the contradictory and unstable equilibrium which constitutes a hegemony [...]. Further, discursive practice [...] of texts, is a facet of hegemonic struggle which contributes in varying degrees to the reproduction or transformation not only of the existing order of discourse [...], but also through that of existing social and power relations¹³. (Fairclough, 1992, p. 93).

¹³ “Uma ordem discursiva pode ser vista como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia [...]. Além disso, a prática discursiva [...] dos textos é uma faceta da luta hegemónica que contribui em graus variados para a reprodução ou transformação não só da ordem discursiva existente [...], mas também, através da ordem das relações sociais e de poder existentes.” (Fairclough, 1992, p. 93, tradução nossa).

Já em van Dijk (1998), esta legitimação é interpretada como uma forma de controlo cognitivo¹⁴: o discurso molda perceções e define o enquadramento do real (o confinamento torna-se “ato patriótico”). O Presidente da República (PR) combina, assim, uma diretividade atenuada, usando o apelo moral em vez da ordem, com uma emoção controlada e uma linguagem ritualizada, em que predomina a estrutura paralelística e a formulação canónica de anúncio.

A análise crítica mostra que o poder discursivo aqui não se impõe pela coerção, mas pela internalização simbólica da autoridade. Assim, o discurso constrói um “pacto de obediência voluntária”, em que a adesão às medidas se apresenta como expressão da cidadania responsável e não da submissão.

4.2.4. Síntese interpretativa e conclusão: Fase 1

Tabela 4.1 - Síntese comparativa dos discursos da Fase 1

Fonte / Documento	Tipo de discurso	Formas verbais dominantes	Atos ilocutórios principais	Estratégias discursivas
DGS / CM01 e RC01	Técnico-normativo	Infinitivos e impessoais; <i>dever, recomenda-se</i>	Instrução, conselho, aviso	Mitigação, objetividade técnica, legitimação científica
Governo / NG01	Administrativo-político	Modais de obrigação (<i>dever</i>), infinitivos normativos	Ordem, comando	Autoridade legal, coercividade controlada
DGS / DP01	Técnico-colaborativo	Voz passiva, <i>poder</i> (possibilidade)	Instrução, cooperação	Atenuação da diretividade, partilha institucional
Presidência da República / PR01	Político-simbólico	<i>Ter de + infinitivo, dever</i> , presentes declarativos	Apelo, conselho	Autoridade simbólica, empatia, coesão nacional

Esta comparação evidencia que, durante a Fase 1, coexistiram três vozes institucionais distintas: a DGS, que falou com autoridade técnica e vocabulário normativo; o Governo, que institucionalizou o comando e traduziu a autoridade legal; o PR, que traduziu a crise em valores

¹⁴ Para van Dijk (1998, p. 10), não é possível compreender o discurso olhando apenas para a interação social, pois é preciso considerar as crenças, modelos mentais, conhecimentos partilhados e processos interpretativos que tornam o discurso possível e que moldam o seu significado. Os cidadãos interpretam diretivas, avisos e ordens com base em modelos mentais sobre risco, autoridade, ciência e responsabilidade. A eficácia destes atos ilocutórios depende, assim, da manipulação consciente dos modelos cognitivos – por ex., salientar “evidências”, “dados”, “projeções” ativas crenças de fiabilidade –, funcionando a comunicação governamental como uma tentativa de influenciar representações mentais partilhadas, construindo consenso.

partilhados e apelos à solidariedade. Essas vozes construíram, na maior parte das vezes, uma rede discursiva que conseguiu alternar poder e cooperação, autoridade e legitimidade moral. No entanto, não havendo a assunção do papel de porta-voz oficial daquilo que ia acontecendo, ao contrário do que é recomendado na literatura, isso foi provocando alguns deslizes na comunicação, principalmente ao longo desta primeira fase. A comunicação pública da pandemia em Portugal, neste período, apresentou-se, assim, como um exercício de governação discursiva, em que a linguagem atuou como instrumento de gestão da obediência e da adesão cívica.

A análise revela que a primeira fase da pandemia foi dominada por atos diretivos, mitigados por estratégias de cooperação e responsabilização coletiva. Enquanto a DGS impôs normas com base em autoridade técnica, o Governo reafirmou a autoridade política e legal, e o PR procurou mobilizar a adesão moral e emocional. O uso articulado de diferentes modos verbais – o imperativo disfarçado no infinitivo, os modais *dever* e *poder* e as formas impessoais – traduz uma tentativa de equilibrar comando e consentimento, evidenciando o papel da linguagem como mediadora das relações de poder e cooperação em contextos de crise.

4.3. Análise Linguístico-Pragmática: Fase 2

A segunda fase da pandemia, correspondente ao período entre julho e dezembro de 2020, marca a transição entre o primeiro confinamento e o início de uma nova etapa de convivência com o vírus. Este intervalo é discursivamente distinto: a imposição autoritária das medidas de emergência cede lugar a um discurso de corresponsabilização, no qual o Estado procura manter a autoridade, mas apelando à autonomia cívica e à cooperação individual.

O *corpus* analisado inclui quatro documentos oficiais:

1. Conferência do Conselho de Ministros (CI01)
2. Despacho 012/2020 da DGS (DP02)
3. Despacho 013/2020 da DGS (DP03)
4. Comunicado do Conselho de Ministros (CM02)

4.3.1. Conferência do Conselho de Ministros

O discurso político desta conferência (CI01) evidencia uma mudança significativa de tom face à fase anterior. A linguagem governamental passa de diretiva a explicativa, com recurso a formas verbais que expressam condicionalidade, possibilidade e cooperação. É um discurso que combina atos assertivos (comunicativos e informativos) e atos diretivos (recomendações, ordens e avisos), articulados num tom racional e moderadamente apelativo, procurando reforçar a responsabilidade partilhada.

Predomina o modo indicativo, com inserções modais (*poder*, *dever*) e construções condicionais que mitigam a diretividade sem reduzir a autoridade institucional: “Os espaços de restauração **passam a poder ter** entradas até à meia-noite [...] (CI01) – ato assertivo informativo; “nos voos de apoio ao regresso de cidadãos nacionais [...] todos os passageiros **deverão ter** teste realizado na origem.” (CI01) – ato diretivo (conselho/aviso).

O uso alternado de *poder* e *dever* cria um contraste entre liberdade regulada e obrigação moral, apresentando o Governo como uma entidade que autoriza e, simultaneamente, prescreve. Estes verbos ocorrem em atos diretivos implícitos, típicos do discurso político-institucional mitigado.

Observam-se também, aqui, subordinadas condicionais com *caso* + *conjuntivo* ou *se* + *conjuntivo*, que substituem as ordens diretas por condições eventuais:

“**Caso se verifique** um aumento significativo de contágios, as medidas poderão ser revistas.” (CI01)

“**Se**, porventura, um cidadão estrangeiro **chegar** a Portugal sem teste realizado, isso é fundamento para recusa de entrada em território nacional com obrigação de regresso [...]” (CI01)

Estas construções realizam atos de aviso, prevendo cenários negativos e projetando consequências inevitáveis. A modalidade epistémica é de probabilidade elevada, apresentando a formulação *caso* + *conjuntivo* o perigo como possível e plausível, legitimando antecipadamente o controlo governamental. Estamos perante enunciados com força ilocutória alta, pois apesar de formalmente hipotéticas, as condicionais têm valor perlocutório coercivo, no sentido de *cumpram*, ou *haverá sanções*.

Muitos destes textos de recomendações, estão construídos com base em asserções com conteúdos proposicionais com a modalidade epistémica no domínio da probabilidade certa de

os acontecimentos poderem ocorrer. Isto acontece com o propósito de persuadir, convencendo o público-alvo ao comportamento desejado, alertando para lexemas como “evidências”, que implicam a terminologia técnica *evidências científicas testadas e comprovadas*, aumentando assim a probabilidade de os comportamentos inadequados provocarem os efeitos indesejados que se procuram evitar com atos de aviso.

Neste tipo de enunciados, o conteúdo proposicional não é meramente informativo, mas funciona como fundamento argumentativo para orientar comportamentos. Como mostra Almeida (2016a), quando o locutor apresenta um estado futuro como certo ou altamente provável – sobretudo quando esse futuro é negativo para o destinatário – a asserção assume um valor ilocutório de aviso, mesmo quando não há uma formulação imperativa explícita. Este recurso retórico amplia o poder perlocutório do aviso, uma vez que, como sublinha Almeida (2016a, p. 14), estes atos assinalam que o estado futuro “não é proveitoso para o alocutário” e implicam que o destinatário deve agir para evitar o cenário negativo.

A ocorrência de verbos no infinitivo, mais uma vez, denota o seu funcionamento como imperativo impessoal, característico dos discursos instrucionais e normativos. Trata-se de atos diretivos mitigados, que orientam sem ordenar, aos quais se seguem atos de aviso e de racionalização, como:

Hoje damos mais este passo no desconfinamento, mantendo todas as regras que continuam a existir, nomeadamente no que diz respeito à limitação de ajuntamentos [...]. As regras com que vivemos nos últimos meses continuam em vigor e todos sabemos que teremos de ter sempre regras de convivência distintas daquilo a que antes chamávamos normal até à existência de uma vacina ou de um tratamento eficaz [...] (CI01)

Aqui, estamos perante um enunciado diretivo-apelativo, com modalidade epistémica de certeza, pois as evidências científicas legitimam o poder institucional. Desta forma, pretende-se persuadir através da razão e da prudência, não pela imposição.

De salientar, ainda, o uso de lexemas que constroem um campo semântico ético, como “responsabilidade”, “prudência”, “confiança” (CI01). Estes conferem ao discurso um tom de autoridade moral, reforçando a linha de uma liderança responsável, constituindo-se como uma

estratégia de legitimação ideológica, onde o poder normativo é naturalizado através de valores socialmente positivos.

Esta conferência representa um exemplo do discurso governamental de transição entre confinamento e desconfinamento. A sua estrutura é predominantemente assertivo-diretiva, sustentada por modais de possibilidade (*poder*) e obrigação (*dever*), e por condicionais de aviso, estando a diretividade mitigada pela impessoalidade gramatical e pela racionalização discursiva. A função perlocutória dominante é a de persuadir e normalizar o comportamento social sem recorrer à coerção explícita, traduzindo uma dinâmica de poder regulado e cooperação racional, típica das fases intermédias da pandemia, em que o cidadão é simultaneamente destinatário e coagente do cumprimento das normas.

4.3.2. Despachos 012/2020 e 013/2020 da DGS

O Despacho 012/2020 (DP02) é um texto administrativo-normativo, emitido pela Diretora-Geral da Saúde, cujo objetivo é criar a Comissão Técnica de Vacinação contra COVID-19 (CTVC) e definir as suas funções. Ao contrário de comunicados dirigidos ao público, este despacho fala sobretudo para dentro da máquina institucional: Governo, serviços de saúde, especialistas. Reflete o regresso a um contexto de alerta, contextualiza a situação e fala da incerteza sobre as características das vacinas COVID-19 e do facto de os planos de vacinação ainda estarem em fase de adaptação. O discurso mantém a estrutura técnica, combinando autoridade institucional com cooperação intersetorial.

Seguindo-se ao ato declarativo central “[...] é criada a Comissão Técnica de Vacinação contra COVID-19 (CTVC), grupo consultivo da Direção-Geral da Saúde [...]” (DP02), é retomada a fórmula típica do discurso administrativo, que marca a passagem do preâmbulo justificativo para a parte normativa. Com voz impessoal e autoridade máxima, equivalente a um imperativo institucional, mas sem a forma imperativa expressa: “Assim, por despacho da Diretora-Geral da Saúde, **determina-se** o seguinte [...]” (DP02).

As funções da CTVC surgem numa enumeração com verbos no infinitivo: “**Dar** parecer técnico [...]”; “**Recomendar** grupos-alvo [...]”; “**Propor e acompanhar** [...]”; “**Aconselhar** [...]” (DP02).

Estes infinitivos têm valor prescritivo, não descrevendo o que a CTVC faz no momento do discurso, mas o que competirá à comissão fazer no futuro, constituindo-se como atos diretivos institucionalizados, distintos da diretividade apelativa presente em comunicados públicos. Este é, portanto, um texto curto, normativo e técnico, que cria formalmente a CTVC e define as suas funções enquanto grupo consultivo da DGS.

Atente-se, também, na presença dos modais em “**podem** ficar disponíveis” (vacinas) e “**terão de** estar em constante adaptação” (planos de vacinação) (DP02), aqui reveladores de uma percepção explícita da incerteza científica, convertida em argumento para a criação de um dispositivo técnico permanente de aconselhamento, a CTVC. A referência à adaptação constante das estratégias e à contextualização sobre as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Agência Europeia do Medicamento (EMA) pode configurar-se como um ato comissivo implícito, na medida em que compromete a DGS a acompanhar as evidências científicas.

Emitido poucos dias depois, o Despacho 013/2020 (DP03) é também um texto de natureza administrativo-normativa e tecnocientífica, emitido pela DGS, com o objetivo de formalizar a criação e nomeação de um grupo de trabalho destinado a acompanhar a aplicação digital de rastreio de contactos, “STAYAWAY COVID”. Trata-se de um ato administrativo de constituição organizacional, análogo ao texto anterior, mas voltado para a inovação tecnológica e vigilância epidemiológica digital.

O documento dirige-se internamente ao sistema de saúde, não ao público em geral, e tem valor declarativo (cria e nomeia) e valor diretivo institucional (define funções e deveres dos membros do grupo). Também voltado para o reforço do enquadramento colaborativo, o texto segue o formato padrão dos despachos da DGS, iniciando com o preâmbulo contextual, onde fundamenta a decisão de descrever o projeto “STAYAWAY COVID” como uma aplicação de rastreio digital relevante para o controlo da pandemia, e justifica a necessidade de um grupo técnico especializado.

Novamente, temos a presença de um ato declarativo central (“**é criado** um grupo de trabalho “Trace COVID-19 – STAYAWAY COVID”” (DP03)), ato performativo que cria formalmente uma entidade institucional, revelando o poder de fala administrativo. Tratando-se de um ato declarativo institucional que formaliza a criação de um dispositivo técnico, com o objetivo de

legitimar o poder tecnocrático da Direção-Geral da Saúde, verifica-se a ausência de modalização subjetiva: a linguagem é formal, despersonalizada e objetiva.

O texto apresenta uma forma de discurso tecnocrático, onde a autoridade é construída pela racionalidade técnica. A Diretora-Geral da Saúde não fala como figura política, mas como voz do saber institucionalizado, legitimado pelo discurso da ciência e da tecnologia. A criação do grupo “STAYAWAY COVID” é apresentada como ato de gestão eficiente e científica, mascarando a dimensão de vigilância tecnológica por detrás de um léxico neutro. Este processo encaixa no que Fairclough (1992, p. 200) chama de “‘technologization’ of discourse” – a substituição da persuasão política pela autoridade em domínios específicos.

O uso de voz passiva e estruturas impessoais (“determina-se”, “é criado”) cria um efeito de neutralização: a decisão aparece como inevitável e institucionalmente anónima. Mais uma vez, há o recurso a um mecanismo típico de hegemonia discursiva institucional, referida por Fairclough (1992), em que o poder se exerce sem sujeito visível. A legitimação do poder tecnocrático da DGS é conseguida através do uso de: (i) verbos declarativos e diretivos impessoais, (ii) infinitivos normativos de valor prescritivo, (iii) léxico científico e tecnológico e (iv) ausência de marcadores emocionais ou de apelo cívico.

A função discursiva é legitimadora e regulatória: o texto consolida a autoridade científica e organizacional do Estado na gestão da pandemia, transferindo o poder simbólico do discurso político para o discurso técnico e digital da vigilância epidemiológica.

4.3.3. Comunicado do Conselho de Ministros

O Comunicado do Conselho de Ministros (CM02), de 4 dezembro 2020, anuncia a prorrogação do Decreto-Estado de Emergência em Portugal continental de 9 de dezembro de 2020 até 23 de dezembro, com medidas especiais para o Natal e Ano Novo. Este momento corresponde à fase em que o país enfrenta a segunda vaga da pandemia, procura gerir a mobilidade durante as festas e equacionar desconfinamento e restrições.

O comunicado inicia com um ato performativo de autoridade executiva, através do qual o governo não apenas descreve, mas realiza a decisão administrativa (aprovar o decreto): “O Conselho de Ministros **aprovou** hoje o decreto que **regulamenta** a prorrogação do estado de emergência [...]” (CM02)

Com a função discursiva de legitimar o poder político pelo cumprimento formal da ordem presidencial, o governo age como executor técnico da decisão do Chefe de Estado, assumindo uma posição racional, burocrática e impessoal, expressa pelas formas verbais na 3.^a pessoa (“aprovou”, “regulamenta”). O discurso normaliza a extensão do estado de emergência e realiza o ato de prorrogação como algo técnico e necessário, ou seja, trata-se de uma continuação lógica e inevitável do processo. Este tipo de formulação contribui para a construção de consensos, pois a medida não é apresentada como escolha política, mas como seguimento natural.

Há o uso de verbos modais e de obrigações, embora o imperativo direto seja pouco visível. Por exemplo: “[...] **devendo** o acesso ao público ficar excluído [...]” ou “[...] **podem** encerrar até [...]” (CM02). Isto indica que o discurso combina diretividade normativa com concessões controladas (exceções temporais para períodos de festas). A comunicação faz também o uso de exceções (“não é aplicável” ... “salvo por motivos de saúde, de urgência imperiosa ou outros especificamente previstos” (CM02)), funcionando estas exceções como mecanismos de mitigação: o poder normativo afirma-se, mas reconhece limites e condições, o que reduz o tom autoritário e torna a regra mais “aceitável”.

No seguimento de uma estratégia discursiva de continuidade e normalização, há o uso de atos ilocutórios de aviso + explicação: “O decreto mantém, no essencial, as regras atualmente vigentes, estabelecendo medidas especiais para o período do Natal e do Ano Novo.” (CM02)

Podemos considerar este tipo de ato como um ato diretivo mitigado (ato de manutenção com exceção), onde a forma impessoal “mantém” cria o efeito de continuidade normativa, isto é, a decisão surge como natural e previsível. A expressão “medidas especiais” suaviza a imposição e mitiga a percepção de autoridade coerciva.

Os atos ilocutórios de ordem e proibição estão presentes, quer de uma forma mais regulamentar com exceções:

Quanto à proibição de circulação na via pública atualmente em vigor [...] não é aplicável no dia 23 de dezembro, [...] nos dias 24 e 25 de dezembro [...]; no dia 26 de dezembro, a proibição estará em vigor a partir das 23:00h (CM02)

Quer como um ato diretivo categórico: “A realização de festas ou celebrações públicas ou abertas ao público [...] está proibida nos dias 31 de dezembro e 1 de janeiro de 2021.” (CM02)

A alternância entre negação e afirmação (*não é aplicável / estará em vigor*) constrói um discurso condicional e calibrado, que administra a liberdade com precisão horária. O uso do presente do indicativo *é* confere caráter permanente e factual à norma: não há apelo, mas afirmação normativa, apresentada como facto. Estamos perante o que Fairclough (2001, p. 92) designou de “rationalization”, como processo de legitimação e de como os discursos institucionais criam uma aparência de neutralidade.

O ponto mais imperativo do comunicado, onde a proibição está diretamente expressa, surge formulado através de uma estrutura impessoal em voz passiva, típica da polidez institucional. O agente (o Governo) desaparece e a norma parece falar por si. Este é um excelente exemplo de estratégia de mitigação ilocutória em discurso institucional, onde o ato diretivo (*proibir*) é realizado por um enunciado declarativo impessoal (“A realização de festas [...] está proibida (CM02)). A ausência do sujeito da autoridade e a substituição do imperativo por uma estrutura impessoal legitima a restrição extrema pela neutralidade da forma linguística. Este é um texto paradigmático da governação discursiva da pandemia durante a fase 2, em que o poder político procura equilibrar controlo e aceitação social.

4.3.4. Síntese interpretativa e conclusão: Fase 2

Tabela 4.2 - Síntese comparativa dos discursos da Fase 2

Fonte / Documento	Tipo de discurso	Formas verbais dominantes	Atos ilocutórios principais	Estratégias discursivas
Governo / CI01	Político-explicativo	Condicionais (<i>caso + conjuntivo</i>), modais <i>poder / dever</i>	Aviso, apelo	Mitigação, corresponsabilização, flexibilidade
DGS / DP02	Normativo e técnico	<i>é criada, determina-se</i>	Asserção, instrução,	Legitimação técnica, cooperação
DGS / DP03	Tecnocrático	<i>Determina-se, importa reforçar</i>	Instrução, apelo técnico	Continuidade, autoridade técnica, partilha institucional
Governo / CM02	Normativo-político	<i>podem funcionar, está proibida, mantém, é aplicável</i>	Aviso, ordem, proibição	Continuidade e normalização, diretividade mitigada e adaptativa

Durante esta fase da pandemia, observa-se uma clara dualidade discursiva entre o discurso tecnocrático da DGS, que exerce poder pela norma e pelo saber, e o discurso político-normativo do Governo, que exerce poder pela regulação e pela mediação. Enquanto os despachos da DGS traduzem a linguagem da ciência (“determina-se”, “é criada”), os comunicados governamentais adotam uma linguagem de gestão social (“mantém”, “podem funcionar”, “é proibida”). Ambos procuram o exercício do poder, mas em campos distintos, instituindo os primeiros os saberes técnicos e os segundos, comportamentos coletivos.

Daqui resulta uma interdependência discursiva, na qual a ciência dá legitimidade às medidas políticas e o discurso político traduz a tecnocracia em normas compreensíveis e aceitáveis para a população. Consideramos estes textos exemplificativos da transição discursiva da fase de desconfinamento / gestão de risco, durante a qual a abertura e a normalização das restrições foram equacionadas, permitindo analisar de que forma o discurso institucional incorpora a flexibilidade normativa como estratégia de adesão social.

De uma forma geral, houve a adoção de uma linguagem que privilegiou a cooperação em detrimento da imposição. Mais uma vez, os modais *poder* e *dever* surgem como os principais marcadores linguísticos de equilíbrio entre obrigação e liberdade, traduzindo o esforço de preservar a autoridade institucional sem quebrar o contrato social estabelecido com os cidadãos durante a fase anterior. A presença de construções condicionais (*caso + conjuntivo*) no discurso governamental reforça a natureza adaptativa e estratégica do poder, em que as medidas passam a depender da evolução epidemiológica, deslocando a diretividade absoluta para um modelo condicional e negociado.

Verificamos, ainda, que esta fase se caracteriza por uma transformação discursiva relevante: o Estado português abandona a linguagem da urgência e da excecionalidade e adota uma retórica de corresponsabilização e adaptação contínua. Nos textos oficiais, o poder torna-se mais dialogal e menos imperativo, assumindo o Governo um papel mediador, explicando as medidas e partilhando a responsabilidade. Por outro lado, a DGS reforça a comunicação técnica, incorporando uma lógica de cooperação interinstitucional e o resultado parece ser um discurso institucional mais maduro, que preserva a legitimidade técnica e política, mas reconhece a importância da cooperação social como base da eficácia comunicativa.

4.4. Análise Linguístico-Pragmática: Fase 3

A Fase 3 corresponde ao pico pandémico de janeiro de 2021, quando Portugal registou os valores mais elevados de internamentos e mortalidade. A linguagem institucional nesta fase volta a enfatizar a autoridade técnica e a urgência, mas com um tom menos punitivo do que o de março de 2020. O foco discursivo desloca-se para a necessidade de coordenação interinstitucional e de avaliação contínua do risco.

O *corpus* analisado inclui quatro documentos oficiais:

1. Comunicado do Conselho de Ministros extraordinário (CM03)
2. Relatório n.º 324 da DGS (RL01)
3. Despacho 009/2021 da DGS (DP04)
4. Despacho 004/2021 da DGS (DP05)

4.4.1. Comunicado do Conselho de Ministros extraordinário

Este Comunicado (CM03) surge poucos dias depois do início do novo confinamento (Decreto 3-A/2021, de 14 de janeiro), quando se percebe que a mobilidade continua demasiado alta, com o objetivo de apertar as medidas já em vigor, clarificando regras e acrescentando proibições adicionais. É um ótimo exemplo de reforço do poder diretivo do Governo e da passagem de uma lógica de gestão moderada das medidas para uma lógica de restrição dura e explícita.

O texto é curto, mas muito concentrado em atos diretivos, servindo o parágrafo introdutório para situar o ato: “O Conselho de Ministros **aprovou** hoje um decreto que procede a um conjunto de alterações [...] que entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.” (CM03). E logo a seguir, justificar a necessidade, pois embora a mobilidade “tenha sido menor não é suficiente”, sendo “necessária a clarificação (...) e a adoção de medidas adicionais”. (CM03)

Atentando nos recursos linguísticos predominantes, há uma grande concentração de formas diretivas em voz passiva ou com verbos performativos institucionais:

estabelece-se a proibição de circulação entre concelhos aos fins-de-semana;

é determinado que todos os estabelecimentos [...] **encerram** às 20h nos dias úteis e às 13h aos fins-de-semana [...]

fica proibida a venda de qualquer tipo de bebidas à porta ou ao postigo [...]

é proibida a permanência em espaços públicos de lazer, [...] sendo apenas autorizada a sua frequência para passeios de curta duração;

prevê-se a abertura dos estabelecimentos dedicados a atividades de tempos livres para crianças com idade inferior a 12 anos [...]

para reforçar a obrigatoriedade do teletrabalho, **determina-se que:** [...] carecem de uma credencial [...] ficam obrigadas a enviar [...] a lista nominal dos trabalhadores (CM03)

Embora não exista praticamente o imperativo sintático, temos várias ocorrências de verbos no presente do indicativo ou em formas fixas, com valor performativo, que, ao serem enunciados, criam a norma: “estabelece-se”, “é determinado”, “fica proibida”, “ficam obrigadas”, desempenham a mesma função ilocutória que *proíbe-se* ou *ordena-se*.

De notar a quase ausência dos modais *poder* / *dever*, verificando-se apenas um uso claro de *poder* no texto: “O retalho alimentar **poderá** funcionar aos fins-de-semana até às 17 horas.” (CM03)

Esta expressão surge, aqui, como um modal de permissão estritamente delimitada (há liberdade, mas dentro de um corredor horário apertado), com o valor pragmático de ser o Estado a controlar a exceção, ou seja, há a permissão, mas com fronteiras rígidas. O facto de não surgir o verbo *dever* nem condicionais *caso* + *conjuntivo*, neste comunicado, marca uma diferença face a outros textos das fases anteriores: já não estamos na lógica de “caso se verifique X, poderão ser adotadas Y”, mas na lógica das medidas concretas, imediatas e não condicionais, evidenciando a passagem de um discurso de prudência e corresponsabilização (característico da fase anterior) para um discurso de imposição categórica.

Sendo assim, predominam os atos de ordem e proibição, sem mitigação, sendo o documento onde mais se verifica a força diretiva explícita. Tendo sido um comunicado emitido em pleno agravamento da pandemia, representa um dos momentos de maior intensidade diretiva do discurso governamental. O Governo adota um registo marcadamente normativo, em que a voz

passiva e as construções impessoais substituem o imperativo explícito, sem reduzir a força ilocutória da ordem.

4.4.2. Relatório n.º 324 da DGS

O Relatório n.º 324 (RL01) é um documento de natureza técnica, predominantemente quantitativa, mas que transmite de forma implícita atos de aviso e legitimação de medidas restritivas. A linguagem é descritiva, objetiva e científica, mas a estrutura discursiva dos relatórios diários (com indicadores como “143 776 casos ativos” e “5 496 internamentos” (RL01)) tem valor pragmático, funcionando como ato ilocutório de alerta.

O relatório inclui ainda notas explicativas como: “A 16 de novembro de 2020 houve uma atualização do sistema tecnológico de análise de dados [...]” (RL01). Esta forma discursiva cumpre função de transparência institucional, essencial para a validação da autoridade técnica. Mesmo sem diretivas explícitas, o relatório representa uma forma de poder – o poder de evidência científica, que vai legitimar a continuidade das restrições e reforçar a autoridade científica da DGS perante a opinião pública. A representação gráfica do aumento de casos confirma a tendência crescente e justifica a manutenção das medidas vigentes.

4.4.3. Despachos 009/2021 e 004/2021 da DGS

O despacho que cria a “Comissão Técnica para os Eventos de Massas COVID-19” (DP04) marca uma fase de transição do discurso institucional, em que o país ainda vivia sob fortes restrições (após o confinamento de janeiro), mas já se começava a preparar o planeamento da reabertura gradual e a retoma controlada de atividades sociais e culturais. Do ponto de vista comunicativo, o despacho combina uma linguagem jurídica, mais voltada para a ordem, com uma linguagem técnica, onde assume prudência. A DGS recorre a estruturas impessoais e modais mitigados, construindo um discurso normativo, mas com autoridade partilhada e racionalizada.

A linguagem, ainda diretiva, assume uma forma declarativa e preventiva: “necessidade de definir”, “deve ser avaliada” (DP04). A performatividade jurídica (“É constituída a Comissão Técnica [...]” (DP04)), aliada ao léxico técnico (“referencial”, “risco epidemiológico”,

“pareceres técnicos” (DP04)), reforça o posicionamento de autoridade científica e racionalidade administrativa, configurando o poder discursivo como gestão e não como exceção.

Predomina aqui um ato ilocutório de instrução institucional com autoridade técnica difusa, típico do discurso burocrático especializado. São exemplos ilustrativos:

Neste enquadramento, [...] **urge** definir linhas orientadoras claras e tecnicamente sustentadas [...]

[...] cuja possibilidade de organização e concretização **deve ser avaliada** à luz da situação pontual vivida [...].

[...] **determina-se** que [...] (DP04)

O uso de “urge” e de “deve ser avaliada” cria uma tensão entre a urgência e a prudência, enquanto a expressão “determina-se que” mantém a força diretiva, ainda que enquadrada num discurso formal, não coercivo.

Atente-se, aqui, na cláusula final, “O despacho tem efeitos imediatos.” (DP04), que, embora pareça apenas uma fórmula administrativa de encerramento, tem um peso ilocutório claro e muito significativo. O enunciado apresenta três características formais marcantes: o modo declarativo afirmativo (não interrogativo, nem condicional); o Presente do indicativo (*tem*), que denota simultaneidade e atualidade; o sujeito explícito institucional (*O despacho*), com valor jurídico e não pessoal. Esta configuração não comunica uma intenção futura nem uma hipótese, mas realiza uma ação no momento da enunciação. Na linha de Austin (1962), trata-se, portanto, de um ato performativo explícito, pois o próprio ato de enunciar *tem efeitos imediatos* produz esse efeito.

A força ilocutória é máxima, porque não há modalização epistémica (*pode, deve, pretende*), sendo a ação certa e presente; o ato é autoexecutável, não dependendo de confirmação posterior; e o agente é institucional (a DGS), com poder legítimo para produzir efeitos normativos. Este enunciado sintetiza a performatividade do discurso institucional durante a pandemia, representando o culminar do poder linguístico-administrativo, o momento em que a palavra não apenas descreve ou recomenda, mas cria e impõe. Na ótica da pragmática, é um ato declarativo de autoridade e, no plano discursivo, revela uma postura enunciativa de urgência e autoridade.

O Despacho 004/2021 (DP05), ainda que circunscrito neste período, refere-se a um momento em que se inicia uma fase de estabilização pós-pico da terceira vaga e início da retoma controlada. Emitido pela DGS, é um texto administrativo de regulação técnica, dirigido a laboratórios e entidades de saúde, que trata dos procedimentos técnicos de notificação laboratorial de testes, no âmbito das estratégias governamentais.

Consideramos que é um texto que traduz a passagem do discurso da crise (imposição) para o discurso da gestão e prevenção, reforçando a burocratização da resposta à pandemia – a linguagem da emergência cede espaço à linguagem da procedimentalização institucional.

O documento adota um enunciado impessoal e normativo: “Nos termos do ponto 7 da Norma n.º 019/2020 os resultados dos testes laboratoriais devem ser notificados na plataforma SINAVElab [...]” (DP05)

Esta formulação concentra o ato diretivo central do texto, traduzido numa ordem institucional expressa sob forma declarativa. Segue-se um corpo composto por instruções curtas, com verbos no presente do indicativo e modais de obrigação (“é essencial”, “é necessário”, “deve ser introduzido”, “deve ser feito” (DP05)), terminando com a reafirmação do valor do procedimento: “a informação registada na notificação laboratorial através da plataforma informática de suporte ao SINAVE, SINAVElab, assume particular importância.” (DP05).

O tom global é técnico, impessoal e burocrático, mas pragmaticamente diretivo e normativo, evidenciando a sedimentação do discurso da crise num registo administrativo estável. A força ilocutória das diretivas é mantida, mas disfarçada sob a aparência de instruções técnicas. Trata-se de uma espécie de naturalização do discurso do poder, ou seja, o momento em que o poder deixa de ser exercido pela exceção e passa a manifestar-se na rotina institucional.

A progressiva estabilização da situação epidemiológica corresponde a uma transformação discursiva: o imperativo político cede lugar à diretividade técnica. A Informação deste despacho da DGS ilustra este processo de burocratização da pandemia, em que a linguagem da emergência se institucionaliza sob a forma de instruções e códigos administrativos. O texto reflete a institucionalização da pandemia, na medida em que o que era exceção (medidas de emergência) torna-se rotina administrativa e digitalizada.

4.4.4. Síntese interpretativa e conclusão: Fase 3

Tabela 4.3 - Síntese comparativa dos discursos da Fase 3

Fonte / Documento	Tipo de discurso	Formas verbais dominantes	Atos ilocutórios principais	Estratégias discursivas
Governo / CM03	Político-normativo	<i>Estabelece-se, é determinado, é proibida</i>	Ordem, proibição	Forma declarativa com força imperativa, ausência de mitigação.
DGS / RL01	Técnico-científico	Indicativos quantitativos; passivas	Aviso implícito, legitimação	Transparência, objetividade técnica
DGS / DP04	Normativo-técnico	<i>Determina-se, deve ser, urge</i>	Instrução institucional	Mitigação técnica da autoridade, prudência discursiva
DGS / DP05	Técnico-normativo	<i>é necessário, deve ser feito</i>	Diretivos, assertivos, declarativos	Impessoal, técnico, procedimental, legitimação pela racionalidade

Esta fase combina discursos de crise extrema (dados alarmantes, tom factual) com o início da reorganização administrativa (constituição de comissões, protocolos técnicos). A diretividade mantém-se, mas é substituída pelo poder normativo da tecnocracia, expresso em estruturas impessoais, modais mitigados e vocabulário especializado. Correspondendo ao momento de maior gravidade epidemiológica, também se torna numa fase de saturação discursiva da autoridade institucional. Nesta etapa, tanto o Governo como a Direção-Geral da Saúde (DGS) articulam discursos convergentes em torno de dois eixos principais: (i) a necessidade imperiosa de reforçar o confinamento e o controlo social, e (ii) a normalização da vigilância técnica e administrativa.

Verificou-se uma clara diferença de tom e uma transformação no modo de exercício do poder discursivo ao longo deste período, ainda que todos os textos partilhem o mesmo horizonte pragmático, que é o de regular comportamentos e consolidar a autoridade institucional. Deste modo, a Fase 3 configura um arco discursivo de transição, iniciando com a linguagem de exceção e urgência (ordens diretas, proibições categóricas) e concluindo com a linguagem da normalização e do controlo administrativo, em que a autoridade se exerce de forma mais silenciosa, mas igualmente eficaz.

Podemos dizer que o discurso institucional português adquiriu, aqui, maturidade pragmática, com as formas linguísticas de poder a tornarem-se mais subtis, mas mais profundamente

enraizadas; o imperativo político a ser absorvido pelo imperativo técnico; e a comunicação de crise a evoluir para um discurso de governação racionalizada. Esta fase representa, portanto, a institucionalização do poder discursivo da pandemia, o momento em que a linguagem da exceção se converte em norma e em que a obediência se traduz na eficiência procedimental.

4.5. Análise Linguístico-Pragmática: Fase 4

A Fase 4 coincide com o processo de vacinação em massa e com a reabertura progressiva da sociedade. Os discursos analisados – Comunicado do Governo e Apresentação da Ministra da Saúde – revelam a transição de uma linguagem de crise para uma linguagem de gestão do risco e de confiança.

O *corpus* analisado inclui dois documentos oficiais:

1. Comunicado do Governo (CM04)
2. Apresentação da Ministra da Saúde (MS01)

4.5.1. Comunicado do Governo

O Comunicado anuncia o levantamento gradual das restrições “com base na evolução da vacinação” (CM04), organizado em três fases. Apresenta-se como um texto normativo e informativo, com uma linguagem impessoal e declarativa, centrada na definição de permissões (*poder*) e obrigações (*dever, ter de*), construindo um discurso de poder regulado e cooperação implícita. De elevado teor programático e pedagógico, estamos perante um discurso onde, por um lado, os verbos de permissão assumem centralidade discursiva:

Os serviços públicos **vão poder** atender sem marcação prévia [...]

restaurantes, cafés e pastelarias **passam a ter** limite máximo de 8 pessoas [...]

eventos (nomeadamente casamentos e batizados) **deixam de ter** limites de lotação (CM04)

Contudo, estas permissões funcionam como marcadores de autorização condicional (reabertura dependente da vacinação), havendo lugar à reintrodução da obrigação mitigada pela concessão (*pode, mas tem de...*), como em: “bares e discotecas reabrem atividade habitual, com clientes a

terem de apresentar o Certificado Digital COVID da UE ou um teste com resultado negativo.” (CM04).

O discurso conjuga atos de autorização e atos de aviso, criando um equilíbrio entre esperança e vigilância. Atente-se no recurso a formulações indiretas de condicionalidade, onde a ideia de condição futura está implícita como alerta para a permanência de vigilância, estando as medidas dependentes da evolução epidemiológica: “A monitorização da evolução da pandemia vai continuar a ser feita com base nos indicadores de incidência e Rt, agora adaptados de acordo com a evolução da vacinação [...]” (CM04). Este exemplo realiza um ato de aviso com modalidade epistémica de possibilidade, no qual o locutor antecipa potenciais contingências, gerindo a incerteza e legitimando possíveis decisões futuras.

O documento representa, assim, a transição discursiva de uma fase de crise para uma fase de normalização controlada, em que o discurso político se reconfigura em registo administrativo, técnico e racional, mas continua a exercer função diretiva e reguladora sobre a ação social. Observa-se um deslocamento do foco discursivo, do confinamento para a reabertura faseada. O léxico normativo coexiste agora com verbos modais de permissão, criando um apelo à cooperação implícita e responsabilizando o destinatário, ainda que sem interpelação direta. A diretividade mantém-se, mas assume a forma de gestão regulada das liberdades e não de imposição absoluta. O Governo assume, como estratégia discursiva, uma retórica da corresponsabilização positiva, na qual o cidadão é, simultaneamente, agente e protetor da normalidade.

4.5.2. Apresentação da Ministra da Saúde

Através desta apresentação (MS01), a Ministra da Saúde faz uma atualização da situação epidemiológica e o reforço das recomendações preventivas, com a finalidade de informar, justificar e prescrever comportamentos individuais e coletivos de prevenção. O estilo é telegráfico, diretivo e informativo, típico de suportes visuais em conferências de imprensa.

A apresentação divide-se em três secções: “Onde estamos”, que mostra graficamente os principais dados numéricos ($R(t)$, incidência, internamentos, óbitos); “O que sabemos”, onde é feita uma breve síntese científica (transmissão, gravidade, proteção imunitária, prevalência da variante Ómicron); “Recomendações”, onde se apresenta uma lista de diretivas comportamentais.

Cada secção alterna atos assertivos (dados e constatações) com atos diretivos (recomendações), aparecendo a diretividade, sobretudo, sob a forma de recomendações e avisos, mais do que de proibições, refletindo uma fase em que o objetivo principal é “controlar a pandemia” (MS01) – como, aliás, está bem patente no título e no slide final da apresentação, que o repete –, sem voltar a um confinamento total.

A parte textual é reduzida, mas densa em atos de fala diretivos, constituídos por enunciados curtos, no infinitivo prescritivo, funcionando como atos ilocutórios de ordem e conselho. O infinitivo impessoal confere objetividade e impessoalidade, funcionando como imperativo institucional atenuado:

Vacinar

Utilizar a máscara

Realizar teste antes de evento social, Natal e Passagem de ano

Evitar contactos sociais e espaços aglomerados

Arejar frequentemente os espaços interiores (MS01)

A conjugação de ordens diretas, como “Vacinar”, com recomendações mitigadas, como “Evitar contactos”, mostra um apelo à responsabilidade e uma autoridade pedagógica, distinta do autoritarismo da Fase 1. Este discurso insere-se, já, numa fase de elevada cobertura vacinal, de coexistência com novas variantes, onde se pretende uma normalização de conduta e o reforça da partilha de responsabilidade

Embora o texto apresente essencialmente diretivas, os slides “Onde estamos” e “O que sabemos” contêm enunciados assertivos com valor epistémico de certeza: “Recorde de novos casos diários - 16/12”; “Prevalência de novos casos pela variante Ómicron”; “Internamento em UCI – 144 (+7%)” (MS01)

Estes enunciados configuram atos assertivos de constatação apoiados em dados científicos e fontes institucionais. A sua função pragmática é legitimar as diretivas subsequentes, surgindo um encadeamento argumentativo implícito, onde são expostos os factos, há uma inferência

racional e são prescritos comportamentos. Desta forma, o discurso realiza um ato complexo de aviso e persuasão racional, no sentido de *Eis os dados, logo, deve agir assim*.

O recurso a gráficos, matrizes de risco e curvas procura a legitimação técnico-científica da prudência, reforçando a clareza e universalidade e eliminando marcas de subjetividade. Trata-se, portanto, de um discurso bastante institucionalizado, mas com função pragmática perlocutória forte, que visa induzir comportamentos concretos. Encontramos, nesta apresentação, uma síntese do modelo de comunicação institucional consolidado na fase final da pandemia, um discurso que realiza uma gestão discursiva do poder mitigado, através do qual o Estado fala com autoridade científica, mas disfarça a imposição sob a forma de recomendação coletiva.

4.5.3. Síntese interpretativa e conclusão: Fase 4

Tabela 4.4 - Síntese comparativa dos discursos da Fase 4

Fonte / Documento	Tipo de discurso	Formas verbais dominantes	Atos ilocutórios principais	Estratégias discursivas
Governo / CM04	Político-programático	<i>Poder, ter de,</i> futuros declarativos	Autorização, aviso	Esperança condicionada, vigilância partilhada
Governo / MS01	Técnico-pedagógico	Infinitivos	Conselho, instrução	Clareza, empatia, coesão social

O discurso público português entra num registo de normalização discursiva: as diretivas transformam-se em recomendações e a autoridade cede espaço à cooperação pedagógica. A gramática do poder desloca-se do *mandar obedecer* para o *poder fazer e dever continuar*. A DGS, o Governo e o Ministério da Saúde falam agora num tom de cidadania corresponsável, em que o cumprimento é sinal de maturidade coletiva, não de submissão.

4.6. Síntese evolutiva das dinâmicas discursivas durante a pandemia

✓ Fase 1 – Emergência e confinamento

Período: março – junho de 2020

Contexto comunicativo: primeira declaração do Estado de Emergência e implementação do confinamento geral. O discurso assume tom fortemente diretivo, centrado na autoridade e na obediência cívica.

Recursos linguísticos predominantes:

- Uso recorrente do modo imperativo;
- Emprego de infinitivos impessoais em textos de instrução;
- Verbos modais de obrigação;
- Escassa presença de mitigadores.

Atos ilocutórios dominantes: ordem, instrução e aviso.

Função discursiva global: Autoridade impositiva.

✓ **Fase 2 – Desconfinamento e corresponsabilização**

Período: julho – dezembro de 2020

Contexto comunicativo: reabertura gradual das atividades e adaptação à convivência com o vírus. O discurso torna-se mais flexível e apelativo, enfatizando a responsabilidade partilhada.

Recursos linguísticos predominantes:

- Redução dos imperativos e maior presença de modais mitigadores;
- Uso de condicionais com *caso + conjuntivo*;
- Inclusão de expressões de apelo coletivo;
- Estratégias de atenuação e prudência.

Atos ilocutórios dominantes: apelo, aviso e conselho.

Função discursiva global: Autoridade negociada.

✓ **Fase 3 – Agravamento da crise**

Período: janeiro – março de 2021

Contexto comunicativo: agravamento da situação epidemiológica, aumento expressivo de internamentos e mortes; o discurso torna-se mais técnico e institucional.

Recursos linguísticos predominantes:

- Construções passivas e impessoais: “Foi atualizado o número cumulativo de casos confirmados [...]”; “É constituída a Comissão Técnica [...]”; “Determina-se que [...]”; “Pretende-se ainda reforçar a necessidade [...]”;
- Verbos factivos e avaliativos: “A COVID-19 originou uma situação epidemiológica em Portugal que exige a implementação de medidas extraordinárias.” (*originou* e *exige* apresentam a situação como facto objetivo e incontornável, sendo a necessidade das medidas factualizada); “A notificação obrigatória [...] é efetuada na aplicação informática de suporte ao SINAVE.” (*é efetuada* apresenta o procedimento como dado estabilizado, criando o efeito de factualidade administrativa); “Estas informações são fundamentais para efeitos de vigilância epidemiológica.” (*são fundamentais* expressa uma avaliação da importância, construindo legitimação da exigência técnica);
- Discurso referencial com forte componente normativa;
- Mitigação quase ausente, prevalecendo a racionalidade e a formalidade.

Atos ilocutórios dominantes: instrução institucional e legitimação técnica.

Função discursiva global: Autoridade racionalizada.

✓ **Fase 4 – Vacinação e retoma**

Período: abril – dezembro de 2021

Contexto comunicativo: implementação do plano de vacinação e reabertura progressiva. O discurso institucional adquire tonalidade otimista e colaborativa.

Recursos linguísticos predominantes:

- Verbos modais de permissão e prudência;
- Infinitivos apelativos;
- Marcas discursivas de empatia e confiança;
- Combinação entre linguagem técnica e retórica de esperança.

Atos ilocutórios dominantes: aviso, conselho e apelo.

Função discursiva global: Autoridade cooperativa.

4.6.1. Interpretação global

A análise das quatro fases evidencia uma clara gramática evolutiva do poder discursivo:

1. Do comando à cooperação:
 - A linguagem passa de ordens diretas (“fique em casa”) para apelos racionais e éticos (“devemos continuar prudentes”);
 - O poder torna-se progressivamente cooperativo e partilhado, e a obediência converte-se em valor cívico e solidário.
2. Da exceção à normalização:
 - A retórica de emergência (Fase 1) é substituída por uma retórica de continuidade (Fase 4);
 - Os atos ilocutórios deslocam-se do imperativo para o modal (*poder / dever*), simbolizando a transição da imposição para a corresponsabilização.
3. Da verticalidade à circularidade institucional:
 - A comunicação inicial centrada no Governo e no PR dá lugar a uma rede institucional (DGS, Ministérios, Comissões Técnicas);
 - A autoridade deixa de residir num só sujeito e passa a ser distribuída discursivamente.
4. Da urgência ao cuidado:
 - A linguagem imperativa cede a expressões de empatia e prudência;
 - O Estado aprende a falar pedagogicamente, produzindo diretivas que são simultaneamente ordens e gestos de cuidado.

A evolução discursiva observada entre 2020 e 2021 demonstra que a gestão linguística do poder foi um dos mecanismos fundamentais de estabilização da resposta portuguesa à crise pandémica. O Estado passou de um modelo de poder diretivo (em que a autoridade era conduzida pela ordem) para um modelo de poder pragmático e cooperativo, onde a autoridade se legitima pela racionalidade técnica e pela ética da corresponsabilização.

Em termos pragmáticos, cada fase redefine a relação entre ato ilocutório e força perlocutória:

- Fase 1: imperativo → obediência;
- Fase 2: condicional → adesão racional;
- Fase 3: declarativo técnico → confiança institucional;
- Fase 4: concessivo e aporético (*podemos... mas devemos...*) → colaboração esperada.

Assim, a crise pandémica em Portugal não foi apenas um processo sanitário e político, mas também um exercício discursivo de reconstrução da autoridade através da linguagem.

4.7. Análise do *corpus* complementar: discursos orais

As conferências de imprensa levadas a cabo pela Ministra da Saúde e pela Diretora-Geral da Saúde ilustram a articulação entre o poder institucional e a proximidade comunicativa. Esta interação organizou-se em torno de dois papéis complementares, o da gestão política e o da informação técnico-científica, numa tentativa de produzir uma imagem de autoridade distribuída e cooperativa. Assim, estes momentos não constituíram apenas momentos de apresentação de resultados, mas atos de gestão da relação com o público, em que se procurou conciliar a força ilocutória das diretivas com uma imagem de empatia, cuidado e partilha de responsabilidade.

Em várias destas conferências, assim como em outras intervenções audiovisuais, os governantes foram-se socorrendo de relatórios científicos, apresentações gráficas e estatísticas para dotar as suas comunicações de um registo argumentativo de base científica que convencesse as pessoas a aderirem às medidas que aí eram comunicadas. Estas aparições públicas da Diretora-Geral da Saúde começaram por ser diárias, mas, ao longo de 2020, começaram a oscilar, fazendo-se apenas em alguns dias da semana, até acabarem por desaparecer a partir de janeiro de 2021, paradoxalmente na altura em que a pandemia atingiu os índices mais graves a nível mundial. Isto sugere que nunca houve propriamente uma estratégia de comunicação bem arquitetada para comunicar com os cidadãos.

Após esta primeira fase, as conferências de imprensa começaram a ser feitas apenas pela Ministra da Saúde, após cada reunião com os peritos. Ainda assim, encontram-se alguns padrões interacionais típicos deste tipo de conferências:

a) Gestão de turnos e papéis

A Ministra tende a abrir e a fechar a conferência, assumindo o papel de porta-voz do Governo, enquanto a Diretora-Geral assume o papel técnico, respondendo a questões mais clínicas ou epidemiológicas; nas respostas aos jornalistas, verifica-se uma coordenação de papéis: a Ministra responde a questões sobre a organização do SNS, recursos e decisões políticas, enquanto a Diretora-Geral trata das questões sobre sintomas, transmissão, contágio e testes.

Do ponto de vista pragmático, isto constitui uma estratégia de copresença e complementaridade de papéis.

b) Reformulação e clarificação

São frequentes as reformulações do tipo “isto significa que [...]” (DGS01), apresentando explicações mais simples após enunciados técnicos, e clarificações de pontos sensíveis quando há o risco de mal-entendidos.

Estas práticas correspondem a estratégias de acomodação comunicativa, pois reduzem a distância cognitiva e diminuem o risco de ruído, aumentando a eficácia do ato de aviso.

c) Estratégias de gestão da imagem

Evita-se, em geral, a culpabilização direta, preferindo-se formulações mais neutras ou inclusivas, com o foco em enunciados como:

“[...] é importante que se cumpra” (DGS03);

“[...] devem ser evitados” (MT02).

Mesmo quando se reforça a gravidade da situação, o tom tende a ser pedagógico e não acusatório, típico de estratégias de delicadeza negativa onde se preserva a autonomia do destinatário, mesmo em contexto de diretivas fortes.

d) Construção da “face” institucional

A Ministra e a Diretora-Geral projetam uma imagem de competência e calma, explicando, repetindo e mencionando reiteradamente o suporte nos peritos: “[...] estamos a desenhar um conjunto de medidas” (DGS01); “[...] notas de atenção e precaução transmitidas pelos peritos” (MT03); “[...] tal como foi destacado pelos peritos” (MT04)

Há uma insistência na transparência dos números e na referência a fontes, o que constrói uma imagem de confiança e se configura como uma tentativa de gerir a imagem do Estado como autoridade responsável e cuidadora, não apenas coerciva.

e) Estratégias de proximidade e empatia

Aqui, o foco é nas marcas linguísticas e paralinguísticas que aproximam as locutoras do público, como o uso da primeira pessoa do plural: “[...] temos que nos proteger todos” (DGS01); “[...] vamos tentar recuperar a nossa atividade normal” (DGS03)

Estas formas constroem um *nós*, que aproxima e dilui a assimetria entre quem ordena e quem obedece, transformando a obediência em cooperação partilhada.

f) Agradecimentos e reconhecimento

Um traço recorrente nas conferências deste período é o agradecimento ao SNS, aos profissionais de saúde, às famílias, aos cidadãos que cumprem as regras: “[...] cumpre-me agradecer o contributo dos peritos” (MT01); “Temos a obrigação de cuidar de quem cuida de nós.” (ALS01)

Este padrão funciona como ato expressivo e reparador da relação com o público, reforçando a ideia de que o esforço é coletivo, não imposto unilateralmente.

g) Tom de voz e postura

Nos estudos que analisam estas conferências, sublinha-se o tom calmo, controlado e explicativo de Graça Freitas e o registo sério, mas empático, de Marta Temido. Do ponto de vista pragmático, isto contribui para baixar a ansiedade, transmitir a ideia de controlo técnico da situação e instalar um clima de confiança relacional, essencial para que os atos diretivos (avisos, pedidos de confinamento, etc.) sejam eficazes.

Os pedidos de confinamento raramente surgem como ordens diretas, sendo formulados preferencialmente através de apelos, convites à colaboração e pedidos de responsabilidade cívica:

“Nesta fase, temos que nos proteger todos.” (DGS01) – Pedido coletivo de autoproteção, mitigado pela diretiva inclusiva (*nós*);

“Quero, aqui, fazer um apelo muito grande aos idosos [...]” (DGS01) – Pedido formulado como apelo afetivo, não como ordem;

“[...] vamos tentar recuperar a nossa atividade normal, mas é uma normalidade diferente.” (DGS03) – Pedido implícito de aceitação de restrições continuadas.

Paralelamente, os pedidos são frequentemente precedidos por avisos que enquadram a gravidade da situação:

“É uma fase difícil [...] exige sacrifícios” (DGS01) – Aviso que prepara a aceitação de medidas restritivas;

“[...] o fluxo de pessoas tem que ser controlado [...]” (DGS03) – Aviso sobre a necessidade de controlo da mobilidade;

“Pode tocar à minha família, pode tocar à sua família” (ALS01) – Aviso emocional sobre o risco de contágio pessoal, com um tom de ameaça que reforça a aceitação do confinamento.

4.7.1. Estratégias discursivas e marcas da oralidade

Quer seja por uma estratégia de gerir a incerteza, preparar uma explicação mais acessível, ou mitigar a contundência da mensagem, várias marcas no discurso revelam um certo planeamento discursivo, como:

a) Marcadores de subjetividade afetiva:

“É uma fase difícil [...] exige sacrifícios a todos” (DGS01);

“Todos temos medo, mas este é o momento de equilibrar o medo e a coragem” (DGS02);

“[...] não são números, são famílias inteiras destroçadas” (ALS01).

Estes enunciados expressam avaliações subjetivas, reforçam a empatia e validam a emoção coletiva, cumprindo uma função de acomodação afetiva.

b) Gestão discursiva da incerteza:

“[...] não há uma resposta nem uma data simples” (DGS02);

“Vamos aguardar o alinhamento de como é que é o pensamento da Europa [...]” (DGS03).

Em vez de afirmar certezas inexistentes, os locutores adotam estratégias de adiamento prudente, de proteção da credibilidade e de explicitação da complexidade, construindo confiança racional, mesmo em contexto de desconhecimento.

c) Estratégias de enquadramento moral:

“[...] tenham o civismo de colaborar” (DGS01);

“Ainda temos aqui muito trabalho para fazer” (DGS02).

A linguagem moraliza o comportamento desejado, cumprindo uma função persuasiva e reforçando, ao mesmo tempo, o poder simbólico de transformar as normas sanitárias num dever social.

d) Discursivização da crise como epopeia comunitária:

“[...] o desafio das nossas vidas” (MT01);

“[...] sacrifícios sem precedentes” (MT01);

Este enquadramento ativa a componente afetiva da população, apelando ao compromisso emocional e construindo uma narrativa de resistência comum.

Por outro lado, sempre que necessário, há o apelo direto na 2.^a pessoa (imperativo), que surge como forma clara de diretividade, típica do modo oral, com maior impacto pragmático do que nos textos escritos, como em: “Se estiver doente, fique em casa” (DGS01)

A análise destes discursos revelou, ainda, que os deícticos e os tempos verbais desempenham um papel estruturante na configuração da força ilocutória dos enunciados, havendo uma articulação entre formas de referência, escolhas verbais e intenções pragmáticas.

Os deícticos de pessoa revelam-se especialmente relevantes na constituição do contrato comunicativo entre o Estado e os cidadãos. Segundo Fairclough (2001, p. 127), a escolha do pronome “is tied in with relationships of power and solidarity”, sendo o uso recorrente do *nós* inclusivo¹⁵, a ponte para a construção de uma comunidade discursiva interdependente, onde locutor e interlocutor participam simbolicamente da mesma responsabilidade social. Esta estratégia funciona como um mecanismo de delicadeza positiva, tal como preconizaram Brown e Levinson (1987), convocando a cooperação e reduzindo a distância hierárquica entre autoridade e público.

Pelo contrário, o uso da forma de tratamento na terceira pessoa do plural, mais formal, é raro e surge apenas em momentos de maior necessidade diretiva, como em “tenham o civismo de

¹⁵ Fairclough (1992, p. 94) designa este *nós* inclusivo de “democratic and egalitarian element”, no sentido em que implica uma pretensão do locutor de falar em nome das pessoas comuns e de, assim, se aproximar do destinatário e reduzir a distância social.

colaborar” (DGS01). Por ser desagregador, marca uma fronteira explícita entre quem fala e quem é alvo da mensagem, intensificando a força ilocutória da ordem.

Os deícticos temporais organizam discursivamente a crise e modulam a percepção da sua evolução. O deíctico temporal *hoje* é um dos mais frequentes e cumpre a função de ancorar o discurso na atualização contínua dos dados epidemiológicos (“Hoje registamos [...]” (DGS01); “Portugal mantém hoje o risco de transmissão [...]” (MT03)). Este marcador reforça a autoridade informativa das entidades, associando-as à produção de conhecimento atualizado em tempo real. O deíctico *agora*, por seu lado, ativa uma dimensão de urgência (“agora é importante reduzir contactos [...]” (MT04)), evidenciando a necessidade de ação imediata.

Em contraponto, expressões como “nos próximos dias”, “nas próximas semanas” ou “nos próximos meses”, funcionam como dispositivos de gestão da incerteza, projetando a imprevisibilidade da pandemia e preparando o público para futuras alterações. Conforme aponta Charaudeau (2005), estes deícticos criam um horizonte de expectativa que legitima decisões políticas subsequentes.

Os tempos verbais articulam-se com os deícticos para construir diferentes tipos de força ilocutória.

a) Presente do indicativo: factualidade e autoridade epistémica

O presente é o tempo verbal dominante nos enunciados assertivos (“a transmissão **faz-se** pessoa-a-pessoa” (DGS02); “o índice de R_t é, neste momento [...]” (MT02)). Esta escolha verbal instaura um efeito de objetividade e de verdade científica, funcionando como base argumentativa para diretivas subsequentes, onde o presente constrói a realidade sanitária como um facto imediato e incontornável.

b) Imperativo e presente injuntivo: diretividade explícita

Em enunciados como *fique em casa*, *evitem contactos* ou *tenham o civismo de colaborar*, o imperativo confere força ilocutória máxima aos atos de aviso ou de ordem. Ainda que ocasionalmente suavizado por justificações ou por apelos morais, o imperativo marca momentos de intensificação da autoridade e corresponde à forma verbal mais claramente associada à gestão do comportamento público.

c) Futuro do indicativo: compromisso e estabilização emocional

O futuro (*continuaremos a proteger* ou *iremos recuperar*) projeta segurança e compromisso institucional. Este tempo verbal ajuda a reduzir a ansiedade coletiva, construindo uma narrativa de esperança e continuidade e atuando como recurso de legitimação política.

d) Condicionais e Perífrases modais: incerteza e prudência técnica

Formas como *pode aumentar* ou *poderá haver necessidade de* expressam ponderação e prudência. São típicas da voz científica (DGS), evitando afirmações categóricas e preservando a credibilidade técnica e o seu uso enquadra-se na modalidade epistémica de incerteza controlada. A diretividade institucional é, também, frequentemente realizada por estruturas condicionais, que permitem suavizar a força ilocutória dos atos diretivos. Expressões como “[...] o fluxo de pessoas tem que ser controlado para que se consigam cumprir regras” (DGS03) ou “A fadiga pandémica é um fenómeno descrito [...] daí a necessidade da manutenção do equilíbrio.” (MT04) mostram que a imposição é formulada como consequência lógica de uma condição. Este recurso constrói uma diretividade mitigada, na qual a norma não surge como ordem autoritária, mas como resposta racional a uma situação apresentada como necessária, reforçando o cuidado institucional.

e) Pretérito perfeito: narrativa institucional da crise

O pretérito perfeito (“na última semana verificou-se [...]” (MT02); “registamos os números mais altos de adesão às medidas de confinamento na última semana” (MT03)) constrói uma narrativa retrospectiva que legitima a ação institucional, funcionando como prestação de contas e sequência lógica para justificar medidas futuras. Tem a função de estabilizar a interpretação da evolução pandémica

4.7.2. Funções pragmáticas dos enunciados

Agrupando os excertos por atos ilocutórios, obtém-se uma visão clara das intenções comunicativas.

1. Atos de aviso:

“o aumento do número de casos [...] implica uma redefinição” (DGS01);

“o índice de mobilidade aumentou [...] e deve suscitar atenção” (MT02);

“o Rt está novamente a subir” (MT03).

Estes avisos têm força diretiva implícita (Searle, 1979). Não dizem façam X, mas sugerem que a situação exige comportamentos corretivos.

2. Atos de conselho / recomendação:

“É muito importante que todos colaborem” (DGS01);

“[...] tentar evitar tocar na cara” (DGS02);

“[...] um sinal ao qual temos que estar atentos” (MT03).

São diretivos mitigados (mitigação presente em verbos como “tentar” ou em expressões distanciadas com o “nós” inclusivo em “nós temos que estar atentos”), típicos da estratégia de delicadeza negativa (Brown & Levinson, 1987).

3. Atos de ordem suavizada:

“tenham o civismo de colaborar” (DGS01);

“Se estiver doente, fique em casa” (DGS01).

Aqui há diretividade forte, mas suavizada com justificações, *ethos* de cuidado ou estratégia moral. Embora sejam requeridas medidas de ordem, são usadas estratégias de suavização e justificação que transmitem simultaneamente autoridade e cuidado, legitimando a restrição como uma ação moralmente necessária, e não como uma imposição arbitrária. A imagem institucional é construída através do discurso, num trabalho de reposicionamento do locutor na esfera pública. Como refere Amossy (2014, p. 28), este tipo de estratégias permite-lhe restaurar um discurso desgastado e mobilizar os seus interlocutores para ações futuras.

4. Atos assertivos de factualidade técnica:

“Portugal mantém hoje o risco mais baixo da UE” (MT02);

“a vacinação continua a ser a nossa melhor arma” (MT04).

Estes enunciados sustentam o rigor científico e fornecem o pano de fundo factual para justificar diretivas.

4.7.3. Síntese interpretativa

A análise dos excertos orais revela que estes discursos constituem um género híbrido que combina oralidade institucional monitorizada, pedagogia científica, persuasão moral e atos diretivos mitigados. As marcas de oralidade – repetições, reformulações, apelativos diretos –, aliadas ao uso sistemático do *nós* inclusivo e de atos expressivos de empatia, constroem um discurso de autoridade cooperativa. Ao mesmo tempo, a presença de avisos, conselhos e ordens suavizadas evidencia a dimensão pragmática do poder como ação linguística, em que as entidades públicas procuram orientar comportamentos através de estratégias de proximidade, racionalidade e confiança. Trata-se, portanto, de uma comunicação de crise que articula poder e cooperação, afetividade e tecnicidade, configurando um espaço discursivo onde se negocia continuamente o contrato social da pandemia.

4.8. Conclusão geral da análise linguístico-pragmática

A análise linguístico-pragmática dos discursos oficiais produzidos em Portugal entre março de 2020 e dezembro de 2021 permite compreender como a linguagem funcionou, simultaneamente, como instrumento de gestão da crise sanitária e como mecanismo de regulação social. Ao longo de quase dois anos de pandemia, observou-se uma evolução sistemática das formas verbais, dos atos ilocutórios e das estratégias discursivas, refletindo e moldando as relações entre poder, autoridade e cooperação.

4.8.1. A linguagem como espelho da governação em crise

Na Fase 1 (março-junho de 2020), a emergência pandémica produziu uma linguagem de ordem e exceção. Os discursos da DGS e da Presidência da República, sustentados em imperativos diretos e em modais de obrigação (“deve”, “tem de”), atuaram como um exercício de poder vertical, orientado para a obediência cívica imediata. A situação de urgência justificava o tom diretivo, na medida em que a sobrevivência coletiva legitimava o comando.

Nas fases seguintes, a linguagem ajustou-se à evolução epidemiológica e à aprendizagem comunicativa das instituições. Na Fase 2 (julho-dezembro de 2020), o Estado já não fala apenas “para” o cidadão, mas “com” ele. Os enunciados modais (*poder*, *dever*) e condicionais (*caso + conjuntivo*) evidenciam a tentativa de partilhar a responsabilidade. A força ilocutória desloca-

se da ordem para o apelo e a eficácia comunicativa passa a depender do contrato discursivo¹⁶ de cooperação.

A Fase 3 (janeiro-março de 2021) marca o auge da crise e a consolidação do poder técnico-discursivo da DGS. Os despachos e relatórios substituem a linguagem política pela linguagem técnica: expressões como *determina-se, urge, deve ser avaliada* traduzem um discurso em que a autoridade é exercida através da norma e da evidência científica. A diretividade mantém-se, mas de forma despersonalizada, própria da tecnocracia institucional. Na Fase 4 (abril-dezembro de 2021), o poder linguístico torna-se moral e pedagógico. O Governo adota um tom de reconhecimento e encorajamento, alternando verbos de permissão (*poder*) com verbos de prudência (*dever*). O discurso assume, então, uma função de “cura” discursiva, passando de ordenar e vigiar para confortar e orientar.

4.8.2. Transformações ilocutórias e estratégias discursivas

A análise evidencia que as mudanças linguísticas refletem transformações nas estratégias de poder. Com o objetivo geral de regular o comportamento social, o discurso foi sendo adaptado, através de diferentes mecanismos de poder, empatia e racionalidade, como demonstra a tabela 4.5:

Tabela 4.5 - Mudanças linguísticas por fase

Dimensão	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4
Tipo de poder discursivo	Coercivo	Negociado	Técnico	Cooperativo
Forma verbal dominante	Imperativo / <i>dever</i>	<i>poder</i> / condicional	Passivas / <i>determina-se</i>	<i>poder</i> / infinitivo instrutivo
Atos ilocutórios principais	Ordem / aviso	Conselho / apelo	Instrução / legitimação	Conselho / aviso
Estratégia comunicativa	Obediência	Corresponsabilização	Prudência técnica	Cooperação pedagógica

¹⁶ Almeida (2021) refere-se a um “contrato de comunicação” proposto por Charaudeau (1995), “destacando a relevância da realização de práticas discursivas específicas que visam atingir objetivos de legitimidade, de credibilidade e de captação.” (Almeida, 2021, p. 45). Neste âmbito, pode-se compreender a evolução da linguagem nos discursos institucionais ao longo dos anos da pandemia como resultante de uma relação interlocutiva que exige uma legitimação recíproca: o locutor só exerce autoridade discursiva se o interlocutor aceitar o seu papel no processo de troca simbólica. Este princípio explica que a força ilocutória dos atos diretivos (como avisos, conselhos ou ordens) depende deste contrato de cooperação discursiva estabelecido entre o Estado e os cidadãos, residindo a eficácia desses não apenas na forma linguística, mas na aceitação partilhada da legitimidade e da finalidade comunicativa que torna possível o cumprimento do ato de fala.

Os avisos surgem frequentemente em enunciados científicos e estatísticos relacionados com os riscos, construídos com base em modalidades epistémicas de probabilidade e inevitabilidade; os conselhos surgem nos momentos em que a linguagem da saúde pública procura mobilizar comportamentos, com tom mitigado e benevolente; e as ordens aparecem em textos normativos, decretos, despachos ou em conferências de imprensa em momentos críticos, apoiadas no poder legal ou institucional.

Este percurso demonstra que o poder discursivo é adaptativo: responde à situação epidemiológica, mas também às necessidades emocionais e políticas do público. Cada fase da comunicação governamental durante a pandemia articula, de modo distinto, as três dimensões pragmáticas fundamentais do discurso político: (i) a autoridade discursiva relativa a quem fala e com que legitimidade (Fairclough, 2001); (ii) a modalidade enunciativa, isto é, o modo como se exprimem a obrigação, a permissão e a possibilidade (Fairclough, 1995); e (iii) a interatividade comunicativa baseada no modo como se constrói a relação entre emissor e destinatário, locutor e alocutário, L1 e L2 (Kerbrat-Orecchioni, 2005; Brown & Levinson, 1987). Estas três dimensões definem o equilíbrio entre poder e cooperação no discurso institucional em contexto de crise.

O estudo das formas verbais e atos ilocutórios evidencia que a eficácia comunicativa durante a pandemia não dependeu apenas da clareza informativa, mas sobretudo da adequação pragmática das diretivas às condições sociais de receção. Nos momentos de maior crise, a linguagem de comando foi necessária, mas nos momentos de transição, a mitigação e a empatia tornaram-se fundamentais para evitar resistência.

A pragmática revela-se, portanto, como uma lente de análise, mas também como um mecanismo de governação simbólica, onde as escolhas linguísticas das autoridades portuguesas permitiram negociar a legitimidade do poder sem recorrer à coação direta. A linguagem foi, assim, o principal mediador entre a norma e a adesão.

4.8.3. Conclusão integradora

Entre março de 2020 e dezembro de 2021, o Estado português reconstruiu a sua prática discursiva em quatro vetores: ordenar, convencer, justificar e cuidar. Esta progressão traduz uma maturação institucional e comunicativa: a crise ensinou o poder a falar pragmaticamente, calibrando a força ilocutória para equilibrar autoridade e cooperação.

Em termos teóricos, esta análise confirma que:

- O poder discursivo é performativo e relacional, tal como preconizado por Austin (1962) e Searle (1969);
- As estratégias de mitigação e de cooperação são formas de eficácia pragmática (Brown & Levinson, 1987; Kerbrat-Orecchioni, 2005);
- A linguagem institucional constitui-se como uma imagem simbólica da crise, ajudando a moldar a perceção pública e a legitimar decisões políticas (Lopes *et al.*, 2021, p. 27).

Em suma, a pandemia da COVID-19 em Portugal não foi apenas uma crise de saúde pública, mas também um laboratório de pragmática social, onde o Estado experimentou modos de falar que equilibraram a necessidade de dirigir com a necessidade de ouvir. A passagem do imperativo ao apelo representa, portanto, a transformação do poder em ato cooperativo – e da comunicação em gesto ético de reconstrução coletiva.

A análise dos discursos oficiais produzidos em Portugal durante este período confirma que a linguagem é um instrumento fundamental na construção e manutenção das relações de poder em contextos institucionais. Como sublinha Diamond (1996, p. 11), o poder e o estatuto não se manifestam apenas através de cargos formais, mas também, e sobretudo, através do controlo da interação linguística. O modo como os interlocutores selecionam o tópico da conversa, regulam as trocas comunicativas e delimitam os papéis da fala traduz a forma como o poder é exercido e legitimado no plano discursivo. O discurso torna-se, assim, um espaço de negociação simbólica, onde se estabelecem, reafirmam ou contestam posições hierárquicas.

No caso dos discursos institucionais analisados, o poder discursivo manifesta-se na capacidade de gerir a interação coletiva, no sentido em que quem fala em nome do Estado determina o enquadramento temático (“o que se pode dizer”) e normativo (“o que se deve fazer”). Esta configuração confirma o que Fairclough (2001) chama de poder através do discurso, isto é, a forma como as práticas linguísticas não apenas refletem, mas também produzem e reproduzem relações sociais de autoridade. Por outro lado, no seguimento de Charaudeau (1995), o exercício deste poder discursivo depende de um processo de legitimação recíproca, no qual o locutor só pode exercer a sua função de autoridade se o destinatário reconhecer o seu estatuto e partilhar, ainda que parcialmente, os valores e finalidades do discurso. Este princípio de alteridade

(Charaudeau, 1995, p. 99) explica porque é que a força ilocutória dos atos diretivos não reside unicamente na forma linguística, mas na aceitação social do papel institucional de quem fala.

Assim, no presente *corpus*, a linguagem cumpre simultaneamente funções informativas e estruturantes, no sentido em que informa sobre medidas concretas, mas também constrói uma relação de poder comunicativo que define papéis, responsabilidades e limites de ação. Os diferentes locutores institucionais (PR, Governo, DGS) emergem como gestores discursivos da crise, utilizando estratégias linguísticas que equilibram a autoridade normativa com a necessidade de cooperação social. Esta articulação reflete o que Diamond (1996, p. 145) descreve como gestão da interação em redes sociais coesas, em que o poder se traduz na capacidade de influenciar a forma e o conteúdo da comunicação, assegurando a adesão dos interlocutores.

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo permite compreender a diretividade presente nos discursos institucionais da pandemia da Covid-19 como um fenómeno discursivo complexo, que não se esgota na imposição normativa nem nas estratégias locais de mitigação. A forma como as medidas são formuladas, justificadas e enquadradas aponta para uma construção discursiva do “agir institucional” (Gonçalves & Torres, 2017, p. 536), que merece ser lida à luz de abordagens que concebem o discurso como forma de ação social. Neste sentido, algumas propostas desenvolvidas no âmbito do Interacionismo Sociodiscursivo, como a de Gonçalves (2017), permitem observar como os textos representam “produções sociais”, problematizando o modo como constroem representações da ação humana e distribuem discursivamente a responsabilidade associada às suas “realizações linguísticas” (Gonçalves, 2017, p.103).

Apresentando frequentemente as medidas como necessárias, inevitáveis ou decorrentes da situação epidemiológica, os vários locutores institucionais evitam uma assunção explícita, preferindo construções que remetem para dados, evidências científicas ou interesse coletivo. Isto significa que o compromisso epistémico é elevado ao nível do conteúdo, mas diluído ao nível do sujeito, resultando dessa articulação um posicionamento específico que determina “como o produtor se inscreve na e pela língua, como mobiliza os recursos linguísticos para manifestar o seu querer-dizer” (*Ibidem*, p.110).

Esta perspetiva contribui para interpretar a mitigação, não apenas como suavização da diretividade, mas como um recurso que participa na legitimação discursiva do poder de

intervenção da autoridade pública. Podemos, assim, concluir que o estatuto e o poder são construídos e mantidos através da linguagem e que as relações sociais e institucionais se ancoram num equilíbrio discursivo entre autoridade e cooperação, equilíbrio que constitui o núcleo do poder discursivo, evidenciando que, também nos discursos de crise, a autoridade se exerce e se reconhece através da palavra.

5. Discussão dos resultados

5.1. Introdução

Foi possível encontrar algumas regularidades discursivas nos textos do *corpus* recolhido, resultando a análise desenvolvida na identificação de padrões sistemáticos de transformação discursiva nos textos produzidos em Portugal durante a pandemia. Iremos proceder agora à discussão desses resultados à luz das principais teorias da pragmática linguística, da análise do discurso político e da comunicação institucional em contextos de crise.

O objetivo é compreender como os atos de fala, as escolhas verbais e as estratégias de mitigação serviram, não apenas para expressar a autoridade do Estado, mas para estabelecer uma performance, construindo legitimidade, confiança e adesão. Esta discussão também procura situar a especificidade portuguesa dentro de um quadro mais amplo de governação discursiva em situações de emergência.

5.2. Perspetiva pragmática: o poder como ação linguística

Do ponto de vista pragmático, a pandemia demonstrou de forma empírica o princípio fundador de Austin (1962): “dizer é fazer”. As diretivas governamentais e sanitárias não se destinaram apenas a descrever ações, mas produziram efeitos reais – confinamento, libertação, obrigações, legitimações. Ao declarar o “estado de emergência”, por exemplo, o Governo português realizou um ato ilocutório performativo, com força perlocutória imediata sobre o comportamento coletivo. Segundo Searle (1969), as diretivas (ordens, conselhos, pedidos, instruções) constituem uma das cinco categorias fundamentais de atos de fala e o seu sucesso depende do grau de reconhecimento social da autoridade de quem as profere.

Fairclough (2001) acrescenta que o poder não está apenas no conteúdo do enunciado, mas na capacidade de controlar o discurso, manifestando-se, assim, na definição dos tópicos legítimos, na gestão da interação e na imposição de uma ordem discursiva que naturaliza a autoridade. Também van Dijk (2010) observa que o controlo do conhecimento partilhado é um dos instrumentos fundamentais do poder simbólico: quem domina os recursos linguísticos e informativos, domina a forma como a realidade é percebida. No contexto português, essa autoridade foi construída progressivamente através de uma mudança no enquadramento

pragmático: da (i) diretividade coerciva (Fase 1), à (ii) corresponsabilização partilhada (Fase 2), à (iii) legitimação técnica (Fase 3), e finalmente, à (iv) pedagogia cooperativa (Fase 4).

Esta trajetória confirma que a eficácia perlocutória das mensagens institucionais não depende apenas da força da autoridade, mas da capacidade de ajustar o tom diretivo à situação sociocomunicativa. Na literatura pragmática, o imperativo sempre foi considerado a manifestação linguística mais direta das diretivas (*vide*, por ex., Brown & Levinson, 1987; Searle, 1969). É de notar, no entanto, que, na sua maioria, os imperativos nos nossos dados foram atenuados, tanto por uma explicação, como pelo uso do infinitivo impessoal como mitigador, permitindo uma impessoalização, quer do locutor quer do alocutário, configurando-se como mais uma das estratégias de delicadeza negativa (de evitação), através da qual se pode proteger as faces dos interactantes.

O uso de verbos de ação no modo imperativo reflete-se na fase inicial da pandemia, quando o discurso era fortemente injuntivo e centrado no comportamento individual. Do ponto de vista da tipologia de Vendler (1967), estamos perante atividades que selecionam um sujeito externo com o papel temático de agente. No plano pragmático, essas formas imperativas definem o cidadão como sujeito-agente e operam como atos diretivos explícitos, com força de ordem atenuada, pressupondo a participação voluntária da população. Segundo este autor, as atividades envolvem processos contínuos de execução voluntária, sendo, por isso, particularmente adequadas para atos ilocutórios diretivos que visam induzir comportamentos.

Uma parte significativa dos enunciados presentes no *corpus* apresenta asserções cujo conteúdo proposicional exprime uma modalidade epistémica de elevada probabilidade, frequentemente formulada como inevitabilidade ou certeza causal (“os surtos ocorrerão”, “a transmissão aumenta”, “a evidência mostra que...”). Este funcionamento corresponde ao que Almeida (2016a) descreve como realizações indiretas de atos diretivos por meio de asserções, mecanismo no qual o locutor não pode ser interrogado sobre as suas intenções, mas apenas produzir uma asserção que tenha por base a condição de sinceridade do ato (Almeida, 2016a, p. 9).

No enquadramento teórico apresentado pela autora, os atos diretivos podem ser distinguidos não apenas pela sua força ilocutória, mas sobretudo pela forma como constroem a relação entre locutor e alocutário, pelos pressupostos pragmáticos que ativam e pelos efeitos perlocutórios esperados. Atentemos, aqui, nas diferenças entre atos de aviso, conselho e ordem, atos que se

situam num contínuo de diretividade que articula diferentes graus de imposição e diferentes modos de enquadramento da ação desejada.

Sendo menos impositivo, o aviso visa prevenir um dano ou consequência negativa, não implicando necessariamente uma obrigação explícita de agir, no entanto, o locutor apresenta uma informação que o alocutário deve interpretar como recomendação implícita para evitar o perigo. Assim, o poder do aviso deriva menos de um imperativo formal e mais do conteúdo proposicional associado à modalidade epistémica da ameaça¹⁷, muitas vezes intensificada através de marcadores como “pode”, “poderá ocorrer”, “é provável que”. Além disso, como nota a autora, o aviso é frequentemente realizado por meio de asserções e não por formas diretivas, justamente porque o locutor procura preservar a face do alocutário, cabendo a este realizar a inferência pragmática que conduz ao comportamento desejado.

Ao contrário do aviso, o conselho não pressupõe necessariamente uma consequência negativa se não for seguido, mas antes uma consequência positiva caso seja adotado. Apresenta-se como orientação para o bem-estar do destinatário e opera sobre o pressuposto de que o locutor tem maior saber ou experiência em determinado domínio, propondo uma ação que acredita ser benéfica. Já a ordem representa o polo mais forte da diretividade, caracterizando-a Almeida (2016a, p. 7) como um ato que exige uma “relação de autoridade”, impondo um comportamento ao alocutário. As formas típicas incluem imperativos diretos e construções de obrigação, sendo a perlocução desejada a obediência imediata e derivando a força ilocutória diretamente do estatuto institucional do locutor (no caso da pandemia, Governo, DGS, PR). No *corpus* estudado, os modais *poder* e *dever* tiveram bastante preponderância, funcionando como marcadores linguísticos desta autoridade e moldando a interação entre instituições e cidadãos.

5.3. Estratégias de delicadeza e mitigação: da autoridade à empatia

De acordo com Brown e Levinson (1987), toda a interação linguística envolve a gestão da face – a imagem pública que cada interlocutor procura preservar. Durante a pandemia, o Estado português enfrentou o desafio de emitir diretivas fortemente restritivas sem ameaçar a face

¹⁷ Segundo Almeida (2016a, p. 12), “estes atos aproximam-se das ameaças pelo facto de envolverem um ato perlocutório de procurar convencer o alocutário a evitar E no futuro ainda que faça parte do conteúdo proposicional dos atos de aviso que o evento ou o estado futuro E ocorrerá com grande probabilidade.”

negativa (liberdade de ação) dos cidadãos. A solução discursiva foi a mitigação pragmática: substituir ordens explícitas por formas condicionais, modais e impessoais.

Estas estruturas funcionam como estratégias de delicadeza linguística, que reduzem a força impositiva e aumentam a aceitabilidade social da diretiva. Ao mitigar, o Estado mantém o poder, mas apresenta-o como racional e dialogal, preservando a imagem de um poder cooperativo. Kerbrat-Orecchioni (2005) lembra que a delicadeza não é sinónimo de inferioridade, mas de inteligência relacional: uma forma de assegurar a eficácia comunicativa através do equilíbrio entre autoridade e cortesia.

A mitigação realizou-se, ainda, ao nível do léxico, através de expressões de partilha e solidariedade e, enunciativamente, pela escolha da primeira pessoa do plural, que dilui a assimetria entre autoridade e cidadão. Estas estratégias constroem uma imagem de credibilidade e adesão, na qual o locutor institucional preserva a autoridade, mas humaniza a comunicação ao apresentar-se como parte do coletivo. Os discursos da Diretora-Geral da Saúde, por exemplo, alternam entre a voz científica e a voz solidária, criando uma imagem de autoridade empática, cuja legitimidade deriva tanto do saber técnico como da proximidade com o público.

Fairclough (2001) demonstra que a mitigação é também uma estratégia ideológica de poder, pois ao suavizar o tom diretivo, o discurso institucional obtém consentimento e reduz a resistência, transformando o cumprimento de ordens em manifestação de responsabilidade partilhada. Já Kerbrat-Orecchioni (2005) reforça que a empatia discursiva não anula a hierarquia, mas permite reconfigurar a assimetria interacional em termos de cooperação. Nas fases mais críticas (março de 2020 e janeiro de 2021), as diretivas diretas eram aceites, porque a urgência as legitimava, enquanto nos períodos de desconfinamento, apenas a mitigação mantinha a adesão. A alternância entre estes dois modos discursivos constituiu, portanto, uma estratégia de regulação pragmática do poder.

5.4. Contributos para a Pragmática e Linguística do Discurso

Os resultados da análise confirmam que a autoridade discursiva durante a pandemia foi construída por meio da articulação entre discurso político e discurso técnico. Segundo Fairclough (2001), o poder no discurso manifesta-se não apenas pelo conteúdo, mas pela capacidade de definir o enquadramento comunicativo. A legitimação das medidas adotadas recorre sistematicamente à autoridade do saber científico, integrando dados epidemiológicos,

explicações técnicas e pareceres especializados no discurso político. Esta aproximação entre voz científica e voz governativa procura configurar um mecanismo de reforço mútuo da credibilidade, onde a política se sustenta no saber técnico e o saber técnico ganha visibilidade através da política. Verificou-se, assim, que esta copresença de racionalidade científica e ação governativa acabou por se tornar uma das características estruturantes da comunicação de crise neste período.

A análise das quatro fases mostra que:

- a linguagem da DGS foi progressivamente institucionalizada, ganhando estatuto de discurso de autoridade científica;
- o discurso governamental evoluiu de diretivo para pedagógico, procurando persuadir pela coerência e pela esperança;
- o discurso presidencial manteve uma função simbólica e ética, transformando o cumprimento em virtude moral.

Esta convergência demonstra a existência de um alinhamento comunicativo unificado, sustentado por três valores pragmáticos: clareza, empatia e previsibilidade, todos essenciais para a manutenção da confiança pública. A noção de poder cooperativo proposta neste estudo encontra respaldo em autores como Charaudeau (2005) e van Dijk (1997), que defendem que o poder discursivo é uma forma de negociação simbólica. Durante a pandemia, o Estado português procurou converter o discurso diretivo num contrato comunicativo baseado na confiança, produzindo uma forma de liderança discursiva legitimada pela partilha, isto é, um quadro em que a autoridade institucional se sustenta no reconhecimento social e na adesão voluntária às orientações transmitidas.

Os modais *dever* e *poder* revelam esta dialética, tendo sido, maioritariamente, usados como chamada à ação, invocando o coletivo (“devemos proteger-nos uns aos outros”), e como possibilidade, simbolizando alívio e autonomia (“podemos reabrir com cautela”). Este binómio modal traduziu uma tensão produtiva entre autoridade e liberdade, que nos parece ser a base pragmática da cooperação discursiva.

5.5. O Discurso Televisivo da Crise e a sua Reinterpretação Humorística

Entre março de 2020 e meados de 2021, os comunicados diários televisivos da DGS tornaram-se um ritual mediático central da pandemia em Portugal. Transmitidos ao fim da manhã, em direto na RTP e nas plataformas digitais do Governo, estes comunicados, protagonizados pela Diretora-Geral da Saúde (Graça Freitas) e pela Ministra da Saúde (Marta Temido), constituíram um género discursivo híbrido: simultaneamente informativo, prescritivo e performativo.

A sua regularidade e previsibilidade tornaram-nos ícones do discurso da pandemia – e, mais tarde, alvo de paródia humorística em programas televisivos como “Cá por Casa” (RTP1, Herman José, 2020–2021). Este fenómeno oferece uma oportunidade singular para analisar como o discurso institucional, quando saturado e ritualizado, pode gerar reapropriações humorísticas que funcionam como comentários metapragmáticos sobre o poder e a linguagem em crise.

5.5.1. Estrutura e ritualização dos comunicados

Os comunicados da DGS apresentavam uma estrutura altamente padronizada, quase litúrgica:

1. Saudação e enquadramento – “Bom dia. Em nome da Direção-Geral da Saúde, apresentamos a atualização diária da situação epidemiológica em Portugal.”
2. Comunicação dos dados – número de casos, óbitos, recuperados, internamentos e testes.
3. Explicações e justificações técnicas – interpretações dos dados, referências a medidas ou decretos recentes.
4. Recomendações – imperativos mitigados (“devemos continuar prudentes”, “evitem contactos desnecessários”).
5. Encerramento e agradecimento – “Muito obrigada pela atenção. Continuemos todos a cumprir as medidas de proteção.”

A repetição diária desta macroestrutura conferiu ao discurso um carácter ritual e performativo. Segundo Charaudeau (2005), o poder discursivo funda-se na previsibilidade das formas e é precisamente essa previsibilidade que sustenta a legitimidade da autoridade. Contudo, a mesma repetição que legitima também pode cansar, uma vez que a monotonia verbal e o tom contido acabaram por simbolizar, na perceção pública, a fadiga pandémica e a ansiedade coletiva.

Do ponto de vista pragmático, estes comunicados constituem uma sequência de atos ilocutórios complexos, combinando diferentes tipos de ato:

Tabela 5.1 - Combinação de atos ilocutórios presentes nos comunicados televisivos

Tipo de ato	Exemplo representativo	Função pragmática
Assertivo	“Portugal regista hoje mais 2 312 casos de infeção.”	Constatar e legitimar a autoridade técnica.
Diretivo	“Apelamos a que todos mantenham o distanciamento físico.”	Orientar o comportamento público.
Comissivo	“O Governo continuará a avaliar a evolução epidemiológica.”	Reforçar o compromisso institucional.
Expressivo	“Agradecemos o esforço de todos.”	Produzir empatia e reconhecimento.

A força ilocutória dominante é apelativa, mas mitigada pela forma e pelo tom:

- O uso reiterado do presente indicativo (*apelamos, recomendamos, agradecemos*) cria uma autoridade calma e previsível;
- Os modais *dever* e *poder* e o verbo copulativo *continuar a* funcionam como marcadores de prudência e continuidade;
- As subordinadas condicionais (*caso se verifique agravamento*) introduzem a ideia de condicionalidade responsável, deslocando o foco do comando para a coautoria.

O padrão discursivo das oradoras – serenidade, empatia, competência técnica – contribuiu para a construção de uma figura maternal do Estado, simultaneamente firme e cuidadosa.

5.5.2. O recurso ao humor como comentário metapragmático

Estruturando-se segundo um formato estável e previsível, os comunicados diários da Diretora-Geral da Saúde e da Ministra da Saúde rapidamente entraram na rotina dos portugueses e acabaram por se tornar alvo de críticas e recriações humorísticas. A sua transformação em “sketch” de humor pelo programa “Cá por Casa”, de Herman José (RTP1), constitui um fenómeno discursivo particularmente revelador da forma como a sociedade portuguesa construiu, interpretou e ressignificou este dispositivo comunicativo. Para além de constituírem objeto de paródia – um caso particular de intertextualidade –, estes momentos televisivos adquiriram estatuto icónico, tornando-se reconhecíveis e reinterpretáveis segundo o que

Hutcheon (2000, p. 6) designa por processos de “repetição com distância crítica” (tradução nossa).

Segundo Bergson (1900, p. 22), o humor surge frequentemente a partir da rigidez e repetição mecânica de comportamentos sociais, sendo gerado quando a previsibilidade de um discurso ou ação é transposta para um registo inesperado. Estes comunicados diários, com o seu tom institucional constante, a sua estrutura rígida e o seu vocabulário técnico, tornaram-se um género facilmente mimetizado, precisamente porque cristalizaram numa forma reconhecível e ritualizada. Esta ritualização aproxima-se do que Dayan e Katz (1992) designam por “media events”, isto é, acontecimentos cuja repetição e solenidade criam coesão social, mas também, paradoxalmente, abrem espaço para a sua apropriação cultural.

Do ponto de vista sociológico, a transformação humorística destes comunicados pode ser interpretada como um mecanismo de catarse, na medida em que o humor também pode funcionar como libertação de tensão acumulada, permitindo ao sujeito enfrentar conteúdos que lhe causam ansiedade através da sua transfiguração lúdica. No contexto pandémico, marcado pelo medo, pela incerteza e pela repetição exaustiva do número diário de mortos e infetados, o humor ofereceu ao público uma forma de converter a gravidade do discurso sanitário em objeto de riso social. Por outro lado, serviu como distanciamento crítico face ao discurso oficial, sem o confrontar diretamente. A imitação exagerada do tom institucional, da escolha lexical técnica e dos maneirismos oratórios das figuras públicas evidencia simultaneamente a sua autoridade e a sua humanidade, aproximando-as simbolicamente dos cidadãos.

A este fenómeno acrescenta-se uma dimensão discursiva analisável à luz de Bakhtin (1981), particularmente a noção de carnavalização, ou seja, a inversão temporária das hierarquias sociais através do riso. Ao parodiar figuras institucionalmente superiores, o humor introduz uma forma controlada de suspensão das assimetrias, permitindo que o público experimente uma relação mais horizontal com as autoridades. Paradoxalmente, este processo não pretende diminuir o prestígio das figuras parodiadas, mas antes humanizá-las e reforçar a sua presença simbólica no quotidiano. A apropriação humorística de Herman José, através da repetição e do absurdo, chamou a atenção para a saturação informativa, funcionando como ato metapragmático, onde o humor serve o propósito crítico de revelar como a previsibilidade e a neutralidade se transformaram em tédio e alienação.

A própria natureza repetitiva e tecnicista dos discursos contribuiu para a sua transformação humorística. Charaudeau (2005) explica que os discursos de crise oscilam entre a dramatização e a racionalização, criando um campo fértil para leituras secundárias e reinterpretações metadiscursivas. A paródia expõe o exagero do tom institucional, caricatura o vocabulário epidemiológico e reproduz, de forma amplificada, a gestualidade e entoação das autoridades. Isto revela uma dinâmica de apropriação cultural do poder comunicativo, na qual o Estado fala para a sociedade; a sociedade responde através da ironia; e o diálogo entre ambos reforça, paradoxalmente, a proximidade simbólica.

Em termos pragmáticos, esta reapropriação demonstra que a força ilocutória não é propriedade exclusiva do emissor, mas coconstruída na recepção, um princípio fundamental da pragmática social. Estes comunicados televisivos da DGS acabaram por se transformar num género comunicativo emergente que se tornou performativamente previsível e culturalmente reconhecível. A sua paródia televisiva confirma a natureza profundamente social da linguagem do poder: quando a repetição excede a necessidade informativa, o discurso perde a sua função perlocutória e ganha valor simbólico e humorístico.

5.6. Implicações teóricas e contribuições para a pragmática aplicada

A análise desenvolvida oferece três contributos teóricos principais:

1. Reinterpretação dos atos diretivos em contextos de crise: mostra-se que a força ilocutória dos atos diretivos não é fixa, mas contextualmente modulada pela perceção social da autoridade e pela urgência da situação.
2. Evidência empírica da mitigação como ferramenta de legitimidade: demonstra-se que as estratégias de mitigação e de delicadeza não enfraquecem a autoridade, mas reforçam-na ao garantir adesão e evitar resistência discursiva.
3. Conceção pragmática da confiança institucional: a confiança emerge como efeito perlocutório de discursos que equilibram imposição e empatia. Esta abordagem amplia o alcance da Pragmática, mostrando-a como um modelo de análise e um importante instrumento de estudo de políticas públicas e de práticas comunicativas em situações de exceção.

A discussão dos resultados mostra que, em contexto de crise, o poder discursivo funciona sobretudo como um mecanismo de gestão e coordenação social, mais do que como um ato cooperativo. O percurso comunicativo observado em Portugal oscilou entre momentos de diretividade mais rígida e tentativas posteriores de mobilização colaborativa, nem sempre linear ou eficaz e evidenciando tensões internas e inconsistências discursivas. A eficácia das políticas públicas não reside apenas no domínio das estratégias linguísticas, mas mais na capacidade de assegurar coerência, transparência e legitimidade ao longo do processo.

Assim, a Pragmática Linguística evidencia que a comunicação institucional não é apenas um meio de transmissão de normas, mas um lugar onde se configuram relações de poder e expectativas de cooperação. A forma como a linguagem é usada para gerir essa relação, reforçando, mitigando ou redistribuindo a autoridade, torna-se um elemento decisivo para a eficácia comunicativa em contextos de crise.

6. Considerações finais / Conclusão

6.1. Síntese dos principais resultados

A análise realizada ao longo desta dissertação permitiu compreender de que modo a comunicação institucional portuguesa durante a pandemia da COVID-19 construiu, verbalizou e legitimou dinâmicas de poder e de cooperação num contexto de crise prolongada. Partindo de um *corpus* diversificado (comunicados escritos, despachos, discursos políticos e intervenções televisivas da Direção-Geral da Saúde e do Governo), foi possível identificar padrões linguísticos e pragmáticos recorrentes, bem como transformações discursivas significativas ao longo das quatro fases definidas.

Do ponto de vista pragmático, observou-se que os textos das primeiras fases recorrem amplamente a atos diretivos (ordens, instruções, avisos), marcados por modalidades como *dever*, *ter de*, ou *é obrigatório*, frequentemente associados a estruturas de mitigação que procuram equilibrar autoridade e empatia. A presença de verbos no infinitivo, típica dos textos de instrução, e a prevalência de construções condicionais com *caso* + *conjuntivo* revelam uma estratégia institucional de enquadramento das ações como necessárias, urgentes e tecnicamente justificadas.

Nas fases posteriores, a modalidade tende a suavizar-se, emergindo mais frequentemente verbos modais de possibilidade (*poder*) e construções apelativas, o que corresponde a uma gradual deslocação de um regime comunicativo de autoridade para um regime mais cooperativo. Esta evolução confirma que os atos linguísticos não são apenas instrumentos de transmissão de informação, mas meios de gestão simbólica da crise, ajustados às perceções sociais, ao estado epidemiológico e à necessidade de manter a adesão pública.

A investigação permitiu igualmente verificar que a construção do *ethos* institucional assenta numa conjugação entre mobilização da autoridade científica e performatividade do poder político. A DGS assume um papel de voz tecnocientífica legitimadora, usando linguagem especializada e uma sintaxe impessoal que concentra a responsabilidade na norma e não no sujeito. Em contraste, o Governo ocupa o lugar do decisor político, com discursos mais narrativos e avaliativos, em que a dramatização e o apelo à corresponsabilização ganham relevo. Esta dialética confirma Charaudeau (1995), quando defende que o contrato de comunicação só se estabiliza se houver reconhecimento recíproco dos papéis sociais: na pandemia, esse contrato

foi permanentemente renegociado, oscilando entre racionalização técnica e dramatização política.

6.2. Resposta às questões da investigação

Respondendo às três hipóteses formuladas no início do trabalho, conclui-se que:

1. Os discursos institucionais produzidos durante a pandemia são largamente estruturados por atos ilocutórios diretivos, sobretudo ordens, recomendações, instruções e avisos. Estes atos não funcionam apenas como orientações comportamentais, mas assumem uma função explícita de regulação social, operando como dispositivos de gestão do risco e de estabilização da autoridade institucional. A diretividade não se limita ao plano sintático: manifesta-se igualmente através da modalização, da seleção lexical e da construção de cenários condicionais que delimitam comportamentos admissíveis.
2. Os dados mostram que a forma como a diretividade é construída – explícita, mitigada ou híbrida – tem impacto na perceção pública das mensagens e na configuração da cooperação social. As fases de maior tensão epidemiológica são marcadas por diretivas mais rígidas, frequentemente apoiadas em modalizadores de obrigação, enquanto as fases de estabilização revelam maior investimento em estratégias de delicadeza linguística, como atenuadores, apelos coletivos ou justificações ancoradas em evidência científica. Estas estratégias mitigadoras parecem associar-se a um maior esforço de adesão voluntária às orientações, ao passo que a diretividade mais dura, embora eficaz em certos momentos, surge também associada a fenómenos de contestação ou cansaço social.
3. As escolhas linguísticas não permanecem estáveis, mas acompanham o desenvolvimento da pandemia e as necessidades comunicacionais de cada fase. Nas fases iniciais e nos períodos de agravamento, predomina uma linguagem de forte imposição normativa; nas fases de transição e desconfinamento, observa-se uma tendência para maior mitigação, partilha de responsabilidade e recurso a apelos comunitários. Esta oscilação evidencia que a comunicação institucional ajusta a sua performatividade à situação epidemiológica, mas também revela momentos de descontinuidade ou incoerência, especialmente quando as mudanças rápidas de orientação não foram acompanhadas por estratégias discursivas igualmente claras.

6.3. Considerações finais

Em termos críticos, importa reconhecer que, apesar das inúmeras melhorias e da capacidade de adaptação evidenciada em muitos períodos, a gestão comunicacional da pandemia não esteve isenta de fragilidades. A substituição tardia de formatos comunicativos, a oscilação entre discursos científicos e discursos políticos, a ausência prolongada de um porta-voz único e estável, e a variabilidade terminológica ao longo das semanas comprometeram, por vezes, o consenso social necessário. A alternância entre mensagens de grande tecnicidade e apelos emocionais — apontada por diversos autores — reforçou a percepção de incerteza e, em alguns momentos, alimentou leituras contraditórias. No plano pragmático, o excesso de diretividade inicial, seguido de estratégias de mitigação abruptas, parece ter dificultado a harmonização entre autoridade e empatia, abrindo espaço para formas alternativas de apropriação social, incluindo a paródia mediática, que funcionou como mecanismo de descarga e comentário crítico.

Ainda assim, o *corpus* revela também que, apesar dos constrangimentos, a comunicação institucional desempenhou um papel fundamental na construção de uma narrativa coletiva sobre a crise e no enquadramento das práticas esperadas. A análise das escolhas linguísticas mostra que a linguagem usada pelas instituições não foi neutra: desempenhou funções de orientação, de legitimação e de mobilização, participando ativamente na produção de significados sociais sobre responsabilidade, risco e solidariedade. Ao explorarmos como o discurso institucional na época da pandemia foi gerido, ou seja, ao verificarmos que estratégias discursivas usaram as instituições e entidades públicas para transmitir a sua autoridade e postura em relação às regulamentações e para legitimar as medidas regulatórias e garantir o seu cumprimento, procuramos perceber como se constrói *uma comunidade de pensamento* que diz respeito a um grupo que partilha a mesma ideologia e estratégias discursivas.

Em síntese, esta dissertação demonstra que o estudo pragmático dos atos ilocutórios e das modalidades em discursos de crise é não apenas pertinente, mas essencial para compreender a forma como o poder se exerce e se negocia discursivamente. Mostra também que a comunicação institucional, longe de ser um mero instrumento administrativo, é um dispositivo performativo que pode reforçar a confiança pública ou contribuir para a sua erosão. Ao identificar as dimensões linguísticas que sustentam essa relação, este trabalho oferece um

contributo para futuras práticas comunicacionais mais consistentes, transparentes e ajustadas às complexidades de contextos de emergência.

7. Bibliografia

- ADAM, J-M. M. (2001). “Types de textes ou genres de discours? Comment classer les textes qui disent de et comment faire ?”. In *Langages*, 35^e année, 141 [em linha]. Les discours procéduraux. pp. 10-27 [Consultado em 08-11-2025]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250284006_Types_de_textes_ou_genres_de_discours_Comment_classer_les_textes_qui_disent_de_et_comment_faire
- ALMEIDA, C. A. de (2000). “Actos de discurso: a oferta e o convite”, videograma de Introdução aos Estudos Linguísticos [Realização de Luís Armando Vaz; Tecnóloga Margarida Cabral. Coordenação científica de Maria Emília Ricardo Marques, 1 prog. vídeo (17 min., 52 seg.)] [em linha]. [Consultado em 25-07-2025]. Disponível em: <https://educast.fccn.pt/vod/clips/3nq0ldccv/streaming.html?locale=en>
- ALMEIDA, C. A. de (2009). "Processos de figuração e manutenção da ordem interaccional: estratégias de mitigação no quadro do sistema de delicadeza desenvolvido pelos participantes de programas de rádio específicos" In Alexandra Fiéis; Maria Antónia Coutinho (orgs.), 2009, XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. *Textos Seleccionados* [em linha]. APL, pp. 43-60. [Consultado em 10-06-2025]. Disponível em: <https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/09/3-Almeida.pdf>.
- ALMEIDA, C. A. de (2011). “Aspectos semânticos e pragmáticos da co-construção de identidades discursivas em narrativas de experiência de vida produzidas por participantes de emissões nocturnas de rádio” In: *Textos Seleccionados XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* [em linha], pp. 35-48. [Consultado em 10-06-2025]. Disponível em: <https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/09/Almeida.pdf>
- ALMEIDA, C. A. de (2012). “Atos de discurso, estratégias discursivas e figuração: histórias de vida em contexto de entrevista”. In *Redis: revista de estudos do discurso*, n° 1 [em linha], pp. 9-38. [Consultado em 10-06-2025]. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12714.pdf>
- ALMEIDA, C. A. de (2016a). “«Conselho de amigo, aviso do céu»: contributos para a análise semântico-pragmática dos atos ilocutórios de conselho e de aviso em confronto com o de ameaça”. In: *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, pp. 1-29.
- ALMEIDA, C. A. de (2016b). “Estratégias discursivas de mitigação na sequência discursiva de pergunta-resposta: a justificação no contexto de entrevista”. In: *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, pp. 67-84.
- ALMEIDA, C. A. de (2021). “A construção do sentido em interações verbais na rádio em Português Europeu: mecanismos discursivos em narrativas de experiência de vida”. In *Linha D'Água* [em linha], v. 34, n. 01, p. 44-59. [Consultado em 10-06-2025]. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstreams/57406762-6566-4744-9852-56d1cc5daf5f/download>
- AMOSSY, R. (2014). “L'éthos et ses doubles contemporains. Perspectives disciplinaires”, In *Langage et société* n° 149 [em linha]. Éditions de la Maison des sciences de l'homme, pp. 13-30. [Consultado em 26-01-2026]. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-langage-et-societe-2014-3-page-13?lang=fr>
- AUSTIN, J. L. (1962). *How to Do Things with Words*. Clarendon Press.

- AUSTIN, J. L. (1989). Performativo-constativo, In: Lima, José Pinto de *Linguagem e acção - da filosofia analítica à linguística pragmática*. Apáginastantas, Colecção Materiais Críticos 3, pp. 43-58.
- BAKHTIN, M. (1981). *The Dialogic Imagination*. University of Texas Press [em linha]. [Consultado em 17-11-2025]. Disponível em: http://www.euophd.net/sites/euophd/files/images/onda_2/07/27th_lab/scientific_materials/jesuino/bakhtin_1981.pdf
- BARROSO, M. P. (2022). “Comunicação e estratégia na crise pandémica em Portugal e no Brasil”, In: *Perspectivas Luso-Brasileiras em Artes e Comunicação* [em linha]. Vol. 3, pp. 44-61. [Consultado em 23-10-2025]. Disponível em: <https://repositorio.ipv.pt/bitstreams/bbf03788-4804-4cf3-b747-99a27d0aa414/download>
- BATORÉO, H. J. (2004). “Linguística Cognitiva”, In *Linguística Portuguesa Abordagem Cognitiva*, Universidade Aberta: Livro em formato de CD-ROM.
- BENVENISTE, E. (1966). “De la subjectivité dans le langage” (Chapitre XXI). In: ders., *Problèmes de linguistique générale, 1*. Gallimard, pp. 258-266.
- BERGSON, H. (1900). *Le Rire: Essai sur la signification du comique*. Librairie Félix Alcan [em linha]. [Consultado em 17-11-2025]. Disponível em: <https://beq.ebooksgratuits.com/Philosophie/Bergson-rire.pdf>
- BRONCKART, J-P. (1997). *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionisme socio-discursif*. Delachaux et Niestlé.
- BROWN, P. & LEVINSON, S. (1978). Universals in language Use: Politeness phenomena, In: Esther Goddy, (ed.) *Questions and Politeness: strategies in social interaction*. Cambridge University Press, pp. 56-289.
- BROWN, P. & LEVINSON, S. (1987). *Politeness. Some universals in language usage*. Cambridge University Press.
- CASTRO SEIXAS, E. (2021). “War Metaphors in Political communication on Covid-19”. In: *Frontiers in Sociology, 6* [em linha]. [Consultado em 23-09-2025]. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/sociology/articles/10.3389/fsoc.2020.583680/full>
- CHARAUDEAU, P. (1995). “Une analyse sémiolinguistique du discours”. *Langages*, n. 117, p. 96-111 [em linha]. [Consultado em 10-11-2025]. Disponível em: <https://www.felsemiotica.com/descargas/Charaudeau-Patrick-Une-analyse-s%C3%A9miolinguistique-du-discours.pdf>
- CHARAUDEAU, P. (2005). *Le discours politique: Les masques du pouvoir*. Vuibert [em linha]. [Consultado em 17-11-2025]. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-politix-2006-3-page-196?lang=fr>
- COOMBS, W. T. (2012). *Ongoing Crisis Communication: Planning, Managing, and Responding*, 3rd Edition. Sage Publications, Inc.
- DAYAN, D. & KATZ, E. (1992). *Media Events: The Live Broadcasting of History*. Harvard University Press. [em linha]. [Consultado em 17-11-2025]. Disponível em: <https://www.worldradiohistory.com/BOOKSHELF-ARH/News/Media-Events-Dayan-&-Katz-1992.pdf>

- DIAMOND, J. (1996). *Status and power in verbal interaction. A study of discourse in a close-knit social network*, John Benjamins.
- DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE (2020–2022). Relatório de Situação – COVID-19. Lisboa: Ministério da Saúde. Disponível em: <https://covid19.min-saude.pt/relatorio-de-situacao/>
- DREW, P. & HERITAGE, J. (2015). “Talk at Work”. In D. Tannen, H. E. Hamilton & D. Schiffrin (Eds.), *The Handbook of Discourse Analysis* (pp. 710–740). Wiley-Blackwell.
- DUARTE, I. M. (2003). “Aspectos linguísticos da organização textual”, In Mateus, M. H. M. *et al.* – *Gramática da Língua Portuguesa*, pp. 85-123. Caminho.
- FAIRCLOUGH, N. (1992). *Discourse and Social Change* [em linha]. Cambridge: Polity Press. [Consultado em 05-11-2025]. Disponível em: https://www.academia.edu/10844622/FAIRCLOUGH_Discourse_and_Social_Change
- FAIRCLOUGH, N. (1995). *Critical Discourse Analysis* [em linha]. Longman. [Consultado em 23-05-2025]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281506450_Critical_Discourse_Analysis
- FAIRCLOUGH, N. (2001). *Language and Power* [em linha]. (2nd ed.). Longman. [Consultado em 24-05-2025]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/49551220_Language_and_Power
- FAIRCLOUGH, N. & MELO, I. F. de (2012). “Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica”, *Linha d'Água*, v. 25, n.2 [em linha], pp. 307-329 [Consultado em 04-02-2024]. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728/5146>
- FARIA, I. H. (2003). “O uso da linguagem”, capítulo 4, in *Gramática da Língua Portuguesa* (Maria Helena Mira Mateus et alii, 6.^a ed., Caminho).
- FONSECA, J. (1992). ‘Elogio do Sucesso’: a força da palavra / o poder do discurso, In: *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas* [em linha]. série II, vol. 9, p. 7-59. [Consultado em 12-09-2025]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7897/2/2640.pdf>
- FONSECA, J. (1994). O lugar da Pragmática na Teoria e na Análise Linguística. In: *Pragmática linguística*. Porto Editora.
- FONSECA, J. (org) (1998). *A organização e o funcionamento dos discursos. Estudos sobre o Português*. (Tomo III). Porto Editora.
- FOUCAULT, P.-M. (1970). *A Ordem do Discurso* Tradução: Graciano Barbachan. 3. ed., Edições Loyola (1970).
- GEE, J. P. (2015). “Discourse Analysis: What Makes it Critical?” In D. Tannen, H. E. Hamilton & D. Schiffrin (Eds.), *The Handbook of Discourse Analysis* (pp. 351–355). Wiley-Blackwell.
- GOFFMAN, E. (1953). “La communication en défaut”, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 100, 1993, pp. 66-72 [em linha]. [Consultado em 10-06-2025]. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1993_num_100_1_3074
- GOFFMAN, E. (1967). *Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behavior*. [em linha]. Doubleday Anchor. [Consultado em 28-10-2025]. Disponível em: <https://web.stanford.edu/~eckert/PDF/GoffmanFace1967.pdf>

- GOFFMAN, E. (1983). *The Interaction Order*. American Sociological Review [em linha], 48, pp. 1-17. [Consultado em 31-10-2025]. Disponível em: <https://www.csun.edu/~snk1966/Erving%20Goffman%20The%20Interaction%20Order.pdf>
- GONÇALVES, M. (2017). “Texto e género: modalidade ou modalização?” *Revista da Associação Portuguesa de Linguística* Nº 3 –09 [em linha], pp. 99-117. [Consultado em 30-01-2026]. Disponível em: <https://ojs.apl.pt/index.php/rapl/article/view/68/65>
- GONÇALVES, M. & TORRES, M. C. (2017). “Agir verbal, representações e responsabilidade enunciativa em sítios web institucionais”, *DELTA Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* 33(2) [em linha], pp. 519-541. [Consultado em 27-01-2026]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318831086_Agir_verbal_representacoes_e_responsabilidade_enunciativa_em_sitios_web_institucionais
- GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (2020). Recomendações da DGS sobre coronavírus/Covid-19 - Recommendations on coronavirus/Covid-19 <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=recomendacoes-da-dgs-sobre-coronaviruscovid-19-recommendations-on-coronaviruscovid-19>
- GRICE, H. P. (1975). “Logic and conversation”, In. Cole, P.; Morgan, J. L. (eds.) *Syntax and semantics 3: speech acts*. Academic Press, pp. 41-58.
- GRICE, H. P. (1985). “Meaning”, In *Philosophical Review* 66 (1957), pp. 377-88.
- GRICE, H. P. (1989). “Querer dizer”, In. Lima, José Pinto de *Linguagem e acção – da filosofia analítica à linguística pragmática*. Apáginastantas, Coleção Materiais Críticos, pp. 89-105.
- GUMPERZ, J. J. (1982). *Discourse strategies*. Cambridge University Press.
- HEIDE, M. & SIMONSSON, C. (2021). “What was that all about? On internal crisis communication and communicative coworkership during a pandemic”. In: *Journal of Communication Management* [em linha], pp. 256-275. [Consultado em 24-10-2025]. Disponível em: [Disponível em: Disponível em: https://www.emerald.com/jcom/article-pdf/25/3/256/1293405/jcom-09-2020-0105.pdf](https://www.emerald.com/jcom/article-pdf/25/3/256/1293405/jcom-09-2020-0105.pdf)
- HUTCHEON, L. (2000). *A Theory of Parody - The Teachings of Twentieth-Century Art Forms-Methuen* [em linha]. University of Illinois Press. [Consultado em 17-11-2025]. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/713586564/Linda-Hutcheon-A-theory-of-parody-The-teachings-of-twentieth-century-art-forms-Methuen-1985>
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1986). “'Nouvelle communication' et 'analyse conversationnelle’”, *Langue Française*, vol. 70, nº. 1, pp. 7-25.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (2005). *Le discours en interaction*, Armand Colin.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. (1980). “Metaphors we live by”. In: *Humans as symbolic Creatures* [em linha], pp. 124-134. University of Chicago Press. [Consultado em 28-10-2025]. Disponível em: https://sites.cc.gatech.edu/classes/AY2013/cs7601_spring/papers/Lakoff_Johnson.pdf
- LEVINSON, S. C. (1983). *Pragmatics* [em linha]. Cambridge University Press. [Consultado em 24-10-2025]. Disponível em: <https://uogbooks.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/10/138865467-pragmatics-levinson-1.pdf>

- LIMA, J. P. de (2007). *Pragmática Linguística*, Editorial Caminho, Coleção 'O essencial sobre Língua Portuguesa'.
- LOCHER, M. A. & WATTS, R. J. (2015). “Politeness Theory and Relational Work”. In D. Tannen, H. E. Hamilton & D. Schiffrin (Eds.), *The Handbook of Discourse Analysis* (pp. 281–307). Wiley-Blackwell.
- LOPES, A. C. M. (1996). “Tempo, aspecto e coesão discursiva”. *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, v. 3, p. 351-371, 1996.
- LOPES, A. C. M. (2009). “Justification: a coherence relation”. In: *Pragmatics* [em linha], v. 19, n. 2, pp. 241-252. [Consultado em 10-05-2025]. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/47870/1/justification.pdf>
- LOPES, F., ARAÚJO, R. & MAGALHÃES, O. (2021). “Covid-19: Uma pandemia gerida pelas fontes oficiais através de uma comunicação política”. In: *Comunicação e Sociedade* [em linha], vol. 40 (Dez. 2024), pp. 17-32. [Consultado em 23-10-2025]. Disponível em: <https://repositorium.uminho.pt/server/api/core/bitstreams/8868d0fb-2b0e-4b49-800d-bb06eaf15cf2/content>
- MONTEIRO, B. & ALMEIDA, C. A. de (2019). “Azares, riscos e culpas: representações sobre os acidentes de trabalho da construção civil na imprensa portuguesa (1996-2017)”, In: *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* [em linha], Número temático – A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise, pp. 103-121. [Consultado em 03-11-2025]. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/9401>
- NORRIS, S. (2015). “Analyzing Multimodal Interaction”. In D. Tannen, H. E. Hamilton & D. Schiffrin (Eds.), *The Handbook of Discourse Analysis* (pp. 421–436). Wiley-Blackwell.
- NOGUEIRA, C. (2008). “Análise(s) do Discurso: Diferentes Concepções na Prática de Pesquisa em Psicologia Social”, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 24 n. 2 [em linha], pp. 235-242 [Consultado em 13-02-2024]. Disponível em: <https://repositorium.uminho.pt/bitstream/1822/58414/1/13.pdf>
- OECD (2023). “Improving decision making and policy development in Portugal: The role of PlanAPP”, OECD Public Governance Policy Papers [em linha], No. 39, OECD Publishing, Paris. [Consultado em 01-11-2025]. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/improving-decision-making-and-policy-development-in-portugal_3cb500e0-en.html
- PACHECO, J. P. M. (2024). *Comunicação Política em contexto de crise - o caso da pandemia de Covid-19 em Portugal* [Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Universidade do Minho] [Consultado em 23-10-2025]. Disponível em: <https://repositorium.uminho.pt/entities/publication/f24ace56-65c8-4712-a826-22471b5aefd1>
- PEIXINHO, A. T., LOPES, F., SANTOS, C. A., ARAÚJO, R., DUFF-BURNAY, C. & MAGALHÃES, O. E. (2022). “Vacinação: mais um capítulo na narrativa política da pandemia” In: *Estudos em Comunicação* [em linha] n.º 34 (pp. 27-39). Imprensa da Universidade de Coimbra. [Consultado em 23-10-2025]. Disponível em: <https://ciencia.ucp.pt/ws/portalfiles/portal/92313514/49441869.pdf>

- PINTO, R. & NEVES, J. B. (2010). “Modalidades linguísticas em textos processuais”. In *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 5 [em linha], Edições Colibri/CLUNL, pp. 293-306 [Consultado em 08-11-2025]. Disponível em: <https://clunl.fctsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2017/07/R.-Pinto-J.-Bessa-Neves.pdf>
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2020–2021). Decretos do Estado de Emergência. Presidência da República. Disponível em: <https://www.presidencia.pt/pesquisa/?q=estado+de+emerg%C3%Aancia>
- SACKS, H., SCHEGLOFF, E. A. & JEFFERSON, G. (1974). “A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation”. *Language* [em linha], 50(4), 696–735. [Consultado em 26-10-2025]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/215439057_A_Simple_Systematic_for_the_Organisation_of_Turn_Taking_in_Conversation
- SEARLE, J. R. (1969). *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge University Press.
- SEARLE, J. R. (1975). “Indirect speech acts”, In: Cole, P.; Morgan, J. L. (eds.) *Syntax and semantics 3: speech acts*. Academic Press, pp. 59-82.
- SEARLE, J. R. (1979). *Expression and Meaning. Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge University Press.
- SEARLE, J. R. (1989). “O que é um acto linguístico?” In Lima, José Pinto de (org.), *Linguagem e acção: da filosofia analítica à linguística pragmática*. Lisboa: Apáginastantas, Coleção Materiais Críticos 3, pp. 61-85.
- SEARLE, J. R. (2002). Cap. 1 e 2, in *Expressão e Significado*, Martins Fontes.
- SILVA, A. S. da (2004). “Introdução: linguagem, cultura e cognição, ou a Linguística Cognitiva. In: *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva* [em linha]. Almedina, 1-18. [Consultado em 24-10-2025]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323127434_Introducao_linguagem_cultura_e_cognicao_ou_a_Linguistica_Cognitiva/link/5a81bfd3aca272d650199de1/download?tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIn19
- SILVA, A. S. da (2006). *O Mundo dos Sentidos em Português: Polissemia, Semântica e Cognição*, Almedina.
- SILVA, P. N. (2015). “Alguns contributos da linguística para a classificação dos textos literários” [em linha], Universidade Aberta. [Consultado em 30-01-2026]. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/entities/publication/acf4bbf4-3f9c-4c43-a5ff-acc17dc6f252>
- TANNEN, D., SCHIFFRIN, D. & HAMILTON, H. E. (2001). *The Handbook of Discourse Analysis*, Wiley-Blackwell.
- VAN DIJK, T. A. (1998). *Ideology – A Multidisciplinary Approach*. SAGE Publications.
- VAN DIJK, T. A. (2010). “Discurso, conocimiento, poder y política. Hacia un análisis crítico epistémico del discurso”, *Revista de Investigación Lingüística*, nº 13 [em linha], pp. 167-215. [Consultado em 05-02-2024]. Disponível em: <https://elearning.uab.pt/pluginfile.php/3034485/course/section/234256/van%20Dijk%2C%20T.%20%282010%29%20Discurso%2C%20conocimiento%2C%20poder%20y%20p>

[olitica.%20ana%CC%81lisis%20critico%20episte%CC%81mico%20del%20discurso%20.pdf](#)

- VENDLER, Z. (1957). “Verbs and Times” In *The Philosophical Review* [em linha], Vol. 66, No. 2. (Apr., 1957), pp. 143-160. [Consultado em 10-11-2025]. Disponível em: <https://semantics.uchicago.edu/scalarchange/vendler57.pdf>
- VERSCHUEREN, J. (1999). *Understanding Pragmatics* [em linha]. London: Edward Arnold / Oxford University Press. [Consultado em 26-10-2025]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282016316_Understanding_Pragmatics
- WODAK, R. (2004). “Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e desenvolvimentos”, *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, v. 4, [em linha], pp. 223-243 [Consultado em 05-02-2024]. Disponível em: <https://elearning.uab.pt/pluginfile.php/3034485/course/section/234256/Ana%CC%81lise%20Cri%CC%81tica%20do%20Discurso.pdf>
- WODAK, R (2009). *The Discourse of Politics in Action: Politics as Usual* [em linha]. Palgrave Macmillan. [Consultado em 24-10-2025]. Disponível em: [The Discourse of Politics in Action: Politics as Usual - R. Wodak - Google Livros](#)
- WODAK, R. & MEYER, M. (2016). *Methods of Critical Discourse Studies* (3rd ed.) [em linha]. Sage. [Consultado em 24-10-2025]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284725923_Methods_of_Critical_Discourse_Studies_3rd_edition
- XAVIER, M. F. & MATEUS, M. H. (orgs.) (1990). *Dicionário de Termos Linguísticos*, Volume I. Edições Cosmos